Concepção Anarquista do Sindicalismo

Neno Vasco

Estudo Introdutório de
JOÃO FREIRE

MOVIMENTO OPERÁRIO PORTUGUÊS/10

AFRONTAMENTO

NENO VASCO

CONCEPÇÃO ANARQUISTA DO SINDICALISMO

Estudo introdutório de
João Freire

EDIÇÕES AFRONTAMENTO
1984

*O presente livro foi editado pela primeira vez em Lisboa, em 1923, pela Editorial d'*A Batalha[1].

Desconhecendo-se a tiragem, a consideração da sua importância tem de fundamentar-se em outros factores: antes de mais, no reconhecimento de que se trata de uma das poucas obras teóricas de fôlego produzida por anarquistas portugueses[2]. *Em seguida, no impacto directo ou nas consequências a mais longo prazo que a sua aparição possa ter tido no meio social português e em particular no movimento operário. Disso procuraremos dar conta nesta introdução, situando a obra e o autor no contexto do seu tempo.*

Convém também desde já assinalar as circunstâncias concretas em que o livro foi produzido, até pelo dramatismo pessoal que envolveu o seu autor e outros entes próximos. Com efeito, Neno Vasco — que é o pseudónimo de Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos — faleceu em 15 de Setembro de 1920, deixando a obra inacabada. Mas sobretudo, ela terá sido escrita em condições psicológicas muito particulares devido à prolongada tuberculose que durante três anos molestou a sua companheira, acabando por vitimá-la em 22 de Janeiro de 1920. Segundo o seu íntimo, biógrafo e finalmente cunhado, Adriano Botelho, «Neno Vasco sofreu tais torturas morais, que, quando após o seu falecimento [da companheira], caiu exausto de forças, o médico, ao auscultá-lo, encontrou-o já irremediavelmente perdido, atacado

igualmente pela terrível tuberculose»[3]. Ora, segundo Botelho, terá sido entre Janeiro e Setembro de 1920 que Neno Vasco preparou o seu livro «nos intervalos em que a febre menos o atormentava». Dizemos preparou na medida em que, como justificaremos adiante, o livro recupera grande parte de materiais já publicados anteriormente e não é, de facto, um texto inteiramente novo, escrito de raiz.

É no jornal A Batalha de 25 de Abril de 1920, em primeira página, que aparece a primeira referência pública à edição de Concepção Anarquista do Sindicalismo, anunciado para sair em breve. Pelos detalhes que no artigo se dão sobre o conteúdo e estrutura do livro, é de crer que ele estivesse já então bastante adiantado. Por outro lado, a folha de rosto da edição original contém a data de 1920, enquanto no exterior, na capa, figura a de 1923, que foi de facto a do seu aparecimento. Esta discrepância pode causar alguma confusão (nomedamente se 1923 teria sido a data de uma segunda edição), mas mostra, de facto, que pelo menos uma parte do livro estava já composta desde 1920 e que terão sido outras razões, que não o falecimento do autor, a motivar um atraso de cerca de três anos na sua divulgação.

Embora não acabado (ou sem a continuação de um previsto 2.º tomo), e sobretudo sem uma conclusão, o texto Concepção Anarquista do Sindicalismo inclui o suficiente e o essencial das ideias de Neno Vasco sobre o assunto. De facto, como o leitor terá ocasião de constatar ao longo das páginas desta reedição, a arquitectura do texto inclui as principais questões levantadas pelo sindicalismo, como movimento, e pelo anarquismo, como ideologia, bem como as relações entre ambos, e ainda alguns destes problemas colocados, não já nas condições da sociedade capitalista, mas no processo de transformação social acelerada que então se designava comummente por revolução social.

Porém, é inevitável que a concisão do título seja de molde a levantar dúvidas de imediato. Existe uma concepção anarquista do sindicalismo? É evidente que, antes de mais, Neno Vasco expõe neste livro a sua concepção anarquista do sindicalismo. Para ele,

como anarquista, como certamente para qualquer anarquista da época, tal concepção nunca poderia ser aceite como um dogma ou, sejamos mais justos, como um elemento-base dos princípios ideológicos do anarquismo, como um elemento de doutrina anarquista. Por um lado, por grande que fosse o número dos anarquistas que se reconhecessem nesta maneira de encarar o movimento sindical, houve sempre posições diversas desta, tanto em Portugal como no estrangeiro, e isto ainda que nos reportemos a um arco de tempo limitado, que vai do pós-guerra de 1914 até à consolidação do regime socialista na Rússia, ou — para nos referirmos a Portugal — que cobre, no essencial, o período da nossa república parlamentar.

Mas, por outro lado ainda, a latitude contida no título deve ser restringida, se referirmos que, independentemente do número dos seus adeptos, a questão do sindicalismo, isto é, da organização e acção operárias, tem um estatuto de «questão táctica», tanto para os anarquistas históricos (os pais fundadores e divulgadores do anarquismo, do tipo de um Bakunine, Kropotkine, Reclus, Malatesta ou Grave), como para os inúmeros militantes e propagandistas da «causa».

Quererá então dizer que se trata de uma questão menor? De forma alguma. Mais do que a designação coeva de «táctica», o sindicalismo constitui uma verdadeira escolha estratégica, cuja importância para o projecto de transformação social perseguido parece desnecessário realçar. Por um lado, porque são decisões de longo prazo, que se não modificam rapidamente; por outro, pelas dimensões sociais incomparáveis de um tal movimento; e finalmente pelas implicações que, só por si, ele coloca no processo transformador. Basta ver que, historicamente, cada vez que os anarquistas deixaram de privilegiar o movimento operário, igualmente a perspectiva concreta de revolução social se esbateu em favor de outras alternativas. O terrorismo que seguiu o esboroar da experiência da Primeira Internacional, o anti-fascismo resistente desde a guerra de Espanha e o libertalismo multipolar e multímodo dos nossos dias, podem fundamentar esta nossa ideia.

Digamos que, numa primeira aproximação, a concepção expressa por Neno Vasco formaliza e teoriza as práticas dominantes na época, pois que ela se situa cronologicamente nas vizinhanças do apogeu da fase expansiva do sindicalismo de influência anarquista. De facto, desde os anos 90 em França, e, pouco depois, em Itália, Espanha, Portugal, Suécia, Estados Unidos, Argentina e em quase todos os países em vias de industrialização, ganham sucesso os métodos (se não mesmo as organizações) sindicalistas revolucionários. Pelo contrário, o terrorismo como método de acção política perdeu nitidamente terreno e, se não desapareceu totalmente, foi pelo menos extirpado da suas componentes mais virulentemente individualistas, niilistas e anti-organizadoras e racionalizado e recuperado para a acção colectiva numa perspectiva de iminência revolucionária. Por outro lado, as lições da revolução russa ainda levarão uns anos a serem tiradas e, de qualquer modo, elas permitiram manter, até à derrota pelo fascismo em Espanha, a mesma estratégia fundamental, assente na capacidade transformadora de um sindicalismo de aspirações emancipadoras.

Mas tratando-se de uma questão estratégica, decisiva e do período histórico da sua maior expressão, não deve seguir-se a conclusão apressada de uma completa identidade de vistas entre todos os anarquistas que são favoráveis à acção sindical e nela vêem um terreno importante de intervenção. Antecipando alguns desenvolvimentos e exemplificações que vêm adiante, podemos desde já dizer que a concepção exposta por Neno Vasco interpreta e reproduz fielmente as posições do conhecido militante italiano Errico Malatesta. E podemos também assinalar imediatamente duas coisas: em primeiro lugar, embora Malatesta seja um anarquista de projecção internacional e uma das suas figuras cimeiras, um daqueles personagens que assegurou a transição da Primeira Internacional para o século XX e a época das revoluções, a verdade é que Malatesta só tardiamente começa a ser conhecido em Portugal. Referimo-nos evidentemente à sua obra escrita, aos seus opúsculos divulgadores e aos seus artigos prolixos que se espraiam pela imprensa anarquista e operária de tantos países. Se o compararmos a Kropotkine, a Jean Grave, a Elisée Réclus, por exemplo, é esmagadora a quantidade de livros e brochuras destes últimos editados até 1910, comparados ao italiano[4].

Em segundo lugar, podemos fazer mesmo a hipótese seguinte: se Neno Vasco foi de facto um malatestiano convicto, na questão sindical como provavelmente em todas as outras de doutrina ou de táctica, então será legítimo supor que terá sido sobretudo por sua influência que os escritos e as posições de Malatesta começaram a ser divulgados entre nós e que isto acontece, sobretudo, a partir do momento em que Neno Vasco regressa da sua estada de uma década no Brasil e se fixa definitivamente em Portugal, em Abril de 1911.

E prosseguindo no desenvolvimento da mesma hipótese, compreender-se-á também que os dois principais órgãos de imprensa por onde se faz essa divulgação sejam justamente aqueles onde Neno participa mais assiduamente: o jornal A Aurora, do Porto, e a revista A Sementeira, de Lisboa[5]. Embora não tenhamos podido ainda fazer um levantamento exaustivo daqueles escritos, a pesquisa que fizemos foi suficiente para comprovar esta última parte da hipótese.

Vejamos um exemplo apenas. Em 1910, a Biblioteca de Estudos Sociais, de Lisboa, publica uma segunda edição do folheto de Malatesta Entre Camponeses, com a indicação de ter sido traduzido por Neno Vasco. Este, ainda no Brasil, nega e protesta de seguida nas páginas d'A Sementeira, demarcando-se das deficiências da tradução, que deturpariam o pensamento do autor. A culpa viria da tradução francesa que lhe servira de base e seria explicada pela vontade de silenciar as diferenças com a linha sindicalizante então predominando na França. Isto prova que, mesmo à distância, Neno Vasco está atento ao que por cá se passa e aponta a dedo as deficiências dos poucos textos de Malatesta até então divulgados em Portugal.

Com efeito, sabemos que Neno dominava perfeitamente o idioma italiano e mantinha mesmo correspondência com Malatesta, então a viver exilado em Inglaterra. Mais dificultado enquanto permaneceu no Brasil, após a sua vinda este contacto vai permitir uma irrigação mais abundante da imprensa libertária portuguesa

com prosa do revolucionário italiano. Outras vezes é a publicação de artigos já mais antigos, tirados de L'Agitazione *ou* L'Associazione, *cujas colecções teriam provavelmente viajado desde o Brasil, na sua mala de porão. Uma coisa é certa: é sobretudo depois de 1910 e pela via d'A* Aurora *e d'A* Sementeira *que se faz a principal divulgação do pensamento de Malatesta em Portugal, e Neno Vasco é o verdadeiro motor dessa propaganda.*

Finalmente — e retomando o fio do discurso — é preciso dizer que as ideias expressas por Neno Vasco na Concepção Anarquista do Sindicalismo *já vêm de longe e se mantiveram praticamente imutáveis nele, pelo menos durante uma dezena de anos. Não nos foi possível investigar o percurso ideológico que ele terá feito no Brasil, entre 1902 e 1911, onde dirigiu vários jornais libertários. Adriano Botelho apenas nos diz que foi lá que perdeu algumas «ideias falsas que sobre o anarquismo trouxera de Coimbra e integrando-se no espírito revolucionário de Malatesta (...) principiou a descrer da teoria* harmonista *de Kropotkine, importada de França». Mas este afastamento das posições do príncipe anarquista tem mais a ver (e sobretudo teve reflexos verdadeiramente importantes) com a questão da guerra e da revolução, a qual não nos interessa aqui particularmente.*

De facto, peguemos na sua série de artigos escritos em 1913 n'A Aurora *sob o título de «Sindicalismo e Anarquismo»; peguemos, por exemplo, no seu texto «Sindicalismo Revolucionário» escrito para o* Almanaque d'A Aurora *para 1913; ou ainda na tese, por si redigida, apresentada pelo Grupo Brochura Social à Conferência Anarquista da Região do Sul realizada em Lisboa em Junho de 1914. Em todos estes textos, feitos com visível ponderação e cuidado, se encontram já os argumentos, a linha de raciocínio inalterável que guiará a* Concepção Anarquista do Sindicalismo *em 1919/20*[6].

E quando pontualmente, ao acaso dos acontecimentos e discussões, Neno Vasco escreve sobre sindicalismo, sobre acção operária ou as tarefas dos anarquistas — o que acontece muitíssimas vezes ao longo da década — difícil será encontrar contradições internas nos seus escritos. Difícil será também descortinar posições distintas das de Malatesta, embora para tal possa contribuir o facto de, tanto um como outro, terem habitualmente uma forma de intervenção escrita caracteristicamente doutrinária, ou seja: em cada momento, problema ou situação concreta, procuram o posicionamento que lhes parece mais coerente com os princípios ideológicos do anarquismo e com as perspectivas estratégicas almejadas. Daqui resulta, por vezes, uma rigidez intelectual que pode dificultar a compreensão de novas situações e, sobretudo, que nem sempre é capaz de responder às exigências práticas da acção política. Mas parece-nos ser também um tipo de atitude, quiçá mais ética do que política, muito característica do militantismo anarquista.

O livro de Neno Vasco é suficientemente claro e bem redigido para que necessite de mais explicações a ajudar à sua compreensão. Contudo, valerá a pena pôr em evidência, de maneira muito sintetizada, alguns dos pontos fundamentais da sua demonstração.

É sintomático que o livro se inicie por uma rápida apresentação da teoria anarquista, e que esta seja precisamente a do anarquismo comunista. Isto quer logo dizer que é neste quadro teórico — gizado e desenvolvido por figuras históricas como Kropotkine ou Malatesta — que serão analisados os problemas do operariado e do sindicalismo. Mas quer dizer igualmente que não são considerados, a não ser em referências marginais, outros pais fundadores e teóricos anarquistas de orientação diferente, como Proudhon, Stirner, Godwin ou Tucker. Também pode referir-se doutro modo: a corrente anarquista aqui considerada é aquela que politicamente mais marcou a história do seu tempo, aquela que, derivando da nebulosa socialista da Primeira Internacional, permaneceu, se não maioritária, pelo menos muito vigorosa nos países latinos. É conveniente também caracterizá-la pelo qualificativo de revolucionária — porque a revolução social tinha um lugar charneira na sua estratégia — para a demarcar de tendências mais educacionistas, reformistas ou individualistas, que igualmente existiam na época.

Ora o que propõe este anarquismo comunista? Propõe, como todas as outras escolas socialistas, a socialização da economia, dos

meios de produção e troca. Mas, diferententemente daquelas, propõe igualmente a socialização do poder político, ou seja o seu desaparecimento como centro de decisão governamental e a sua dissolução por todo o corpo social.

Este o objectivo fundamental. E por que modo? Aqui também os anarquistas se diferenciam do resto dos socialistas ao proporem «a livre iniciativa e a solidariedade não imposta». Enquanto o marxismo da época proclama, seja a via eleitoral e das reformas políticas, seja a via revolucionária e da ditadura do poder proletário, os anarquistas vêem em qualquer destes meios uma contradição insanável com o objectivo final de atingir uma sociedade «sem classes e sem estado», que todos dizem procurar. Propõem, por seu lado, a «acção e organização directa das massas» para aprenderem a agir sem chefes nem intermediários e a «caminhar hoje, amanhã e sempre para a anarquia».

Ora a análise que subjaz os desenvolvimentos seguintes sobre o sindicalismo— é curioso notá-lo — é, no essencial, a análise que os fundadores do socialismo todos fazem da sociedade capitalista: a divisão em classes por força da propriedade dos meios económicos, que uns detêm (os burgueses) e de que outros são excluídos (os proletários); um aparelho estatal de repressão ao serviço dos primeiros; uma luta de classes incessante até que possa ser superada pelo estabelecimento da «nova sociedade», onde estas contradições tenham deixado de ter razão de ser. Se nesta concepção existe algo de «fatalismo histórico», de inevitabilidade de um processo histórico que conduzirá ao comunismo, então parece-nos que essa crença é também partilhada por esta corrente anarquista.

Para Neno Vasco, como para Malatesta, o movimento sindical dos trabalhadores «é anarquista desde o berço», no sentido de que, organizacionalmente, a Primeira Internacional foi justamente uma mobilização de associações profissionais coligadas em vista de promover um programa socialista. Aquilo por que se bateram Bakunine, Guillaume e os anti-autoritários contra Marx e consortes, foi pela autonomia e soberania das associações de base (profissionais) contra a tutela dos teóricos e dirigentes.

«O que no sindicalismo é essencial é a organização e a acção de

classe do proletariado, é o movimento sindical», *escreve Neno. E acentua que é por necessidade de se defenderem contra a exploração patronal e não por uma qualquer ideia que façam do socialismo, que os operários se agrupam em sindicatos e lutam* directamente *contra os patrões, pela greve e outros meios de acção directa. A primazia dada à experiência imediata dos explorados como meio de auto-aprendizagem dum processo libertador é pois central no anarquismo comunista, como já o era na corrente anti-autoritária da Internacional.*

Mas Neno Vasco reconhece várias limitações à acção sindical. Antes de mais reconhece que, historicamente, ficou condenada a tentativa da Internacional de tentar fundir agrupamentos de ideias com agrupamentos de interesses. Assim, os sindicatos modernos, do século 20, têm e devem ter *o seu âmbito limitado à defesa dos interesses imediatos do salariato: salários e horas de trabalho, fundamentalmente. Isto desde que a sua acção seja a preconizada pelo método anarquista, sem intermediários, e que o sindicato manifeste a sua completa autonomia relativamente a todas as escolas ou forças políticas.*

Mas esta limitação do âmbito do sindicato, bem como o reconhecimento de conflitos e interesses contraditórios no seio do proletariado, induz uma tendência espontânea a um economicismo e a um corporativismo qualificados de retrógrados. É curioso verificar que esta posição não está muito afastada daquela de Lénine que qualifica a consciência espontânea possível do proletariado de «trade-unionista». A conclusão que dela tira o russo de que a revolução e o socialismo só poderão vir por força da «introdução do exterior» de uma consciência revolucionária trazida pelo partido de revolucionários profissionais não é, evidentemente, seguida pelos anarquistas.

Neno Vasco e Malatesta propõem que os anarquistas sejam, dentro dos sindicatos, os aguilhões da sua autonomia, da sua acção directa e da sua orientação anti-capitalista. Precisamente porque não querem dirigir os sindicatos nem atrelá-los aos interesses de um partido, eles serão os melhores defensores e vigilantes da identidade e independência sindicais.

Além disso, os anarquistas devem ser sindicalistas porque é este um terreno de eleição para espalharem as suas ideias. Mas — dizem — atenção a dois perigos à vista: um seria a tentação de impôr no sindicato uma doutrina, um programa anarquista; o outro seria, a pretexto de independência e neutralidade sindical, deixar o sindicato perder as suas características de escola de aprendizagem de novas solidariedades sociais e de associação de resistência ao statu quo *burguês.*

Destas ideias resultam duas coisas de que hoje nos podemos melhor aperceber: em primeiro lugar, a existência de uma dialéctica entre movimento anarquista *e* movimento social do operariado, *cada qual com a sua própria configuração e influenciando-se mutuamente. Se é certo esta dialéctica ser estruturalmente diferente da dialéctica leninista do partido-massas, não é menos certo que a sua identificação remete para a esfera da sua própria mitologia as visões veiculadas pelos anarquistas daquela época de uma* fusão *entre eles e as massas trabalhadoras, contrariamente aos «traidores» reformistas da classe.*

Por outro lado, resulta daquela concepção a ideia de uma certa centralidade *teórica, definindo essa orientação estratégica algo como um «justo meio» e um «correcto caminho» nos flancos do qual começam os perigos e as escorregadelas. Ouvir Neno Vasco alertar a «minoria consciente» contra os «escolhos» que é preciso evitar (subordinação do sindicato a uma doutrina ou, a pretexto de independência, suprimir nele a discussão ideológica), faz curiosamente lembrar a argumentação de uma Rosa Luxemburgo avisando a social-democracia contra os «escolhos» do radicalismo que a corta das massas e do oportunismo que sacrifica os princípios para contentar estas.*

Finalmente deve realçar-se o papel que Neno Vasco — uma vez mais como Malatesta — atribui ao sindicato na transformação social, na revolução. Divergindo de uma certa tendência da época (a que chama de automatismo sindical), estes anarquistas comunistas consideram que a revolução não surgirá apenas do desabrochar das contradições próprias à sociedade capitalista, da mesma forma que a greve geral (ultima ratio *da acção sindical), embora indispensável, não será o meio suficiente para derrubar o poder burguês. A insurreição armada, o povo em armas, são indispensáveis, bem como uma «preparação material, que não é tarefa oficial nem oficiosa dos partidos nem das organziações operárias»*(7)*. Mas é chamada particularmente a atenção para a necessidade de, passado o acto insurreccional, retomar rapidamente a produção e reorganizar a vida social. E neste aspecto o sindicato tem um papel de primeira ordem. Tal como consta na Carta de Amiens, o sindicato, «hoje grupo de resistência, será no futuro associação de produção e de distribuição, base da reorganização social». Grupo produtor e principal instituição pronta a assegurar a continuidade da vida social, de acordo — diz Neno Vasco — mas ele não será o quadro exclusivo dessa reorganização. A dialéctica massa-minoria prosseguirá, mesmo para além do fim da ordem burguesa. Registemo-lo.*

O modo anarquista de interpretar o sindicalismo inclui necessariamente muitas considerações de ordem histórica, sociológica, política e doutrinária. Se nem tudo o leitor encontrará no texto de Neno Vasco — e é preciso ter sempre presente o período em que foi elaborado e o facto de não ter sido concluído pelo autor — ele é porém suficientemente explícito e representativo das concepções da corrente anarquista comunista sobre a matéria. Deve também realçar-se — até porque isso vai ser elemento importante das polémicas que adiante se referirão — que o sindicalismo não ocupa todo o espaço de intervenção dos anarquistas, longe disso. Não obstante, ele representa, para esta corrente, o factor privilegiado da transformação social e ocupa um lugar central na sua estratégia.

Alguns dos argumentos em favor desta preferência são: a magnitude das massas postas em movimento pela acção sindical, comparativamente a outras formas de luta e de agitação; a continuidade da instituição sindical, possibilitando a educação dos trabalhadores, a auto-aprendizagem pelas suas lutas e pela conservação da sua memória; o quadro que o sindicato fornece para, controlando desde logo em boa parte o processo de trabalho(8)*, poder, após a revolução, assenhorear-se da totalidade do processo de produção; o carácter classista das associações sindicais (e a possibilidade de*

exaltação prática de uma moral fundada sobre o trabalho); a relativa aceitação que nelas têm as ideias de não-intervenção política, de internacionalismo e de anti-belicismo; a possibilidade, pela via da neutralidade e independência sindicais, de realizar a união dos trabalhadores, para além das suas preferências ideológicas e partidárias; a valorização que é feita das formas de acção directa típicas do sindicalismo (a greve, a greve geral, o boicote, a sabotagem) vistas como o oposto da acção indirecta, representativa, parlamentar.

Esta estratégia considera, pois, como historicamente ultrapassadas duas das formas que, no século XIX, tinham tido o favor dos anti-autoritários: a insurreição popular, fazendo apelo à espontaneidade do povo, mas preparando-a por via conspiratória de associações secretas (Bakunine); e a propaganda pelo facto, que evoluiu rapidamente para o terrorismo, e daí para o ilegalismo. A partir do momento em que milhares de trabalhadores se organizam em sindicatos de aspiração emancipadora, fora do controlo do reformismo marxista, tais formas pareciam caducas. A «ideia» anarquista tinha penetrado nas massas.

Porém, na vida social as coisas são sempre mais complicadas do que nas demonstrações teóricas. Se percorrermos a história portuguesa desde o início do século até à instalação da ditadura salazarista podemos reparar, sem por agora entrarmos em detalhes, como se conjugam e se distendem o desenvolvimento das associações sindicais operárias por um lado, e, por outro, a influência que nelas têm os anarquistas. É um caminho sincopado, marcado por acontecimentos, fases, lutas, euforias e depressões. Até à implantação da república encontramos associações de classe maioritariamente chegadas ao partido socialista, embora com um ou outro sector onde aflora e predomina o peso das elites operárias anarquistas. Mas é depois de 1906, do Congresso da CGT francesa em Amiens e da proclamação da famosa Carta do sindicalismo revolucionário, que uma nova dinâmica parece lançar decisivamente as associações operárias para a via da autonomia e do activismo.

Após o 5 de Outubro de 1910, os ventos sopram favoravelmente aos desígnios dos partidários da estratégia sindicalista, sejam eles

anarquistas ou nem tanto. Dão-se lutas de forte mobilização operária, fazem-se congressos e planos de estruturação orgânica, têm-se vítimas e mártires, a aliança com a burguesia republicana estalou. Em curto espaço de tempo, o operariado português dos grandes centros (Lisboa, Porto, Setúbal), dos núcleos isolados (Covilhã, Silves, etc.) e do latifúndio alentejano parece decobrir-se uma identidade própria (ele e a sua organização de classe), o seu opositor (a burguesia, republicana ou não) e um projecto societário (um regime social fundado sobre o trabalho, provavelmente de contornos sindicalistas).

Em 1919 este processo atingirá um cume: existe uma Confederação Geral do Trabalho alicerçada em Federações profissionais e Uniões Locais de Sindicatos; existe um grande órgão de imprensa, diário, A Batalha*; existe um empenho revolucionário imparável nos meios militantes proletários por virtude da revolução russa. A partir daí, uma lenta degradação começa a erudir este êxito. Bolchevismo e anarquismo são, afinal, coisas bem diferentes, abrindo a rotura, estoirando o consenso feito na ascensão sindicalista. Por outro lado, a situação social e política portuguesa começa a tornar-se num horizonte cerrado de nevoeiro, onde ecoam os trovões estrangeiros de novas fórmulas autoritárias: o sindicalismo parece ter dificuldade em encontrar respostas à altura e manifesta uma certa perda de fôlego. Até que desaba o temporal, a ditadura militar, e a adopção de uma clara atitude defensiva, sem mais alternativas.*

Ao longo deste processo a concepção anarquista do sindicalismo *sofreu a prova do fogo, o confronto com a realidade empírica. E porque se trata aqui de avançar elementos de compreensão para o seu significado histórico, propomo-nos referir sucessivamente os que nos parecem ser os quatro momentos decisivos em que essas concepções e essas práticas foram questionadas, no confronto das ideias, e nas representações dos actores em presença.*

A primeira fase *surge-nos como a da* difusão do sindicalismo revolucionário. *É certo que esta difusão vem já de anos anteriores, do princípio do século, recobrindo de certa maneira a clivagem en-*

tre «puristas» e «intervencionistas». Como se sabe, esta divisão dos anarquistas portugueses ocorreu a partir do problema de colaborar, ou não, no derrube da monarquia, e de que forma. Ora enquanto os intervencionistas argumentavam com o desbloqueamento do progresso que constituiria a queda da realeza e da influência religiosa, os puristas usavam maioritariamente uma argumentação classista realçando os perigos da aliança com a burguesia republicana. Desta maneira, assim terá começado a preparação do terreno para a semeadura da propaganda anarquista nas associações de classe e para o maior dinamismo do sindicalismo revolucionário.

Evidentemente que este processo não é simples nem linear mas, no essencial, explica-nos a boa recepção que em Portugal tiveram os ecos dos progressos organizativos do sindicalismo francês e sobretudo as resoluções do seu Congresso de Amiens de 1906. É efectivamente a partir desta data que começa uma actividade importante de edição de textos, de traduções de obras desta corrente e de discussões e propaganda nos meios operários por parte de um número crescente de militantes, os quais parecem decididos a sacudir a influência que os socialistas possuem nas associações, a quem acusam de inoperância e acomodação à situação.

Embora perturbada por vezes pela luta política anti-monárquica, não parece contudo que haja verdadeira contradição entre as duas perspectivas, e o sindicalismo revolucionário faz o seu caminho, explode num apressar de lutas e organização após o 5 de Outubro e atingirá uma sua primeira meta com a criação da União Operária Nacional e a derrota das posições socialistas no Congresso Operário de Tomar de 1914.

Podemos distinguir, naquilo que aqui mais nos interessa — ou seja o plano ideológico — três níveis distintos, embora articulados, desta fase. O primeiro nível é constituído pela literatura elaborada, *por livros e fortes brochuras que detalhadamente expõem, criticam, aprofundam e reafirmam a teoria do sindicalismo revolucionário. Na sua grande maioria são traduções, o que é natural, dado o carácter exógeno do processo, assim como é natural que quase todas as obras venham do francês. Entre outros livros podem citar-se* O Sindicalismo, *de Challaye,* A Acção Sindicalista *de Victor*

Griffuelhes, Sindicalismo e Socialismo *de Lagardelle e outros,* A Confederação Geral do Trabalho *de Pouget,* Sindicalismo e Revolução *de Pierrot, ou* Sindicalismo *de Leone,* Sindicalismo e Greve Geral, *de Prat e Briand, editados por casas de prestígio como a Bertrand ou a Guimarães. Refira-se os nomes dos principais tradutores, pela importância que vão ter no futuro: Emílio Costa e Manuel Ribeiro.*

É claro que também se publicam originais portugueses: por exemplo o do socialista Augusto César dos Santos, favorável à nova doutrina, com A Questão Operária e o Syndicalismo, *ou Emílio Costa com a sua conferência editada sob o título* Acção Directa e Acção Legal[9]*. Mas é curioso registar que o nome de João de Campos Lima pode ser simbolicamente associado ao início e* terminus *desta fase, respectivamente com os seus livros* O Movimento Operário em Portugal *e* O Estado e a Evolução do Direito, *ambos preparados no quadro académico*[10]*. O primeiro é uma dissertação para a cadeira de Ciência Económica, da Faculdade de Direito de Coimbra, apresentada no ano lectivo de 1903-04. Se, nela, as teses sindicalistas não são ainda predominantes, encontram-se no entanto já expostos e defendidos alguns dos seus elementos característicos, como por exemplo a greve geral. O segundo texto, publicado em 1914, é um volumoso estudo apresentado no concurso para professor assistente do 3.º grupo (ciências políticas) da Faculdade de Estudos Sociais e de Direito da Universidade de Lisboa. Sintomaticamente, o autor termina esboçando a evolução recente do direito em matéria social e a ascensão do sindicalismo revolucionário. Apoiando-se em Leroy e Dufour*[11]*, Campos Lima teoriza um transitório* Estado sindicalista: *«A primeira fase do sindicalismo integral, conforme a preconizam os militantes sindicalistas, coincide pois com a última fase de transformação do Estado. É ainda um Estado, embora com uma organização diferente» (...) «não é, porém, senão um processo de adaptação a uma organização económica nova. Não pode discutir-se como doutrina, porque ele próprio supõe a sua imperfeição e a tendência para o seu desaparecimento logo que a revolução se generalize aos outros Estados e seja possível a organização social sindicalista» (...). Fosse mais*

por concessão ao quadro académico a que se destinava, fosse por convicção própria, não deixa de ser extremamente revelador o grau de consciência que tinha o anarquista Campos Lima das implicações possíveis de um pleno desabrochar da estratégia sindicalista.

O segundo nível desta difusão do sindicalismo revolucionário é constituído por outro tipo de textos, não já propriamente de teoria, mas de literatura de agitação e combate, *de divulgação popular, onde a fórmula se avantaja à reflexão, e o conceito cede o passo ao* slogan. *Podemos considerar nesta categoria os principais jornais sindicalistas, como* A Greve, *em 1908, e* O Sindicalista, *a partir de 1910; os pequenos folhetos que são editados pelos grupos militantes, sejam de autores estrangeiros (quase sempre franceses, é claro) sejam portugueses. Como exemplos podemos citar* A Confederação do Trabalho *de Delesalle,* Bases do Sindicalismo *de Pouget,* O Dia de Oito Horas *da CGT,* O Sindicalismo *de Fabbri,* A União dos Sindicatos e a Anarquia *de Pelloutier,* A Responsabilidade e a Solidariedade na Luta Operária *de Nettlau,* A Greve Geral *dos ESRI,* O 1.º de Maio: a Sua Origem *e* Sindicalismo e Acção Directa *de Manuel Joaquim de Sousa. Temos ainda os manifestos e proclamações em folhas soltas, que correm de mão em mão, de que um dos mais famosos foi o editado logo a seguir à queda da monarquia pelo Comité de Propaganda Sindicalista («versão sindicalista» do Grupo de Propaganda Libertária, do Porto) onde se dizia que: «Substituído o regime monárquico pelo republicano todos vêem que subsiste o mesmo e antigo mal-estar. As suas condições económicas são as mesmas. (...) Significa que a causa de todos esses males está na própria constituição económica da sociedade capitalista», e se propõe propagar e desenvolver a organização operária «sob a moderna orientação sindicalista, autónoma e federativa»*[12].

Finalmente, no terceiro nível incluimos as resoluções oficiais *que têm a ver com o tecido organizativo do associativismo operário, ao longo desses anos. É talvez suficiente, por agora, referir conclusões da tese* Cooperativismo e Organização Sindical, *votadas no Congresso Sindical e Cooperativista de Setembro de 1909,*

onde se diz que o «operariado português deve, independentemente de quaisquer doutrinas filosóficas individuais unir-se, agrupar-se, constituindo no mais curto prazo de tempo possível as suas respectivas Associações de Classe ou sindicatos profissionais (...)»; o 2.º Congresso Sindicalista (1911), onde na tese Greves e Arbitragem *se apelava a repudiar esta última «qualquer que seja o aspecto com que se apresente», a «não prevenir a entidade patronal, procurando que a greve constitua o mais possível uma surpresa» e a «intensificar por todas as formas a propaganda anti-militarista»; e, finalmente, o Congresso de Tomar (Março 1914) onde sai aprovada a tese* Organização Operária *que cria a U.O.N. e onde é assegurada a neutralidade e autonomia do sindicalismo, o qual não pode «tomar parte, colectivamente, em eleições, manifestações partidárias ou religiosas»*[13]*, congresso que marca definitivamente o predomínio das ideias do sindicalismo revolucionário sobre a tendência social-democrata no plano nacional, e também a primeira fase de estruturação orgânica do movimento sindical no sentido de uma central nacional unitária.*

Esta fase é sobretudo marcada por uma grande auto-confiança, por um proselitismo transbordante, por um sentido de união classista que reclamam a autonomia do sindicalismo relativamente ao socialismo político, a adopção de uma atitude ofensiva nas lutas quotidianas dos trabalhadores, a aposta numa construção ponderada da instituição sindical e, finalmente, uma grande desconfiança para com os intelectuais, jornalistas, políticos, etc., consubstanciada num espírito obreirista a toda a prova.

Se o anarquismo e o socialismo são uma polémica já antiga em Portugal, só simplificando excessivamente se poderia dizer que, nesta fase, o primeiro predominaria sobre o segundo. E se é certo que o sindicalismo revolucionário é filho do anarquismo, é apenas por força desta paternidade e indirectamente que o anarquismo se sobrepõe ao socialismo reformista nestes primeiros anos da república.

O sindicalismo revolucionário conseguiu ser uma nova realidade, distinta do próprio anarquismo, embora na sua órbita capaz de atrair militantes operários sem ideologia muito precisa e até socia-

listas e revolucionários republicanos confessos. Que um e outro não eram exactamente a mesma coisa, prova-o a importante polémica que constitui a segunda fase *das relações entre anarquismo e sindicalismo em Portugal.*

Com efeito, no início do ano de 1913 regista-se uma vigorosa troca de opiniões na imprensa operária e anarquista sob a questão seguinte: bastar-se-á o sindicalismo a si próprio? Por outras palavras, tratava-se de saber se o sindicalismo seria a forma moderna, a forma social do ideal anarquista; se o anarquismo se esgotaria no sindicalismo ou se o transbordava ou transcendia; se, finalmente, o sindicalismo, embora nascido e enriquecido das formulações anti-autoritárias, teria construído a sua própria doutrina e deveria doravante assumir a sua plena maioridade.

Note-se que esta discussão surge cronologicamente ainda dentro da fase que nós qualificamos de difusão do anarco-sindicalismo e balizamos entre os anos 1906 e 1914. Mas compreenda-se que ela tem a sua própria lógica e não interfere no processo que se cristaliza, de facto, institucionalmente, com a criação da UON em 1914.

Na realidade, a polémica surge após as enérgicas lutas operárias de 1911 e 1912, os acontecimentos de Setúbal, as duas greves dos trabalhadores rurais alentejanos, a greve geral de solidariedade de Janeiro de 12 com o cerco à Casa Sindical de Lisboa e o grande número de prisões de militantes operários. É pois como que um balanço de apuramento de resultados, uma pausa de reflexão após o turbilhão de acontecimentos registados desde Outubro de 1910, dos quais os conflitos laborais e a agitação social não eram, evidentemente, senão uma parte.

Em 26 de Janeiro de 1913, poucos dias depois de ter tomado posse como chefe do governo, Afonso Costa proferiu uma conferência na Imprensa Nacional subordinada ao tema «Catolicismo, socialismo e sindicalismo», que lhe valeu de imediato as críticas cerradas da organização sindical e mesmo as réplicas de sindicalistas estrangeiros(14). Curiosamente, poucos dias depois, no 1.º número do semanário anarquista Terra Livre*(15), Emílio Costa publicava o artigo «Sindicalistas e Anarquistas» em que refutava a ideia*

*de que o sindicalismo se bastasse a si próprio. Imediatamente lhe responde Manuel Ribeiro n'*O Sindicalista*, começando por afirmar que aquele artigo viera «talvez fazer mais mal ao sindicalismo do que a conferência do sr. Afonso Costa»(16). Estava lançada a polémica. Ela vai prosseguir nas páginas daqueles dois periódicos e abranger, para além dos dois indivíduos citados, também Campos Lima e Adolfo Lima, nos meses seguintes(17). Mas vai igualmente interessar vivamente o semanário* A Aurora *do Porto, onde Neno Vasco sai à estacada com uma importante série de artigos, e suscita ainda tomadas de posição colectivas dos grupos editores destas publicações.*

A discussão — é interessante notá-lo — processa-se sempre de forma cortez, sem nunca se estragar com ofensas de linguagem ou processos de intenções. É um verdadeiro debate de ideias onde, numa palavra, os anarquistas dizem que, embora o sindicato seja o mais importante instrumento revolucionário e de emancipação social, se recusam a ver no sindicalismo uma teoria social nova que viesse equiparar-se ao socialismo e ao anarquismo; e, por seu lado, os «sindicalistas puros» consideram ser o movimento sindical a forma histórica assumida pelo ideal anarquista, não havendo, por isso, mais razão de separar um do outro. Os termos da querela são, no essencial os mesmos já empregues em 1907 no Congresso Anarquista Internacional de Amsterdam, quando Malatesta defendia o ponto de vista anarquista comunista e Monatte o dos nóveis sindicalistas revolucionários(18).

É, de resto, de notar que essa discussão não se encerra internacionalmente após Amsterdam. Ela prossegue, a espaços, na imprensa anarquista e, precisamente, os jornais portugueses seguem-na com proximidade e interesse. Se em 1907 a discussão é ainda estranha aos militantes portugueses, em 1912-13-14 ela atingiu o rubro entre nós, e vemos assim cada uma das tendências (e sub-tendências) traduzir e comentar artigos de militantes de renome internacional em abono das suas opiniões. Malatesta, por exemplo e como dissemos anteriormente, começa só nesta altura a ser traduzido em força nos nossos periódicos anarquistas comunistas: em Junho e Julho de 1912, Neno Vasco apresenta na revista A Semen-

teira a sua figura e obra, chamando particularmente a atenção para a sua concepção do sindicato; em plena polémica, em Abril de 1913, A Aurora insere uma longa montagem de textos sobre «A Organização Sindical»[19], e muitas outras citações e epígrafes. Mas não são apenas as posições malatestianas que são veiculadas em Portugal. Também o são as opiniões que sobre o assunto têm na época Jean Wintsch, Luigi Bertoni ou Kropotkine[20]. Mais: A Aurora reproduz extensamente, ao longo do primeiro semestre de 1914, mais uma fase desta polémica, agora desencadeada a propósito da invocação que Malatesta fizera do exemplo de Bakunine e da Primeira Internacional e a que acorrera James Guillaume formulando opiniões diferentes. Intervêm nesta troca também Bertoni e Fabbri, todos com poderosos argumentos, a que só a guerra vem pôr termo[21].

Como é natural, o desenvolvimento da discussão abrira um pouco mais o leque das opiniões, mesmo entre os partidários do anarquismo comunista. A unidade deste, se era real face aos que eles tratam de individualistas (mas que são, de facto, anti-organizadores, ilegalistas e apaches), não é tão sólida quanto parecia e já começa a dar mostras disso quando a guerra vem fazer estoirar a sua união[22].

Pela importância que vai ter no futuro, é conveniente também chamar a atenção para o facto de que, desde esta fase, seria errado ver nesta polémica apenas o confronto entre posições mais imediatistas (os sindicalistas) e outras mais globais e históricas (os anarquistas), como por vezes estes últimos procuram dar a entender. Sem sair do campo do anarquismo comunista, existem já pessoas que contestam as posições (malatestianas como kropotkinianas, neste caso) de relativa neutralidade e independência do sindicato, duvidando da sua própria possibilidade, e acentuando mais nitidamente o papel dos grupos e dos militantes anarquistas comunistas, dentro e fora do sindicato. O próprio Neno Vasco é contestado na nossa imprensa por duas vezes: a primeira numa troca internacional de pontos de vista com João Crispim, militante acrata da organização operária de S. Paulo[23]; e a segunda a propósito do papel da Juventude Sindicalista, que Neno defende, preferindo-a a uma

organização juvenil libertária. No primeiro caso, o brasileiro argumenta que «queira-se ou não, uma das tendências acaba por predominar nos sindicatos, e o que se deve pedir aos anarquistas é que façam nos sindicatos a maior propaganda dos seus princípios até que tomem uma orientação anarquista». No segundo, o provavelmente jovem Henrique Fernandes desafia na Comuna Livre Neno escrevendo: «Para terminar, uma só coisa peço a Neno Vasco. É que estude profundamente a questão e depois diga quem está dentro da verdade: se aqueles que nos abandonam para formar grupos sindicalistas; se nós, que continuamos firmes no nosso posto, a propagar o mais sublime ideal — Anarquia»[24].

Porém, Neno Vasco mantém a ideia de que, da legítima e necessária propaganda anarquista nos sindicatos, não se segue que estes devam, em momento algum, proclamar-se oficialmente anarquistas. E que, para lhes «insuflar o estudo e afastá-los da taberna e do lupanar», se deve agrupar os jovens «segundo critério de classe e de idade, não de ideias».

Todos os testemunhos coincidem em que o debate interessou vivamente os militantes sociais. É sintomático, por exemplo, que a Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais tenha editado em 1913 uma brochura intitulada Sindicalistas e Anarquistas, contendo alguns dos principais artigos publicados imediatamente antes por Manuel Ribeiro e Neno Vasco (e ainda Han Ryner e Malatesta) nos jornais que já atrás citamos. O Alentejo fora palco de importantes greves aplicando o método da acção directa e da solidariedade de classe, onde os anarquistas haviam jogado o seu papel. É pois lógico que o militantismo rural quisesse aprofundar esta questão.

Finalizemos então esta segunda fase das relações entre anarquismo e sindicalismo em Portugal com a referência ao que se passou nas reuniões orgânicas anarquistas realizadas neste tempo.

Em Novembro de 1911 teve lugar em Lisboa o 1.º Congresso Anarquista da Região Portuguesa. Nele é discutida e aprovada uma tese apresentada pelos grupos do Norte, lida (e provavelmente redigida) por Manuel Joaquim de Sousa, sobre o tema «Sindicalismo e Anarquismo»[25].

Aí é dito que o sindicalismo moderno (ou seja, o revolucionário) é «uma consequência da doutrina anarquista» e a sua «táctica de luta está integrada na acção anarquista». Mas «convém não confundir o sindicalismo, mesmo revolucionário, com o anarquismo. Rigorosamente, não são a mesma coisa».

Da tese resulta que os anarquistas devem ir para as associações de classe do operariado: (...) «necessário se torna que os anarquistas exerçam, desde já, como aliás se tem feito, uma propaganda tenaz e cerrada dentro dos sindicatos, tanto mais que eles são os lugares onde já se reconheceu que se pode fazer melhor sementeira» (...) «convém que sejamos persistentes nos sindicatos sem nos deixarmos absorver por eles, preparar o espírito dos trabalhadores, de modo que eles se integrem no pleno conhecimento do nosso ideal. Feito isto, teremos contribuído para a vitória da razão, para a destruição do privilégio económico-burguês e para o advento do comunismo anarquista».

As últimas frases mostram o discurso estratégico dos anarquistas comunistas e Malatesta, como Neno Vasco, reconhecer-se-iam nestas resoluções. Porém, a simples recomendação de não se deixar «absorver» pelos sindicatos, três anos mais tarde transmuta-se já em discussão acesa, aquando das Conferências Anarquistas que se realizaram em Coimbra, Faro, Porto e Lisboa, em grande parte aquilhoadas pela vontade de enviar uma delegação ao Congresso Anarquista Internacional que deveria ter lugar em Londres em Agosto de 1914(26).

A tese Os Anarquistas no Movimento Operário, apresentada pelo Grupo Brochura Social (de que fazia parte Neno Vasco, que a redigiu), expunha longamente a concepção malatestiana defendida por Neno e desenvolvida mais tarde na Concepção Anarquista do Sindicalismo. Enquanto no Porto foi aprovada sem problemas de maior, em Lisboa originou discussão. Para além duma emenda da autoria de Caetano de Sousa(27), o debate mais vivo foi levantado por Manuel de Abreu, contra a entrada dos anarquistas nas direcções sindicais, sob pena de abdicarem das suas convicções(28).

Aurélio Quintanilha(29), relator da tese, diz que não é possível estabelecer regras rígidas, nem condenar em abstracto, embora

fosse preferível aquela atitude. Manuel Afonso (encadernador) afirma que em sindicatos como o seu, se os anarquistas saissem das direcções, os sindicatos morreriam, o que é corroborado por Rosendo Viana (sapateiro) e António Travelho (de Setúbal). Emílio Costa opina que o que é nocivo são as longas permanências nos cargos sindicais, que burocratizam. Mas Abreu insiste na sua, enquanto Artur Figueiredo, Augusto Quintas e Sá Júnior são firmemente contra. Jerónimo Correia sugere que só se aceitem cargos quando perigar a vida dos sindicatos. E finalmente, Jerónimo de Sousa propõe o seguinte aditamento às conclusões da tese, o qual é aprovado por consenso (ou por cansaço?): «Julgamos que os anarquistas devem evitar entrar nos corpos directivos dos sindicatos e sobretudo recusar-se a desempenhar esses cargos permanentemente, devendo a sua acção exercer-se entre a massa dos sindicados».

Eis como se discutia em 1914, entre os anarquistas comunistas de Lisboa (ao contrário — parece — dos seus companheiros do Porto e província) uma questão prática, aparentemente menor, mas cujas consequências e desenvolvimentos seriam, no futuro, motivo de dolorosas revisões e ríspidos confrontos.

Consideramos como terceira fase das relações entre anarquismo e sindicalismo em Portugal aquela que se materializa nas polémicas geradas em torno da criação do partido comunista, em 1920-21.

Enquanto em 1913 são os sindicalistas puros que reivindicam a total autonomia, inclusivé ideológica, da organização sindical, e, do outro lado, os anarquistas que lhes denegam tal pretensão, agora as posições vão curiosamente inverter-se. São os anarquistas que defendem à outrance a independência sindical e até mesmo a auto-suficiência sindical para as tarefas transformadoras da revolução social, enquanto que os bolchevistas apontam a «consciência trade-unionista» do sindicalismo e a necessidade de direcção política por parte de um agrupamento de vanguarda.

Seria injúria gratuita dizer que os anarquistas haviam entretanto mudado fundamentalmente de posição. O que mudou foi o interlocutor: de apologia das potencialidades próprias do operariado

organizado, passou a partido dirigente de uma revolução. Mas não deixa de ser verdade que, no fogo da polémica, os anarquistas são levados a acentuar aquilo que da outra vez diminuiam e a menosprezar aquilo que antes empolavam.

*Em 1920, em plena excitação com os ecos das revoluções proletárias (Rússia, mas igualmente Hungria, Alemanha, Itália, etc.), o conhecidíssimo militante José Carlos Rates, antigo sindicalista revolucionário, pode publicar na Editorial d'*A Batalha *(repare-se) um livrinho intitulado* A Ditadura do Proletariado *onde, em cerca de 100 páginas, são apresentados os Decretos que um Conselho de Comissários do Povo deveria promulgar após a vitoriosa (e, aparentemente, iminente) revolução proletária em Portugal. Rates argumenta que, insurreições fazem-se muitas entre nós, mas se o operariado quer, de facto, fazer a revolução social, tem de garantir o seu sucesso por meio deste instrumento: a ditadura proletária. Mas como Rates conhece bem a situação portuguesa e a sua organização operária, aposta ainda numa forma de ditadura que seria conduzida a partir do sindicalismo e onde o papel do partido-guia é ainda nebuloso.*

Isto não quer dizer que o «pacote» de decretos revolucionários não abranja toda a vasta área de acção governamental. Pelo contrário, as medidas preconizadas vão desde a produção ao consumo, dos transportes à agricultura, dos impostos à força pública, do ensino à saúde, dos direitos individuais à imprensa, da justiça à religião, dos serviços públicos às colónias. Duas constantes: o seu carácter de imposição revolucionária e a sua execução imediata. Veja-se por exemplo que, com a socialização da indústria, se prevê decretar a sindicalização obrigatória, e com a socialização do comércio, a cooperativização obrigatória!

Última curiosidade: é a CGT quem deverá nomear e mandatar o Conselho dos Comissários do Povo para realizar tal obra!

A estupefacção terá sido certamente enorme em alguns anarquistas. Noutros seria a hesitação, a atracção simultânea por dois polos opostos.

No seguimento desta brochura (que Neno Vasco ainda regista, nas páginas da Concepção Anarquista do Sindicalismo*), o mesmo*

*Rates vem defender as suas concepções n'*A Batalha. *Vários militantes intervêm na polémica que se segue nas páginas daquele diário, entre Novembro de 1920 e Março de 1921, num total de 54 depoimentos. Aparecem os nomes de Manuel Joaquim de Sousa, Jorge Coutinho, Adriano Botelho, Nogueira de Brito e outros. Mas a figura que assume a defesa das posições anarquistas e que responde taco-a-taco aos argumentos de Rates é a de Emílio Costa que, curiosamente, havia sido bastante maltratado pelos anarquistas malatestianos a propósito da guerra e da sua posição a favor da defesa da França. Apesar das divergências, Emílio Costa continuava sendo um anarquista. E a linha do seu discurso é esta: revolução sim, mas sem ditadura; caindo nela, mesmo temporariamente e com as melhores intenções, será possível depois voltar atrás?*

Que o órgão oficial da CGT veicule nas suas páginas posições tão claramente contrapostas, mostra-nos um pouco como a hesitação seria grande entre o operariado organizado sobre se deveria seguir os exemplos dos «seus irmãos da Rússia» ou seguir, pela segunda vez em poucos anos, os discípulos de Bakunine contra os discípulos de Marx.

Em Março de 1921 é fundado o Partido Comunista e a partir daí a polémica passa a revestir outras formas, mais institucionais: são as notas oficiosas da CGT, as teses e moções votadas em congressos da organização operária, a questão da adesão às Internacionais.

Mas as «fantasias ditatoriais» de Carlos Rates (como escreve Emílio Costa) e, de uma maneira geral, o vanguardismo sovietista tiveram o seu contraponto do lado dos partidários da proeminência da organização sindical. Veja-se o trabalho Organização Social Sindicalista, *preparado por Adolfo Lima e votado nos Congressos da Covilhã e Santarém como «Carta Orgânica do Sindicalismo Português». A concepção que enforma este texto (para além do seu naturalismo e cientifismo endémicos) é a de um* pan-sindicalismo, *de um totalitarismo teórico que responde simetricamente ao bolchevismo prometaico dos seus adversários.*

«O Sindicalismo *comporta, dentro da sua organização,* todos *os*

órgãos necessários à vida complexa e exigente das sociedades progressivas; e desempenha, por meio desses órgãos, todas *as funções indispensáveis à completa expansão e constante aperfeiçoamento dessa vida.*

O Sindicalismo, *como organização social completa e integral, basta-se a si próprio, quer para transformar o actual regime, quer para realizar e construir* todas *as instituições da sociedade futura de natureza e ideal libertários» (Proposta editada pela Comissão Organizadora do 3.º Congresso Nacional Operário — 1922). Que os termos tenham depois sido limados pelos militantes operários, é todavia menos significativo que o facto do sentido da tese se ter mantido. Assim como nos parece menos gritante que um intelectual e pedagogo como o dr. Adolfo Lima, imbuido das concepções positivistas e evolucionistas do seu tempo, e sempre militante libertário mas marginal à organização operária, possa ter acedido a escrever este texto a pedido do militantismo operário anarquista com o bom argumento de que a independência da CGT perigava face ao novo PC, do que o facto desses militantes terem aceite uma formulação ideológica que, se preservava as orientações emancipadoras da CGT, explicitava claramente a «auto-suficiência» do sindicalismo que eles justamente haviam criticado anos antes aos partidários do sindicalismo puro.*

Esquematizando para mais fácil compreensão, poderemos talvez dizer que, nesta fase, se Carlos Rates é o sindicalista revolucionário aderido à fascinação do bolchevismo e Emílio Costa o anarquista moderado e inteligente que lhe recusa as perspectivas liberticidas, a Organização Social Sindicalista *aparece como a bandeira dos anarquistas operários que não querem perder o controlo de uma organização (a CGT) que por seu mérito foi erguida. Qual, porém, o preço que eles terão que pagar para aguentar essa barricada?*

A quarta fase *das relações entre anarquismo e sindicalismo em Portugal situa-se, por um lado, depois do rompimento da unidade sindical pelos sindicatos onde os adeptos da Internacional Sindical Vermelha vão tendo preponderância, e por outro lado, após a instauração da ditadura militar e sobretudo após a ilegalização da CGT e o encerramento d'*A Batalha, *que se seguiram à tentaviva insurreccional de 3-7 de Fevereiro de 1927.*

É, de algum modo, a hora do balanço final, num momento em que a divisão operária já não oferece dúvidas que é algo de muito profundo, em que também, ao contrário do que pudesse parecer, se percebe bastante bem o que é o fenómeno fascista e como a situação de ditadura militar de então ainda não é o fascismo, *mesmo se lhe está a preparar o leito. Os sindicatos, embora com dificuldades, permanecem em funcionamento e, após um período de maior perseguição à imprensa, esta pode reerguer-se com certa liberdade nos anos 29-30-31, apesar da censura prévia.*

Pode verificar-se documentalmente que nas conferências orgânicas libertárias que, a partir de 1923, se realizam com alguma regularidade, o tema «atitude dos anarquistas perante os sindicatos» aparece sacramentalmente. Mas se a posição se mantém a mesma em termos genéricos, como no passado, é já menos a questão do «sindicalismo» que a dos «sindicatos» que verdadeiramente está em causa. Para além disso, a parte que ela ocupa nas preocupações dos anarquistas organizados (que, entretanto vão deixando de usar o qualificativo de comunistas, para se não confundirem com os bolchevistas) diminui sensivelmente. E é significativo que na resolução tomada na Conferência de Alenquer, em Março de 1923 (talvez a mais importante, porque dela sai a constituição da União Anarquista Portuguesa), se diga que as organizações sindicais «têm objectivos quase exclusivamente materialistas, satisfazendo principalmente o egoísmo das massas». No seu seguimento, por exemplo, a UAP estampa num manifesto que «os anarquistas têm no sindicalismo revolucionário, a desempenhar o mesmo papel que desempenham na sociedade actual, porque a sua acção é semelhante em todos os aglomerados humanos» e eles devem «manter a massa em rebelião constante contra todos os princípios autoritários» (30).

Por aqui se vê que, ao mesmo tempo que a estrutura organizativa anarquista faz progressos relativamente ao passado de antes da guerra — nomeadamente na estabilidade das suas federações, na

regularidade das conferências e até na coerência das suas posições — maior parece ser o distanciamento dos libertários relativamente às sujeições a que se vêem obrigados enquanto membros das direcções, administrações e comités sindicais.

É provável que esta reflexão colectiva se tenha acelerado a partir de 1926 e talvez que para isso tenha contribuido a campanha «moralizadora» lançada pelo jornal O Anarquista, órgão da UAP, contra o atentismo das cúpulas da CGT e o acomodamento dos redactores d'A Batalha[31].

Mas é aproveitando a ligeira «abertura» de 29-30 que o debate vai poder espelhar-se na imprensa e ganhar outra dimensão, impossível de atingir nos círculos restritos dos grupos de afinidade ou das organizações clandestinas.

Com efeito, encontramos uma trintena de artigos que se vão respondendo uns aos outros, e aprofundando a questão, em quatro das principais publicações que nessa época conseguem manter-se: são a Vanguarda Operária (órgão da organização operária), Germinal (jornal libertário), a revista Aurora — estes todos saídos no Porto — e o jornal anarquista Terra e Liberdade, publicado no Barreiro[32].

Os intervenientes mais activos são indubitavelmente Francisco Quintal (com o pseudónimo de «Meridional»], Luís Laranjeira, Adriano Botelho[33] e, curiosíssimo pormenor, o próprio Jean Grave que, desde França e com um papel muito apagado nas movimentações sociais do seu país no após-guerra, segue a situação portuguesa com a atenção suficiente para interferir activamente na polémica.

Quais são as posições em presença? Socorrendo-nos do ensaio de síntese feito pelo próprio Francisco Quintal[34] podemos identificar uma primeira tendência, personificada nas posições e nos artigos de Luís Laranjeira que sustenta que o esforço dos anarquistas no movimento sindical tem sido (e será) inútil, porque «o anarquismo não é um ideal proletário; dentro do movimento sindical os anarquistas têm-se anulado, conquistando cargos sindicais e agindo conforme os apetites das multidões; e, finalmente, a acção do anarquismo no sindicalismo não apresenta benefícios para as

ideias, mas, apenas, para as massas». É a posição mais radical de que já havíamos encontrado vestígios anteriormente, sem nunca abandonar o terreno do anarquismo social e revolucionário (que se costumava designar por comunista, como vimos).

A segunda tendência pode ser resumida pelas palavras de Jean Grave: «Sendo o sindicalismo um meio de luta contra o patronato, na sociedade presente, todos os partidários duma transformação social lhe devem prestar o seu concurso, deixando à porta do sindicato as opiniões que os dividem, limitando, lá dentro, a sua acção aos fins para que o sindicalismo foi criado e retomando, fora do sindicato, toda a liberdade de agir para a realização de outros fins». É, vê-se distintamente, a posição clássica do neutralismo sindical, tal como a Carta de Amiens a consignava, restando saber de que maneira este tipo de sindicalismo assume a «orientação emancipadora» fixada naquela Carta, nomeadamente a «desaparição do patronato e do salariato». É nesta mesma linha de tendência que se situa o livro de Emílio Costa Sindicalismo Independente, publicado pela mesma altura, e tudo leva a crer que, apesar das lutas e do envenenamento dos espíritos, fosse esta uma posição com alguma expressão no militantismo e no meio operários[35].

Mas há uma terceira tendência que poderíamos designar de quase-Forista[36] e que aparece na polémica expressa pelo conceito de «movimento anarquista». Numa palavra, a ideia que lhe está subjacente é a de que, ou os valores anarquistas predominam dentro dos sindicatos, ou então é esforço baldado, que os anarquistas devem evitar. Não identificamos, entre os intervenientes, nenhum que abertamente defendesse um sindicalismo de rótulo anarquista, como na Argentina, mas sim várias opiniões que, recusando este formalismo, apoiam a substância da ideia. Por exemplo, B. Inácio discorda dos companheiros refractários à organização sindical; compreende aqueles que são contrários à ocupação dos cargos directivos, mas acha que isso nem sempre é praticável; finalmente entende que «os anarquistas devem-se apresentar como tais dentro dos sindicatos, defendendo abertamente os seus pontos de vista e procurando influenciar, pela sua moral e pela sua conduta, as massas neles organizadas, mas isto sem a pretensão de lhe pôr o seu ró-

tulo»[37]. *Podemos dizer que esta posição é próxima da malatestiana, da posição defendida por Neno Vasco na* Concepção Anarquista do Sindicalismo, *porém agora afirmada após uma década mais de experiência de agudas lutas sociais. É também aquela que defende Adriano Botelho, militante que de alguma maneira foi, no plano teórico e ideológico, o continuador da orientação malatestiana no movimento anarquista português.*

Outra variedade desta tendência é a defendida então por Francisco Quintal que, não querendo um movimento operário anarquista rotulado *(porque é contra todos os rótulos), propõe no entanto um «movimento operário, agrupando somente produtores úteis, operários com carácter utilitário, próximo ou remoto, sem colaboração com outras tendências»*[38]. *Para Quintal, duas preocupações são evidentes: deixar de, por obreirismo, acolher todos os assalariados, mesmo os que produzem inutilidades ou nocividades (ele deveria pensar nos arsenais militares, em certos jornalistas, etc.); e ultrapassar o economicismo da acção sindical através da adopção de mais largas perspectivas que a ideologia anarquista podia fornecer, nomeadamente as suas preocupações educacionais.*

Note-se que, nas suas diferenças e nuances, *qualquer destas posições que constituem esta terceira tendência supõe uma insatisfação clara, uma crítica do passado recente, não só pela emergência dos temíveis adversários que passaram a ser os bolchevistas, não apenas pelos muitos camaradas que se transviaram, mas igualmente pela consciência de erros cometidos, pela perplexidade perante consequências inesperadas, pelo assalto das dúvidas e das revisões dilacerantes. Este estado de espírito é, com efeito, comum a qualquer das três atitudes de balanço final que identificamos. Mas é porventura mais significativa naquela que, mantendo o essencial da estratégia malatestiana do anarquismo revolucionário e social, procura a saída mais positiva em termos de futuro, para uma análise do passado desenhada a cores bastante sombrias.*

Apressemos o encerrar deste estudo introdutório ao importante livro de Neno Vasco com mais algumas observações sobre as circunstâncias que rodearam a sua publicação.

O contexto político do momento é fortemente marcado, no plano externo, pela revolução russa, e no plano interno pela nova fase que parece abrir-se após o sidonismo e o «reino da traulitânia».

*Em Agosto de 1919 sai o último número d'*A Sementeira, *numa fase em que Neno Vasco é um dos últimos colaboradores qualificados a ajudar o esforçado trabalho editorial do seu grande animador Hilário Marques*[39].

*Entretanto, Neno está colaborando desde Fevereiro desse ano n'*A Batalha, *quer escrevendo alguns poucos artigos, de fundo, quer, de maneira mais intensiva, assegurando a tradução de numerosa correspondência estrangeira.*

Como referimos anteriormente, é nesta altura que, para além da Federação Maximalista Portuguesa, aparecem as teses de Carlos Rates e se desenha a clivagem que vai atingir o movimento operário.

*É por isso lógico admitir que, libertado dos encargos d'*A Sementeira *e tendo encontrado um eficiente substituto para a correspondência externa d'*A Batalha *na pessoa de Adriano Botelho, Neno Vasco tenha decidido dedicar o essencial das suas disponibilidades à preparação do livro* Concepção Anarquista do Sindicalismo *pensado como uma arma teórica fundamentada e reflectida capaz de fazer face aos estragos causados pela euforia bolchevisante. Também pode ter acontecido que esse objectivo lhe tenha sido sugerido ou encomendado pelos militantes anarquistas que na organização operária começavam a enfrentar os problemas. Sabemos que era amigo pessoal de Manuel Joaquim de Sousa, de Alexandre Vieira e outros; como ele próprio não tinha qualquer disposição pessoal para evidências, é bem possível que o livro tenha surgido desta maneira.*

Mas qual era a posição de Neno Vasco perante os acontecimentos da Rússia? Pelas opiniões e posições verificáveis documentalmente, o que se poderá dizer é que, sem hesitações, Neno aplaudiu o facto histórico *da queda do czarismo e mesmo o «queimar de etapas» que foi a revolução de Outubro. Como a totalidade dos anarquistas da época, ele entusiasmou-se com a dinâmica gerada pelos operários, soldados e camponeses da Rússia em direcção a*

uma «nova sociedade» marcada pelos valores da igualdade e da emancipação do trabalho. Mas, como anarquista assumido, recusou-se a ver no bolchevismo mais do que um actor passageiro da cena histórica. Identificando perfeitamente o que no marxismo revolucionário de Lénine e Trotsky se diferenciava do anarquismo, considerava que, ou essa fase era rapidamente ultrapassada, ou o espírito libertador da revolução entraria rapidamente em declínio, correlativamente à ascensão de um poder que não poderia ser senão cada vez mais ditatorial.

E de que maneira encarnaria esta mesma questão o meio militante operário em Portugal? Múltiplas interpretações, ao acaso das notícias e dos debates, teriam curso entre nós. Mas o entusiasmo afectivo pela revolução russa parece ser uma corrente bem mais vigorosa do que qualquer raciocínio muito elaborado, seja de tipo dogmático, seja analítico. Parece visível, por exemplo, que o sovietismo da Federação Maximalista agregou inicialmente mais simpatias entre os militantes operários do que o foi capaz de fazer o seu sucedâneo Partido Comunista.

*Se pegarmos n'*A Batalha *dessa época, vemos como o órgão da CGT balanceia entre notícias, apreciações e posições contraditórias sobre esta matéria, a qual — assinalemo-lo — ocupa uma parte importantíssima das preocupações confederais. Há por exemplo as regulares crónicas de Augustin Hamon, grande número delas sobre a Rússia, onde se espelha uma posição de apoio crítico, próxima da que teria Neno Vasco. Há as resoluções adoptadas nos congressos, sejam internacionais (Komintern, I.S.V., Internacional de Amsterdam, AIT, etc.), sejam de outros países (França, Itália, Espanha) onde os debates suscitados pela revolução russa vão fazendo o seu caminho. Há as notícias e avisos referentes às reuniões preparatórias do lançamento do PC, porventura mais numerosos que as dos grupos anarquistas. Etc..*

É, por exemplo, significativo que ao mesmo tempo que começam já a surgir nas suas páginas notícias vindas da Rússia *que falam das perseguições aos anarquistas pelo novo poder,* A Batalha *dê da revolta de Cronstadt a versão oficial do Conselho dos Comissários do Povo!*

Deste quadro, podemos talvez permitir-nos fazer uma hipótese: a de que, se a morte de Neno Vasco, em Setembro de 1920, se repercute com um impacto excepcional nas páginas do diário operário, o seu desaparecimento da cena possa objectivamente ter agradado a um certo sector da organização operária. É certo que existe uma aparente unanimidade, tanto entre anarquistas, como entre sindicalistas e todos os revolucionários sociais, no louvor à obra passada *de Neno Vasco. Mas os mortos esquecem-se rapidamente. E a romagem que a organização operária planeia fazer à sua campa, no Minho, um mês depois da sua morte, acaba por ter pretextos para adiamento e, em seguida, para o esquecimento.*

*É certo que, aqui e ali, o seu nome continua a aparecer na imprensa, nos anos seguintes, sobretudo nas datas evocativas; que fiéis companheiros lançam uma subscrição para a ajuda económica dos seus filhos órfãos; que no aniversário da criação d'*A Batalha *consecutivo à sua morte é inaugurado, na redacção, o seu retrato; que mesmo o sindicato dos arsenalistas de marinha, pró--ISV, também o faz em Novembro de 1922, por ocasião de uma festa — tais actos, se não deixam de ser sinal de reconhecimento do excepcional recorte da sua personalidade, aparecem também como fáceis elementos simbólicos de um* passado *para uso político presente*[40]*. Parece evidente que, com Neno Vasco* vivo, *nunca os bolchevistas o teriam homenageado. Mas a sua boca calara-se quando ele ainda não podia senão bendizer a transformação histórica da Rússia. E esse elogio pode ser muito útil para alguns.*

*Mas, para além das evocações necrológicas, porquê então o seu livro, anunciado na primeira página d'*A Batalha *em Abril de 1920; composto (pelo menos parcialmente) durante esse mesmo ano; terminado, forçosamente, pela morte do autor em Setembro; anunciado na mesma* A Batalha *«para breve» em Julho e depois de novo em Dezembro — apenas vem a sair a público em 3 de Abril de 1923?!*

*Não vemos, de facto, outra hipótese plausível que não a existência, nos organismos confederais e na Editorial d'*A Batalha, *de uma vontade de silenciar ou de retardar a divulgação do livro de Neno Vasco, por muitas declarações solenes que se fizessem de ad-*

miração pelo extinto. É apenas uma conjectura e que, evidentemente, não atinge todos os militantes indiscriminadamente que nessa altura dirigiam a CGT, mas apenas procura pôr em evidência as divisões e as relações de forças que então ali existiriam.

Uma última palavra queremos dizer acerca do postfácio que Adolfo Lima (A.L.) rubricou para a inconcluída Concepção Anarquista do Sindicalismo. *Ao contrário de outra interpretação possível*[41]*, Adriano Botelho chamou pertinentemente a atenção para as incompatibilidades entre a doutrina expressa ao longo das páginas do livro e as conclusões que dele tira Adolfo Lima, «amigo e camarada» do autor, exprimindo mesmo a ideia de «ter sido preferível que o livro tivesse aparecido tal como Neno Vasco o deixara»*[42].

Com efeito, o autor da tese Organização Sindical Sindicalista *mais não faz do que expor neste postfácio o resumo daquela tese (que atrás qualificamos de pan-sindicalista), com a particularidade de a considerar baseada nas ideias desenvolvidas por Neno Vasco — o que é, de facto, bastante constestável. Quando Adolfo Lima diz que «o sindicalismo é por essência, por ideal e por método ou táctica, libertário» está de facto a enunciar a proposta que, «desde o berço», o anarquismo fez aos trabalhadores organizados, e não a analisar a realidade social. Quando ele critica o «dualismo» que admite que um proletário seja sindicalista no sindicato e republicano ou «papa-missas» cá fora, está contradizendo directamente palavras textuais de Neno Vasco no corpo do livro.*

É pois com a sugestão de que este postfácio seja lido, mais como documento histórico, do que propriamente como conclusão do livro, que nós concluimos esta introdução, fazendo votos para que a sua leitura satisfaça a curiosidade do leitor interessado pela nossa história social e pelas teorias libertárias.

É fora de propósito fazer aqui uma biografia de Neno Vasco. Para além daquelas, resumidas, que já existem[43]*, seria trabalho para uma investigação autónoma e aprofundada e nem sequer se justificaria ligada à reedição de apenas uma das suas obras.*

Mas, ao pôr à disposição do leitor português dos anos 80 um livro com o significado histórico da Concepção Anarquista do Sindicalismo, *mal pareceria que lhe não fossem facultados alguns elementos sobre a vida, a personalidade e a acção militante do autor.*

Uma das curiosidades da figura de Neno Vasco é o facto de ele, sendo português de origem e filiação, ser descendente de família emigrada para o Brasil e aí ter vivido, não só quando criança, mas sobretudo uma década da sua vida adulta, já plenamente empenhado na propaganda dos ideais anarquistas.

Com efeito, uma vez concluído em 1901 o curso de direito em Coimbra (onde, entre outros, foi amigo de Faria de Vasconcelos[44] *e António Resende), Neno partiu para São Paulo, onde ficou até 1911. Já nessa altura é um culto e activo propagandista e escritor: dirigiu as publicações libertárias* O Amigo do Povo, Terra Livre *e* Aurora *e escreveu as peças de teatro* A Greve dos Inquilinos *e* O Pecado de Simonia. *Foi também neste período que Neno se relacionou com Malatesta, como com outros nomes grandes do anarquismo, graças à facilidade com que manejava várias línguas: inglês, francês, alemão, italiano e espanhol. Uma das áreas de uma futura pesquisa sobre a sua pessoa incluiria necessariamente a actividade desenvolvida na sua «década brasileira», bem como o papel relacionador de Neno Vasco no campo internacional, suas colaborações para outros países e obtenção de colaborações exteriores, e ainda o caso especial das relações entre Portugal e Brasil.*

Entretanto Neno casara (civilmente, claro) em 1905 com Mercedes Moscovo, filha de emigrantes espanhóis estabelecidos, como o seu próprio pai, em São Paulo. Estas ligações familiares mostram idênticas localizações sociais (negociantes de estatuto burguês) e ideológicas. Senão vejamos: Mercedes «acompanha o marido nas ideias»; o cunhado Manuel Moscovo é um dos anarquistas notórios de S. Paulo, companheiro de Neno; a cunhada Carmen ligou-se ao anarquista espanhol António Orellana e ficou vivendo na cidade paulista; a cunhada Ângela Francisca veio com a família de Neno para Lisboa e aqui casou com o anarquista galego António Hernando, instalando-se depois em Buenos Aires; e finalmente a cunhada Aurora, que também viera para Lisboa, aqui se ligou de-

finitivamente a Adriano Botelho, militante anarquista já várias vezes referido ao longo destas páginas.

Implantada a República em Portugal, é grande o desejo de Neno Vasco de regressar, o que faz em Abril de 1911. O seu nome era já conhecido das folhas libertárias, para onde enviava alguma colaboração. Mas a partir do dia em que se encontra instalado em Lisboa[45], inverte-se naturalmente a situação: Neno passa a ser redactor assíduo d'A Aurora, apesar da distância[46], tal como da revista A Sementeira; e é agora correspondente da imprensa brasileira afim, nomeadamente d'A Lanterna de São Paulo, d'A Guerra Social do Rio de Janeiro e d'O Diário de Porto Alegre.

É destes escritos que nasce o livro Da Porta da Europa[47], interessantíssimo e arguto «posto de observação» sobre os acontecimentos políticos portugueses e europeus dos anos 1911-12.

Entre 1911 e 1920, tanto A Aurora como A Sementeira contêm uma inumerável colaboração sua, quer sob a sua própria assinatura, quer sob o pseudónimo de «Zeno Vaz», quer ainda não assinada, em editoriais e outros textos congéneres. E não esqueçamos as suas traduções de artigos, correspondência e obras estrangeiras.

Em 1912, é lançada, por Neno Vasco e Lima da Costa, a colecção «A Brochura Social» (por assinatura e sob o modelo das Publicações dos Temps Nouveaux), que apenas consegue editar duas obras. Mas a designação continua a servir ao grupo de que fazem parte, entre outros, Neno Vasco, Aurélio Quintanilha e Sobral de Campos, pelo menos até meados de 1914, quando o grupo desempenha um activo papel na Conferência Anarquista de Lisboa.

Entretanto houvera a arrojada experiência do semanário anarquista Terra Livre, dirigido por Pinto Quartim[48]. Arrojada, porque foi a tentativa mais séria para lançar em Lisboa um periódico de características ideológicas libertárias de curta periodicidade, isto é, que pudesse intervir sobre os acontecimentos, e não apenas comentá-los. Mas arrojada também porque cristalizou nele as iras governamentais e terminou poucos meses depois com a prisão e expulsão de Pinto Quartim — também ele um «brasileiro» — para as terras de Cabral. Neno Vasco, estando já entre os subscritores que lançaram o apelo inicial, aparece como fazendo parte do corpo redactorial do Terra Livre e aí assina vários artigos.

Outro relacionamento importante na vida de Neno foi com Emílio Costa. Colaborante até 1914 (por exemplo nas páginas d'A Sementeira, nos cursos dados aos jovens das Juventudes Sindicalistas ou mesmo nos Cursos d'O Germinal, inicialmente), essas relações vão degradar-se por motivo da guerra e da atitude de Emílio Costa, favorável à posição kropotkiniana de «resistência ao invasor militarista», enquanto que Neno se mantém partidário inflexível do «derrotismo revolucionário e fraternização dos combatentes» defendida tradicionalmente pelos anarquistas (e nesta conjuntura assumida emblematicamente por Malatesta). A quezília é dura entre A Aurora do Porto (onde sempre colabora Neno), e Germinal, de Lisboa, órgão dos libertários «guerristas», dirigido por Emílio Costa, estendendo-se às relações pessoais dos dois notáveis militantes. Mas não é certo que fossem eles os interessados nessa degradação[49].

Neno Vasco, segundo o testemunho unânime de todos os que conheceram, seria tudo menos um indivíduo que buscava pôr-se em evidência. Nunca vemos os seu nome anunciado em comícios ou conferências, em reuniões públicas ou orgânicas. É, sim, um escritor infatigável, um homem de contacto humano directo e também um intelectual ávido de aprender e ensinar.

Paredes adentro da sua casa, a timidez pública esvai-se para dar lugar ao espírito, à alegria, a uma vida íntima rica de amor e cultura em partilha franca com os seus próximos[50]. Do seu círculo de amigos fazem parte outros militantes conhecidos do movimento anarquista e da organização operária: Quintanilha, Alexandre Vieira, Quartim, Jorge Campelo, Alves Pereira, Hilário Marques, Sobral de Campos, Manuel Joaquim de Sousa, Adriano Botelho e outros. Mas se a propaganda e a organização seriam motivo de conversa habitual entre eles, seria apenas uma parte de uma convivência mais larga, culta e risonha, que passava pela música, o teatro, a literatura e as artes plásticas, os passeios e pic-nics, os jogos e brincadeiras com as crianças. Em tudo isto, Neno (tal era, igualmente, o tratamento de família) era o exemplo e a personificação

de «uma intensa vida espiritual a par duma refinada delicadeza moral» (51).

A estatura da sua personalidade ficou também vincada na actividade profissional, no seu ganha-pão. Conquanto fosse bacharel em direito sempre se recusou a fazer carreira no foro ou no tribunal, por a considerar incompatível com a sua maneira de ser e com as suas ideias. Apesar de origem e relacionamento sociais burgueses, nunca quis beneficiar disso para ascender, ou sequer facilitar a sua situação económica, bem como a de sua família. Deste modo, preferiu sempre ser empregado, tanto no Brasil como em Portugal, trabalhando como correspondente de línguas estrangeiras de empresas comerciais, onde passou por situações que igualmente atestam da rectidão do seu comportamento psíquico e moral.

O desfecho último da sua vida, uniu estreita e dramaticamente, como indicamos no início, o seu relacionamento íntimo e familiar com a obra Concepção Anarquista do Sindicalismo. *Era como se, simbolicamente, duas facetas distintas mas inseparáveis de uma mesma sensibilidade, de uma mesma inteligência e vontade, se ligassem para sempre, oferecidas à meditação dos vindouros.*

Lisboa 1982.

João Freire

NOTAS

(1) Dr. Nazianzeno de Vasconcelos (Neno Vasco): *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, Lisboa, Secção Editorial de *A Batalha*, Calçada do Combro, 38-A, 2.º [1920] 1923, 166 p., 2$00.

(2) Com este estatuto, poderemos considerar:
Silva Mendes: *Socialismo Libertário ou Anarchismo*, s.l., s.e., 1896, 269 p.
Ângelo Vaz: *Neo-Malthusianismo*, Porto, Escola Médico-Cirúrgica, 1902, 140 p.
Campos Lima: *O Estado e a Evolução do Direito*, Lisboa, Aillaud & Bertrand, 1914, 414 p.

(3) Adriano Botelho: «Alguns Traços Biográficos de Neno Vasco», *A Ideia*, n.º 2, Novembro, 1974, pp. 12-17.

(4) A primeira brochura de Malatesta traduzida para português poderá ter sido *A Anarquia*, em 1895.
É importante também verificar que Silva Mendes, conquanto cite Malatesta no seu livro *Socialismo Libertário ou Anarquismo*, apenas o faz de passagem, assinalando-o como um dos italianos da Internacional sem qualquer referência ao seu papel teórico.

(5) *A Aurora*, semanário, 4 séries, 397 números, 1910-1920.
A Sementeira, mensário, 2 séries, 93 números, 1908-1919.

(6) Neno Vasco: «Sindicalismo e Anarquismo», *A Aurora*, 2.ª série, n.ºs 137, 138, 139, 140 e 142 (Março e Abril), 1913.
AV: *Almanaque de «A Aurora»*, Porto, Biblioteca do Grupo «Aurora Social», 1913, 142 p.
SA: «Os Anarquistas no Movimento Operário», *A Aurora*, 4.ª série, n.ºs 12, 13, 16 e 17 (Abril a Junho), 1917.

(7) Com este eufemismo, queria-se certamente justificar o emprego eventual de meios violentos, quando na perspectiva e na iminência da revolução social. Grave, Kropotkine, Malatesta e todos os outros maiores vultos do anarquismo comunista aprovaram a «propaganda pelo facto insurreccional», enquanto eram reservados ou mesmo hostis à «propaganda pelo facto individual».

(8) É patente como, nessa época, o *sindicalismo de ofício* era ainda predominante, mas experimentava já certas dificuldades para se adaptar às novas formas

de organização do trabalho capitalista. A preocupação de passar à estruturação de um *sindicalismo de indústria*, embora contraditória, testemunha abonatoriamente dessa consciência.

(9) Conferência pronunciada em 31 de Dezembro de 1911 na inauguração da primeira Casa Sindical, o palácio Pombal, na Rua do Século n.° 85, em Lisboa.

(10) O primeiro texto foi reeditado pelas Edições Afrontamento em 1972.

(11) Leroy: *Les transformations de la puissance publique*, 1907.
Dufour: *Le syndicalisme et la prochaine révolution*, 1913.

(12) Reproduzido, por exemplo, no livro de Manuel Joaquim de Sousa: *O Sindicalismo em Portugal*, 1931. Reedição, Porto, Afrontamento, 1972.

(13) Textos acessíveis, por exemplo, em [César Oliveira]: *O Congresso Sindicalista de 1911*, Porto, Afrontamento, 1971
César Oliveira: *A Criação da União Operária Nacional*, Porto, Afrontamento, 1973.

(14) «A *Sebenta* e a CGT. Jorge Yvetot, Secretário das Bolsas do Trabalho de França, Responde à Conferência do sr. dr. Afonso Costa», *Terra Livre*, Lisboa, n.° 2, 20.2.1913.

(15) *Terra Livre*, Lisboa, 24 números publicados (+ 1 sob título *O Protesto*), 1913.

(16) *O Sindicalista*, Lisboa, n.° 117, 23.2.1913.

(17) Ver também a troca de cartas e o envolvimento d'*A Capital*, em *A Aurora*, 2.ª série, n.° 166, 28.9.1913.

(18) Desta polémica (transcrita parcialmente, por exemplo, em Jean Maitron: *Ravachol et les anarchistes*, Paris, Juillard, 1964, e, sinteticamente, numa bruchura de Freedom, *The International Anarchist Congress, Amsterdam, 1907)*, foi publicado o texto de Malatesta: «Anarquismo e Sindicalismo», *A Sementeira*, n.°s 60, 61 e 62 (Agosto a Outubro), 1916.

(19) *A Aurora*, 2.ª série, n.° 143, 20.4.1913.

(20) Por exemplo Jean Wintsch: «O Anarquismo Operário», *A Aurora*, 2.ª série, n.°s 75, 31.12.1911; e 81, 11.2.1912.
«A Conferência de Bertoni em Paris sobre *Os Sindicalistas e a Ideia de Revolução*», *A Sementeira*, n.°s 24 e 25 (Agosto e Setembro), 1910.
Kropotkine: «Sindicalismo e Anarquismo», *A Sementeira*, n.° 50 (Dezembro), 1912; 51 e 52 (Janeiro e Fevereiro), 1913.

(21) *A Aurora*, 2.ª série, n.°s 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200 e 203 (Março a Junho), 1914.

(22) Embora com algumas dificuldades, o movimento anarquista comunista estava tentando estruturar-se internacionalmente. Após o congresso francês de 1913 (que rompe muito duramente com os «individualistas»), o grande objectivo passa a ser a concretização dum congresso internacional, em Londres, no Verão de 1914. Este objectivo desencadeia processos semelhantes em vários países, entre os quais Portugal. É sabido como o início da guerra tornou impossível o congresso de Londres.

(23) *A Aurora*, 2.ª série, n.°s 178 (Dezembro), 1913; 191 e 192 (Março), 1914.

(24) *Comuna Livre*, Coimbra, n.° 1, 13.10.1915.
Ver também *A Aurora*, 2.ª série, n.° 262 (Agosto), 1915.
A Sementeira, n.° 55 (Março), 1916.

(25) O relato do Congresso foi feito por *A Aurora*, 2.ª série, n.°s 70 a 75, 1911.

(26) Os textos e relatos referentes a estas Conferências encontram-se em *A Aurora*, 2.ª série, n.°s 200, 203, 204, 205, 206, 207, 209 e 210 (Maio a Agosto) 1914. E também em *Aurora*, Porto, n.os 5 a 8 (Janeiro a Abril), 1930. Estão igualmente transcritos, parcialmente, em Edgar Rodrigues: *Os Anarquistas e os Sindicatos*, Lisboa, Editora Sementeira, 1981.

(27) Futuro fundador e dirigente do Partido Comunista.

(28) Adriano Botelho confirma esta informação no artigo, firmado sob o pseudónimo «Um velho militante», intitulado «Associativismo», *Voz Anarquista*, Almada, n.° 63 (Julho), 1982, referindo que era conhecido pelo Abreu *Carvoeiro*. Informa-me mais, em carta, que aquele se tornou mais tarde socialista reformista, arranjou emprego como fiscal na C.M.L. e chegou a perseguir vendedores ambulantes na Feira da Ladra.

(29) Intelectual anarquista — ainda vivo — ao tempo membro do Grupo «Brochura Social».

(30) *A Comuna* (jornal que sucedeu a *A Aurora*), Porto, 30.12.1923.

[31] *O Anarquista*, Lisboa, 9 números, Fevereiro-Agosto, 1926. Ver também, a propósito, o texto de Manuel Joaquim de Sousa, publicado em *Voz Anarquista* n.°s 1 a 5 e 23 a 37, sob o título «Últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante» — a ser proximamente editado em livro por A Regra do Jogo.

[32] *Vanguarda Operária*, 58 números, 1929-30.
Germinal, 4 números (?), 1929-30.
Aurora, 14 números, 1929-30.
Terra e Liberdade, 8 números, 1930-31.

[33] Todos eles militantes anarquistas ainda vivos, à data em que escrevo.

[34] *Aurora*, n.° 10, Junho, 1930.

[35] Emílio Costa: *Sindicalismo Independente*, Lisboa, Seara Nova, 1931, 177p.

[36] A F.O.R.A. — Federação Operária Regional Argentina — era um sindicato de ideologia anarquista ainda mais marcada que, por exemplo, a própria C.N.T. espanhola.

[37] *Aurora*, n.° 8, Abril, 1930.

[38] *Aurora*, n.° 10, Junho, 1930.

[39] Ver sobre este assunto João Freire: «A Sementeira do Arsenalista Hilário Marques», *Análise Social*, Lisboa, n.° 67/68/69, 1981.

[40] Ver o exemplo gritante da *Bandeira Vermelha*, orgão da F.M.P., quando da sua morte. Manuel Ribeiro tenta abertamente pôr Neno Vasco como um pró-bolchevista, apesar dos protestos de Manuel Joaquim de Sousa. Vide *Bandeira Vermelha*, Lisboa, n.°s 48 e 49 (Setembro e Outubro), 1920.

[41] Jacinto Baptista, embora rapidamente, explicita esta opinião em «Neno Vasco Lembrado no Centenário do Nascimento», *O Jornal*, Lisboa, Fevereiro, 1978.

[42] *A Ideia*, n.° 2, Novembro, 1974.

[43] Adriano Botelho: «Neno Vasco» (Falecido em 15 de Setembro de 1920), in *Almanaque de «A Batalha» para 1926*, Lisboa, Secção Editorial de *A Batalha*, 1926, pp. 137-140.
SA: «Os Homens e as Ideias: Neno Vasco — 9-5-78 a 15-9-20», *Aurora*, Porto,

n.° 13, Setembro, 1930, pp. 11-12.
SA: «Nazianzeno de Vasconcelos», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 34, pp. 305-306.
Alexandre Vieira: «Dr. Nazianzeno de Vasconcelos» (correspondente de línguas estrangeiras e escritor), in *Figuras Gradas do Movimento Social Português*, Lisboa, ed. autor, 1959, pp. 191-197.
Adriano Botelho: «Alguns Traços Biográficos de Neno Vasco», *A Ideia*, n.° 2, Novembro, 1974, pp. 12-17.
Jacinto Baptista: «Neno Vasco Lembrado no Centenário do Nascimento», *O Jornal*, Lisboa, Fevereiro, 1978.
João Freire: «Neno Vasco, Anarquista», *Diário Popular*, suplemento Letras & Artes, Lisboa, 2.10.1980.
Edgar Rodrigues: «Neno Vasco», in *A Oposição Libertária em Portugal* (1939--1974), a publicar proximamente pela Editora Sementeira.
Indiquemos, por registo, que Neno Vasco nasceu em Penafiel a 9.5.1878 e faleceu em S. Romão de Coronado a 15.9.1920.

[44] Intelectual próximo dos anarquistas, foi mais tarde director do Instituto de Orientação Profissional.

[45] Provisoriamente no Dafundo e, depois, na Calçada do Poço dos Negros, a família Vasconcelos toma de arrendamento um apartamento na Rua da Penha de França n.° 98-2.° E.° em Lisboa, onde já vive em Outubro de 1911 e que não mais abandonará. Foi posteriormente, durante meio século, a residência de Adriano Botelho.

[46] Ver a interessante troca de correspondência com o director d'*A Aurora*, António Alves Pereira, publicada em *Aurora*, n.°s 8, 10 e 12 (Abril, Junho e Agosto), 1930.

[47] Neno Vasco: *Da Porta da Europa*, Lisboa, Biblioteca Libertas, 1913, 288p.

[48] Sobre este periódico, pode ler-se o recente estudo de João Medina: «Um Semanário Anarquista Durante o Primeiro Governo Afonso Costa: *Terra Livre*», *Análise Social*, Lisboa, n.° 67/68/69, 1981. É sob a responsabilidade do *Terra Livre* que é publicado o folheto de Neno Vasco: *Geórgicas* (Ao Trabalhador Rural), que teve depois várias reedições.

[49] *Germinal*, 2 séries, 37 números, 1915-17. Vide também a biografia de Miguel Córdoba, escrita por Adriano Botelho, a publicar proximamente na revista *A Ideia*, e o papel que teria desempenhado Augusto Machado — então anarquista, futuro bolchevista — nessa «guerrilha».

[50] Entre os testemunhos orais dos seus familiares próximos, avulta o de sua filha Ondina de Vasconcelos (a única dos 4 filhos, que sobreviveu), concedido ao autor desta Introdução.

[51] Adriano Botelho: *A Ideia*, n.º 2, Novembro, 1974.

CONCEPÇÃO ANARQUISTA DO SINDICALISMO

O COMUNISMO ANARQUISTA

I. Definição de liberdade. A solidariedade, factor de liberdade. Os obstáculos que lhe são postos. Opressão económica, política e intelectual; seus órgãos. — II. O mecanismo da exploração do homem exposto candidamente na Bíblia: José domina o Egipto pela fome. — III. O que é preciso fazer e o que é preciso destruir. Interdependência do privilégio económico e do privilégio político. Abolição necessária de ambos. — IV. Recapitulação: porque somos comunistas e anarquistas

I

Em busca do conceito positivo de liberdade, definido com a maior nitidez possível, cremos poder deixar de lado a questão do livre arbítrio e do determinismo. Os deterministas negam a liberdade volitiva, isto é, a vontade independente de motivos, com o poder absoluto de se determinar a si própria; para eles, tal liberdade não existe, sendo a vontade de um produto do meio cósmico, individual e social, uma resultante do ambiente em que actua. Os livre-arbitristas, pelo contrário, afirmam essa liberdade, admitindo, porém, (como faz o advogado italiano Luís Lala, numa crítica ao livro bem conhecido de Luís Molinari — *Il Tramonto del diritto penale*), admitindo, porém, que algumas vezes a autonomia da vontade pode, pelo concurso de factores externos ou internos, ficar parcial ou totalmente paralisada.

Logo, a vontade pode encontrar, na sua realização, obstáculos insuperáveis, que — admitem-no os próprios livre-arbitristas — anulam a liberdade no terreno dos factos, nas suas relações com o ambiente social, com o mundo exterior.

O que nos importa, pois, é estudar esses obstáculos e os meios de os evitar. A questão reduz-se a definir a manifestação exterior da liberdade, para os livre-arbitristas; para os deterministas, a única liberdade existente — a liberdade de agir, ou noutros termos, a *possibilidade* de realizar a vontade. Pouco importa, para o nosso caso, que a vontade seja ou não determinada.

Ora, donde podem vir os obstáculos à realização da vontade? Ou das forças naturais, físicas, ou do mundo social, das forças humanas.

A liberdade afirma-se primeiramente como acto positivo: é o produto duma conquista sobre o ambiente, o resultado duma luta contra as forças exteriores. E logo surge a associação, a coordenação de forças como factor de liberdade. A cooperação de esforços, actuando contra as forças físicas e sociais hostis, vencendo maiores resistências, aumenta a soma de possibilidades e bem-estar, isto é, de liberdades, de cada uma das partes associadas. E se a solidariedade se desse entre todos os seres humanos, a luta teria como alvo único o triunfo sobre a natureza bruta. As forças conscientes, antes divididas, agora unidas, obteriam vantagens bem mais apreciáveis que as mesquinhas vitórias duma guerra fratricida, da qual saem amiúde os vencedores mais debilitados que os vencidos.

Realizada, pela cooperação voluntária (voluntária e não obrigatória, pois a a coacção seria a continuação da luta), a harmonia entre as forças humanas, a liberdade seria uma afirmação positiva unicamente contra as forças inconscientes da natureza; sob o ponto de vista social, ela seria apenas negativa, o não emprego da violência, abstenção aliás fácil, se foram tirados aos homens os meios de constranger a vontade alheia, se for destruído o monopólio da força e da riqueza.

De dois modos gerais pode um homem ser constrangido ou violentado por uma vontade alheia: ou directamente, pelo emprego da força (*violência*); ou indirectamente, pela detenção do monopólio dos meios e condições de vida — terras, instrumentos de trabalho, produtos. Há ainda outra espécie de coacção, exercida sobre a inteligência, quer directamente, pelo engano e a mentira, quer indirectamente, pelo monopólio do saber e da instrução, dos meios de propaganda, de comunicação e de educação.

No mundo actual, dividido em classes sociais, a violência indirecta ou económica é sistematicamente exercida pela minoria que detém, apoiada na força bruta e no engano, assim como na ignorância das massas, os meios de produzir e as riquezas acumuladas pelo labor indestrinçável das gerações humanas. Armada desse

monopólio, pode a classe detentora ou capitalista explorar largamente o trabalho das massas, reduzindo-as à miséria, restringindo-lhes as possibilidades de consumo. E por outro lado pode limitar a produção, para rarefazer e encarecer o produto.

A violência directa ou política é sistematicamente exercida pelo Estado, pelas instituições governamentais, com as suas engrenagens essenciais — a força armada, a magistratura e o carcereiro. Essa organização tem por fim garantir o monopólio capitalista, sem descurar os seus interesses próprios.

O poder económico-político das classes dominantes assenta igualmente na ignorância, desorganização e apatia das massas, em cujo seio é recrutado o baixo pessoal da defesa capitalista, instrumento inconsciente da escravização da sua própria classe. Para manter este estado de coisas, os dominadores têm o monopólio efectivo dos meios de comunicação, de divulgação e de ensino, e servem-se deles para fazer história a seu modo, para desnortear os povos com mentiras e notícias falsas ou unilaterais, para criar uma moral e uma opinião favorável aos seus interesses de classe, para só distribuir ao povo migalhas de saber deturpado, para fincar nos cérebros, desde a infância, à força de marteladas, os dogmas interessados, as doutrinas de obediência e passividade — religião, patriotismo, ciência oficial.

Órgão específico desta função conservadora, foi principalmente o sacerdócio de todas as Igrejas. É hoje também esse outro sacerdócio, o do dogma oficial, e sobretudo o da grande imprensa, a serviço dos potentados da finança e da política.

A guerra europeia e mais ainda o esforço solidário das burguesias para esmagar a revolução proletária, iniciada na Rússia, mostraram-nos em plena acção todos aqueles organismos de violência e de engano, operando — cada vez mais dificilmente, é certo — sobre o vasto campo da inconsciência das massas exploradas, cuja apatia, no entanto, a grande convulsão veio sacudir energicamente...

II

No capítulo XLVII do Génesis, versículos 14 a 26, a Bíblia descreve-nos o modo como o hebreu José administrou o Egipto *pela fome*, como ele pela fome escravizou os homens, reduzindo-os à miséria e à dura necessidade de servir. É a história resumida e simplificada de todas as espoliações e de todas as tiranias políticas e económicas. Salvo erro, Tolstoi aponta e comenta num dos seus livros esta mesma passagem bíblica.

Literatura de dominadores, destinada a celebrar os tiranos e e suas leis e a ensinar ao povo a resignação e a obediência, a Bíblia expõe o mecanismo da escravidão em termos claros, quase cândidos — à luz da hipocrisia democrática moderna.

Como a fome afligiu a terra, sobretudo o Egipto e o país de Canaan, José vendia para todos os lados o trigo açambarcado, guardando no erário régio o dinheiro recebido.

Mas o dinheiro faltou aos famintos. E então o povo pediu pão ao açambarcador, para não morrer de fome na sua presença. «Se não tendes dinheiro, trazei-me o vosso gado», redarguiu o infame senhor das coisas e, pelas coisas, dominador dos homens que delas vivem.

O povo deu o seu gado e assim viveu mais um ano. Mas os rebanhos e animais domésticos vieram também a faltar-lhe; e então os míseros súbditos, em vez de expropriar o que era o fruto do suor de todos, ofereceram-se como escravos e pediram sementes para se não tornar a terra em charneca, perecendo os cultivadores. Mas leiamos o livro sagrado:

> «Portanto, comprou José todas as terras do Egipto, vendendo cada um deles as suas propriedades por causa da extrema fome. E fez a faraó senhor delas, com todos os seus povos, desde uma extremidade do Egipto até à outra: excepto somente a terra dos sacerdotes, que lhes tinha sido dada pelo rei, porque a estes se davam géneros determinados dos celeiros públicos; e por isso não se viram na precisão de vender os seus bens.
>
> Depois disse José ao povo: Bem vedes que vós e vossas terras sois de faraó; tomai sementes e semeai os campos, para poder colher frutos. Dareis ao rei a quinta parte, e eu vos deixo as outras quatro para semente e sustento de vossas famílias e filhos.
>
> E os homens do povo responderam: A nossa vida está na tua mão; atenda-nos pelo menos o nosso senhor, e alegres serviremos ao rei.
>
> Desde aquele tempo até ao dia de hoje se paga em todo o Egipto, aos reis a quinta parte; e isto como se passou em lei, excepto a terra dos sacerdotes, que ficou isenta desta condição».

Os homens, privados da terra e dos gados, dos meios de produzir, são forçados pela fome a vender o próprio corpo, os próprios braços, sob quaisquer condições, ao açambarcador, ao faraó, ao patrão. É, então como hoje, a coacção económica ou *indirecta*.

Além desta, há a coacção exercida sobre a inteligência, pela mentira, os falsos ideais, as vãs promessas, o terror da divindade e do castigo eterno — é a coacção *moral* ou *religiosa*; ou exercida sobre o físico, por meio das punições corporais, pela privação da vida ou da liberdade de movimento — é a coacção política ou *directa*. Com efeito, se ao patrão não basta o açambarcamento dos meios de produzir, dos instrumentos de trabalho, lá está o sacerdote, ser privilegiado, que combate o diabólico espírito de revolta e incita o povo a resignar-se e a obedecer à vontade do... Senhor; e se o padre não é ainda suficiente, acode o juíz, o esbirro e o soldado, que guardam os celeiros, forçam ao trabalho e domam as revoltas.

Todas estas coacções são inseparáveis, persistindo através dos tempos com formas ou designações várias. Assim hoje, o padre disfarça-se amiúde sob o nome de jornalista, sábio ou poeta, sacerdotes duma religião chamada o patriotismo.

E o que se dá entre os indivíduos e entre as classes, dentro dum Estado, dá-se entre os Estados, alguns dos quais exercem sobre os mais fracos ora a coacção directa, militar, ora a coacção indirecta, económica, quando detêm o ouro, o comércio mundial, os produtos essenciais, os mares e as terras.

III

Para que o homem seja livre na terra livre, é pois necessário começar por atacar o edifício de mentiras dos dominantes pela propaganda e acção incessante das minorias conscientes, conjugadas com as agitações e descontentamentos das massas, para chegar enfim a destruir ao mesmo tempo a coacção económica e a política. Uma não pode viver sem a outra; e se após uma revolução, encontramos tal qual uma delas, é porque a outra só mudou de nome ou de feitio.

Se porventura subsistisse o senhor das coisas, este em breve se rodearia do guarda e cointeressados; e o mesmo faria o detentor do poder político, que persistisse sob o pretexto de defesa dos interesses comuns: trataria de se amparar numa classe privilegiada, distribuindo pelos apaniguados as funções mais leves ou mais bem remuneradas, criando de qualquer forma uma burocracia ociosa e parasitária. O faraó, que isenta os padres (e certamente os guerreiros), dá o exemplo clássico.

Os egípcios deviam ter comunizado os celeiros, terras e gados e organizado o trabalho por conta de todos, por meio de associações produtoras. E se os modernos não querem continuar a vegetar na servidão e na carestia — terreno onde floresce a riqueza dos açambarcadores — não têm outro caminho a seguir.

Eis porque queremos a socialização dos meios de produzir, da terra e dos instrumentos do trabalho. Queremos que a riqueza social, fruto comum indestrinçável do labor manual e intelectual das gerações passadas e presentes, comum venha a ser na sua aplicação. Noutros termos, queremos aqui significar, não o dinheiro, mas as verdadeiras utilidades, os meios de produção, que devem ser postos à disposição de todos. Tão monstruoso regime vive e prospera sobre a limitação da produção, quer seja normalmente determinada pela restrição das possibilidades de consumir, vício orgânico do sistema do salário, quer seja provocada pelas grandes crises de miséria e carestia, tão favoráveis ao enriquecimento de uma minoria.

Eis também porque reclamamos a supressão da instituição governamental, pela socialização do poder político. Isto é, queremos substituir a actual organização política autoritária por uma organização política anarquista, que parta do indivíduo para a sociedade, associando-se livremente os indivíduos, federando-se livremente os grupos. Queremos a organização baseadas sobre a cooperação voluntária, adaptando-se plasticamente às múltiplas necessidades humanas.

IV

Recapitulemos. Somos, hoje, socialistas ou comunistas, e anarquistas.

Como socialistas ou comunistas, atacamos o instituto da propriedade privada e a moral que o tem por base. No monopólio da riqueza produzida por todos, sem que a parte de cada um possa ser rigorosamente determinada, na apropriação individual da terra, dos meios de produção e de comunicação, bem como dos produtos, vemos nós a origem principal da miséria e do aviltamento da grande maioria, da insegurança e inquetação de todos.

Sujeito à escravidão do salariato, o trabalhador, recebendo em troca do seu labor uma pequena parte do que produz, vê muito limitada a sua possibilidade de consumo, não pode *comprar*. A produção é então igualmente limitada, pois que não se produz para satisfazer as necessidades de todos, mas para *vender*. Sucede mesmo este absurdo: quando, graças à desorganização da produção, esta se torna por um momento superior às possibilidades de compra (não às necessidades reais), a *crise* lança na rua milhares de obreiros; com a desocupação, é ainda menor a possibilidade de consumir, de comprar; e assim a miséria é maior quando há... *excesso* de produção!

Não se produz para todos, e no entanto não faltam as matérias primas, as máquinas, as terras e os braços dos desocupados.

A solução que defendemos é a seguinte: destruir esse terrível direito de vida e de morte que tem o proprietário, senhor dos meios de produção, sobre o trabalhador, desprovido de tudo. Como? Socializando, isto é, colocando à disposição de todos a terra, os

instrumentos de trabalho, os meios de comunicação, as matérias primas, tudo posto em acção por todos e em proveito de todos. Queremos uma sociedade que tenha por fim assegurar a cada um o seu desenvolvimento integral; uma sociedade em que o trabalho, tendendo à satisfação das necessidades dos indivíduos, seja escolhido por cada um e organizado pelos próprios trabalhadores.

Tomamos o nome de anarquistas ou libertários, porque somos inimigos do Estado, isto é, do conjunto de instituições políticas que têm por fim impôr os seus interesses e a sua vontade, mascarada ou não com a vontade popular.

O Governo (poder executivo, legislativo e judicial), sobre o pretexto de cuidar dos interesses gerais, não faz mais do que defender a classe economicamente forte que o ampara e o escolhe.

A sua «justiça» é uma justiça burguesa: o juíz só condena o fraco, o pobre; só com este é rigoroso. A sua polícia é a guarda do cofre-forte. O seu patriotismo é o dos banqueiros e dos grandes exportadores. Os seus «serviços públicos» são especialmente para os ricos e servem sobretudo para gratificar amigos e defensores.

Uma boa parte do imposto — pago pelos produtores: os trabalhadores — destina-o o governo à sua própria defesa, à conservação do poder da sua confraria, comprando cúmplices, dispensando empregos, sinecuras e subsídios.

Classe privilegiada ele próprio, no caso de subsistir depois de suprimida a classe burguesa, a necessidade de conservação o levaria a restabelecer o privilégio, para criar um partido seu, interessado em o sustentar.

Emprega uma boa parte das forças sociais para se defender, reprimir os protestos e revoltas, em refrear as iniciativas, não cedendo liberdades senão a contra-gosto, quando quer salvar o principal, ou quando os governados as tomam e usam sem pedir licença; e nada produz, nem promove, partindo a iniciativa do progresso dos indivíduos, que usam da liberdade que o governo não pode sufocar.

Poclamando-se, apesar de tudo indispensável, induz os indivíduos a esperarem tudo da lei, da Providência-Estado, a abandonar a iniciativa e a associação livre.

Somos, pois, anarquistas, porque queremos uma sociedade sem governo, uma organização livre, indo do indivíduo ao grupo, do grupo à federação e à confederação, com desprezo de barreiras e fronteiras, sendo a associação baseada sobre o livre acordo e naturalmente determinada e regulada pelas necessidades, aptidões, ideias e sentimentos dos indivíduos. É para nós essa a organização política correspondente ao socialismo: a anarquia é o vaso que pode conter e garantir a igualdade de condições económicas.

O MÉTODO ANARQUISTA

I. Resposta a objecções: a direcção patronal e a direcção técnica. O que se pretende eliminar é o parasita da produção: o capitalista, o proprietário, o patrão, o accionista, o intermediário inútil, o ocioso. — II. Se o homem fosse um anjo... O homem não é bom nem mau: é o que fazem as condições em que se acha colocado. A Anarquia não é o paraíso. — III. A deusa Natureza. As «leis naturais» que queremos infringir. Uma preparação impossível antes da revolução, que é mais início do que fecho duma evolução. — IV. Fala um mestre: o conceito libertário de evolução e revolução. — V. Conclusões sobre o método anarquista.

I

Não é nosso intuito expôr neste trabalho, em todos os seus aspectos e pormenores, as teorias do comunismo anarquista. Limitámo-nos, no primeiro capítulo, a esboçar-lhe as linhas essenciais, para fazer compreender, nos capítulos sucessivos, as suas relações com o sindicalismo operário e a concepção que deste pode formar um anarquista.

Não cabe, pois, aqui responder a todas as objecções que ao anarquismo são opostas, o que não obsta, porém, a que rapidamente passemos algumas em revista, mais para esclarecer os princípios já delineados do que para retrucar a adversários.

Não há muitos meses, um cronista reputado, catedrático da ciência oficial, dizia estar «na convicção que urge se difunda de que todos uns dos outros carecemos, o patronato de quem trabalhe, o operário de quem dirija». E o «director» de quem o operário precisa é naturalmente, na mente deste doutor, o... patrão! O capitalista, o accionista anónimo, o patrão que «dirige» financeiramente a sua empresa para dela tirar o maior lucro pessoal possível, sem perceber patavina do trabalho que ele explora, o açambarcador e o proprietário, que restringem a produção e confiscam ou destroem mesmo o produto para manter ou agravar a carestia — vício orgânico insanável do regime de produção capitalista — toda essa gente, com a caterva interminável de vorazes intermediários, exerce na verdade uma «direcção» de que o trabalho precisa absolutamente, sem a qual ele não podia satisfazer as necessidades da sociedade, sem a qual, enfim, ninguém se entenderia!...

Entendamo-nos: o operário precisa com efeito da direcção patronal para continuar a ser assalariado, intrumento de enriquecimento alheio... Isso, sim. E nesse sentido, é também preciso o Estado — o gendarme, o juíz e a prisão — para amparar a «direcção» patronal e lhe garantir os direitos. E também a caridade sob diversas formas — esmola privada, assistência pública, leis protectoras, reformismo — para evitar ou sofrear a revolta. Não há dúvida nenhuma. São tudo funções necessárias... para conservação e funcionamento do existente.

Mas a direcção patronal, ainda que por vezes se junte no mesmo indivíduo à direcção técnica, não se confunde com esta última. Esta pertence aos técnicos, e os técnicos são trabalhadores como os demais, não tendo nessa qualidade interesse algum na limitação do produto para obtenção do lucro capitalista, não tendo como tais responsabilidade alguma na incapacidade do sistema burguês para produzir o suficiente para as necessidades reais.

Além disso, à medida que se divulgue a educação técnica e profissional e a ciência deixe de ser um privilégio de classe, a direcção técnica tenderá para a socialização completa.

No seu opúsculo *A Anarquia*, Eliseu Reclus refere-nos, a propósito, um interessante episódio duma das suas viagens. A bordo de um transatlântico, discutia-se a necessidade ou inutilidade duma chefia. O capitão do barco escutava atentamente. E então, o defensor das instituições burguesas, esperando encontrar nele um apoio, invocou o seu testemunho: que seria do navio sem a sua direcção?

Mas, com grande espanto do nosso homem, o capitão, que no entanto, além de representante da empresa patronal, era um técnico, respondeu esta palavras:

— «É uma ingenuidade, a sua. Posso garantir-lhe que ordinariamente a minha pessoa de nada serve absolutamente. O homem

do timão mantém o barco na rota certa; dentro de poucos minutos outro timoneiro o renderá e nós continuaremos o caminho da mesma maneira. Lá em baixo os fogueiros e maquinistas trabalham sem necessidade da minha ajuda, sem os meus conselhos, e fazem tudo melhor do que se eu lá estivesse a guiá-los. E todos estes gageiros, os marinheiros, sabem o trabalho que lhes compete, e eu, a única coisa que posso fazer em caso de necessidade é ajuntar o meu quinhão de esforço ao deles, mais pesado e bem mais mal pago que o meu. Diz-se, é verdade, que sou eu quem guia o paquete. Mas não vêem os senhores que é uma pura mentira? Os mapas geográficos estão ali, no meu gabiente; mas não fui eu quem os desenhou. A bússula, que nos dirige, não a inventei nem fabriquei eu...» E o capitão continuou ainda por alguns momentos neste tom.

Se assim é hoje, que diríamos numa sociedade mais intruída e tecnicamente desenvolvida? Que diríamos quando a obra a realizar fosse em benefício de todos e os obreiros recebessem da colectividade, na qual vivessem como associados livres e iguais, os meios, o encargo e a responsabilidade da empresa?

A direcção técnica, isto é, a coordenação de todas as funções para um dado fim, é e será cada vez mais esforço colectivo, acordo voluntário resultante das necessidades sociais, apoiando-se numa justa aplicação de competências e aptidões e numa exacta distribuição de tarefas.

A sociedade não poderia subsistir sem trabalhadores, e é justo que todos trabalhem *utilmente (e integralmente*, isto é com o braço e com o cérebro); mas o que ela pode perfeitamente dispensar é o patrão, com os seus capatazes e fiscais, mesmo aqueles que mascaram a sua incompetência prática com um diploma de habilitações teóricas.

II

Uma objecção muito frequente, patenteando ignorância completa sobre o método anarquista, é a que nos diz: «A anarquia é a

suprema perfeição, e a sua realização exige homens perfeitos, que estão bem longe de existir».

Mas isso é o céu com os seus anjos, não a anarquia! A «perfeição suprema» é uma ideia religiosa, que nada tem que ver com as realidades da terra.

Poderíamos torcer o bico ao prego, redarguindo que precisamente porque o homem não é um anjo, não é perfeito, é que é necessário instaurar o socialismo anarquista, extinguir os meios de explorar e dominar.

Se o homem fosse um anjo, qualquer regime serviria, porque o indivíduo nunca faria mal, fossem quais fossem as condições em que o colocassem. O patrão, em vez de explorar o trabalho e esfomear o trabalhador, porque monopoliza os meios de produção, seria apenas o fiel abnegado depositário e gerente da riqueza social; e em vez de açambarcar terras e produtos, em vez de lucrar com a carestia, em vez de acumular oiro à custa da miséria, da desgraça e das guerras, em vez de produzir para ganhar, faria produzir tendo em vista as necessidades reais de todos. O governante, em vez de defender o forte contra o fraco, o rico contra o pobre, em vez de criar partido e clientela à custa do tesouro público, seria o activo e imparcial zelador dos interesses gerais. Vós dizeis que o homem não é um anjo e dais-lhes os meios de explorar e dominar, de servir os seus interesses contra os de todos! É boa! Ou serão os patrões e governantes feitos de outra massa?...

O homem não é bom nem mau. É um animal sociável com paixões e necessidades. Colocai um ser dotado de fortes paixões em certas condições, e tereis um bandido ou um tirano; colocaio-o noutro ambiente mais equilibrado e harmónico, sem meios de fazer mal, com as necessidades satisfeitas, e tereis um herói ou um inventor. Criai o antagonismo dos interesses, fazei com que um ganhe com o mal de outro, dai a uns a possibilidade de governar e explorar os outros, obrigai os homens a lutar entre si para viver, e eles serão maus, odientos, dominadores e exploradores; suprimi as causas de divisão, os instrumentos de exploração e domínio, e tê-los-eis cada vez mais pacíficos e sociáveis, capazes de acordo para o bem comum.

A anarquia como suprema perfeição humana e o anarquista como tipo ideal do homem, isso é puro religiosismo, é paraíso cristão. Supor a «suprema perfeição», o estacionamento, a paragem do progresso, é supor o absurdo, e assim não é difícil combater a anarquia e o anarquismo. A anarquia é coisa mais terrena e próxima e os anarquistas são homens mais de carne e osso.

Eles querem apenas que tudo seja posto em comum, que a produção seja organizada e administrada, não por uma minoria de parasitas como hoje, mas pelas associações livres de produtores-consumidores as quais, tendo calculado as reais necessidades de todos e servindo-se das terras, material, máquinas, matérias primas, meios de transporte, etc., pertencentes a todos (e não a uma minoria de proprietários), produzirão para satisfazer essas necessidades. Os homens não precisarão de ser perfeitos: bastará que tenham sido suprimidas as causas de luta e de fraude, de domínio e de exploração (a propriedade particular, o salariato, o dinheiro, as instituições governamentais).

Para alcançar essa organização social, (como para qualquer outro fim já realizado ou a realizar), é indispensável uma activa e grande obra de propaganda e organização. Nela estamos empenhados. Como para todos os partidos que têm um ideal a realizar, os nossos inimigos são a ignorância das massas, a sua desunião e a força material da burguesia constituída em Estado (com ou sem aparência popular).

Se vemos um obstáculo e o queremos remover, devemos começar quanto antes o ataque. Quanto mais cedo andarmos e maior energia empregarmos, mais depressa acabaremos.

Os republicanos tiveram que seguir o mesmo caminho.

No tempo de Henriques Nogueira, há 60 e poucos anos apenas, a República era um ideal distante e o único republicano era ele: isso não o impediu de desbravar o caminho.

É certo que a nossa tarefa é bem mais profunda e complexa, mas em compensação estamos em melhores condições de propaganda e organização.

Quando alguém se convence da necessidade de acabar com a actual constituição política e económica da sociedade, o que faz certamente é trabalhar para esse fim, procurando convencer o maior número possível de indivíduos, e não se põe a falar de impossibilidades... O número dos convencidos cresce, a organização operária desenvolve-se: porque não há-de acelerar-se este movimento? que é que o fará parar? por que motivo não se hão-de convencer e unir os outros, graças à propaganda e acção contínuas? quem pode garantir que está muito distante o momento em que essas forças materiais, morais e intelectuais serão suficientes para tomar conta das terras e outro meios de produção e reorganizar a vida social por obra dos próprios produtores?

Demais a grande conflagração mundial e a revolução russa resolveram profundamente a vida e despedaçaram já em grande parte os diques que se opunham à grande corrente transformadora.

III

A objecção prossegue: «Vós quereis forçar e infringir as leis naturais. Deixai que a Natureza opere lenta mas seguramente, na sua marcha fatal».

E outros, menos puerilmente: «O ideal anarquista opõe-se às condições mentais e psicológicas de hoje. Vós não estais preparados; a sociedade não está preparada para a realizar».

Ora não existe uma Natureza, com maiúsculas, que dote os homens de perfeições. Isso é uma divindade, e a crença nela equivale à crença numa Divina Providência. Se estamos à espera que uma ou outra nos dote, estamos arranjados. A natureza não tem finalidade, sobretudo humana, e não se intromete conscientemente na nossa vida nem se importa com os nosso males.

Os homens lutam contra as forças cegas da natureza, descobrem as suas leis para as domar e utilizar, e o resultado dessa luta chama-se *progresso*, tanto mais rápido, geral e intenso quanto mais unidos e solidários são os seres humanos. Eis porque pretendemos promover essa união e solidariedade, destruindo as causas de luta inter-humana para que todas as energias se volvam contra a natureza hostil.

Não queremos contrariar lei natural alguma. Os republicanos julgavam que a existência da realeza era um obstáculo à liberdade, à educação do povo e à prosperidade nacional; e destruíram esse obstáculo. Para isso, fizeram propaganda, educaram democraticamente a opinião que tem a influência política e organizaram a força necessária para a empresa.

Por nossa vez, cremos que a causa fundamental das injustiças e desigualdades, da opressão e da miséria, das deploráveis «condições mentais e psicológicas da nossa época», está na existência da propriedade privada e do Estado, que se geram e apoiam um ao outro; e queremos remover essa causa, destruir esse obstáculo. Para isso, fazemos propaganda, educamos socialística e libertariamente as massas, sobretudo as produtoras, e promovemos a organização da força material e moral necessária para expropriar a burguesia, tomar conta da produção e reorganizá-la em proveito de todos. Queremos assim precisamente auxiliar a evolução no sentido socialista (abolição da propriedade privada, socialização dos meios de produção) e anarquista (abolição do Estado, organização da vida social pelas associações livres), como os republicanos a auxiliaram no sentido democrático.

E se, da muito maior profundidade da revolução *económica, social,* que desejamos, não podemos esperar dela o fim de muitos males e «anomalias», muitíssimo menos podiam esperar os republicanos da sua, e no entanto fizeram-na e para ela trabalharam.

O ideal anarquista opõe-se «às condições mentais e psicológicas» da actualidade? E não é esse argumento empregado contra todas as ideias que ainda não triunfaram? Não foi a República noutros tempos, a desordem, o absurdo, o impossível? Não foram os republicanos, antes do triunfo, acusados de impreparação e incapacidade?

Mas de que preparação se fala? Se é para implantar de ponto em branco o comunismo anarquista no dia seguinte ao duma insurreição proletária vitoriosa, a impreparação é evidente, nem poderá ser completamente remediada sob um regime de monopólio e privilégio.

As classes que detêm a força, a riqueza e os meios de educação e

propaganda podem amoldar os espíritos à conservação do seu poder e opôr poderosos obstáculos à formação duma consciência nova. Demais, a *preparação* prática, efectiva, para novas formas sociais só se faz pela experiência quando se lhes dá realização na vida.

A insurreição, que destrói os estorvos postos a essa preparação, é pois mais o início do que o fecho duma evolução.

No entanto, é preciso *preparar* esse movimento iniciador, sem o qual seria sempre impossível a verdadeira preparação para o comunismo libertário. É preciso agrupar as convicções, as vontades, as forças materiais, as forças orgânicas produtoras suficientes para que o movimento, na sua altura, se efectue e triunfe, sem que a vida social sofra soluções de continuidade.

Para isso trabalhamos.

IV

Errico Malatesta, porventura o mais lúcido e completo intérprete do anarquismo, põe esta questão nos seus devidos termos:

> «É certo que o triunfo da anarquia não pode ser feito dum milagre, nem se pode dar em contradição com a lei geral e axiomática da evolução — que nada sucede sem causa suficiente, que nada podemos fazer sem para isso termos força.
>
> Se quizéssemos substituir um governo por outro, isto é, impor a nossa vontade aos outros, então bastaria reunir a força material necessária para derrubar os opressores actuais e pôr-nos no seu lugar.
>
> Mas o que nós queremos é a *anarquia*, que é uma sociedade fundada sobre o acordo livre e voluntário, na qual ninguém possa impor a sua vontade a outrem, e todos tenham meios de viver a seu modo e voluntariamente concorram para o bem-estar geral, e que portanto, não terá definitiva e universalmente triunfado senão quando todos os homens tenham deixado de querer ser mandados e mandar nos outros, quando tenham compreendido as vantagens da solidariedade e saibam organizar um modo de vida social do qual hajam desaparecido todos os vestígios de violência e de imposição.
>
> E como a consciência, a vontade, a capacidade se desenvolvem gradualmente e acham ensejo e meio de se desenvolver no gradual modificar-se do ambiente, na realização das vontades à medida que

se formam e se tornam imperiosas, assim a anarquia não pode advir senão pouco a pouco, crescendo gradualmente em intensidade e em extensão.

Não se trata, pois, de fazer a anarquia hoje, ou amanhã, ou daqui a dez séculos; mas de caminhar para a anarquia hoje, amanhã e sempre.

A anarquia é a abolição do desfrutamento e opressão do homem por parte do homem, isto é, a abolição da propriedade individual e do governo; a anarquia é a destruição da miséria, das superstições, do ódio. Portanto, cada golpe vibrado nas instituições da propriedade e do governo, cada elevação da consciência popular, cada igualamento de condições, cada mentira desmascarada, cada porção de actividade humana subtraída à fiscalização da autoridade, cada aumento do espírito de solidariedade e de iniciativa é um passo para a anarquia.

O problema está em saber escolher o caminho que realmente nos avizinha da realização do ideal e em não confundir os progressos verdadeiros com aquelas hipócritas reformas que, sob pretexto de melhoramentos imediatos, tendem a distrair o povo da luta contra a autoridade e contra o capitalismo, a paralisar a sua acção e a levá-lo a esperar que alguma coisa se possa obter da bondade dos patrões e dos governos. O problema está em saber empregar as forças que possuímos e as que vamos adquirindo, da maneira mais económica, mais útil para o nosso fim.

Hoje, há em todos os países um governo que, pela força brutal, impõe a lei a todos, obriga todos a deixarem-se explorar, e mantém, agradem elas ou não, as instituições existentes; e impede que as minorias possam pôr em prática as suas ideias e que a organização social em geral se possa ir modificando à medida que se modifica a opinião pública. O curso regular, pacífico da evolução é detido pela violência, sendo por isso necessário abrir-lhe o caminho por meio da força. Eis porque queremos hoje a revolução violenta e a quereremos sempre, enquanto se pretender impor violentamente a alguém uma coisa contrária à sua vontade. Suprimida a violência governativa, já nenhuma razão de ser teria a nossa.

Não podemos ainda derribar o poder governamental existente; talvez não possamos impedir amanhã que sobre as ruínas do actual governo surja outro. Mas isso não obsta hoje nem obstará amanhã a que combatamos contra qualquer governo, recusando submetermo-nos à lei sempre que nos seja possível e opondo a força à força.

Cada enfraquecimento da autoridade, cada aumento de liberdade será um progresso para a anarquia, sempre que seja conquistado e não mendigado, sempre que sirva para nos dar maior alento na luta,

sempre que consideremos o governo como um inimigo com o qual nunca se deve fazer a paz, sempre que tenhamos bem presente que a diminuição dos males causados pelo governo consiste na redução das suas atribuições e da sua força, e não em elevar o número dos governantes e em os fazer escolher pelos próprios governados. E por governo entendemos qualquer homem ou grupo de homens que, no Estado, na província, no município ou associação, tenha o direito de fazer a lei e de a impor àqueles a quem ela não agrada.

Não podemos ainda abolir a propriedade individual, não podemos dispor dos meios de produção necessários para trabalhar livremente; talvez o não possamos ainda no próximo movimento insurreccional. Mas isso não obsta nem obstará amanhã a que combatamos continuamente contra o capitalismo. E cada vitória, por insignificante que seja, ganha pelos trabalhadores contra os patrões, cada diminuição de desfrutamento, cada porção de riqueza subtraída aos proprietários e posta à disposição de todos, será um progresso, será um passo no caminho da anarquia, sempre que sirva para aumentar as pretensões dos operários e tornar a luta mais aguda, sempre que seja aceite como uma vitória sobre o inimigo e não como uma concessão que se tenha de agradecer, sempre que continuemos firmes no propósito de, logo que nos seja possível, tirar pela força aos proprietários aqueles meios que eles, protegidos pela força dos governos, roubaram aos trabalhadores.

Desaparecido da sociedade humana o direito da força, postos os meios de produção à disposição de quem quer produzir, o resto deve ser fruto da evolução pacífica.

A anarquia não existiria ainda; ou não existiria senão para os que a querem e só nas coisas que eles podem fazer sem o concurso dos não-anarquistas. Mas gradualmente se iria estendendo a cada vez mais homens e mais coisas, até abraçar toda a humanidade e todas as manifestações da vida.

Derrubado o governo e todas as instituições danosas por si mesmas, que só se mantêm porque são defendidas pela força do governo, conquistada para todos a liberdade inteira e o direito aos meios de trabalho, sem os quais a liberdade é uma mentira, e enquanto lutamos para chegar a esse ponto, não pretendemos destruir senão as coisas que podemos substituir e à proporção que as pudermos substituir.

Por exemplo: na sociedade actual funciona o serviço de aprovisionamento. Fazem-no mal, caoticamente, com grande desperdício de forças e de material e tendo em vista o interesse dos capitalistas; mas, em suma, sempre vai a gente comendo, e seria absurdo querer desorganizá-lo, sem estar em condições de assegurar a alimentação do po-

vo de uma maneira melhor e mais justa.

Existe um serviço dos correios: temos mil críticas a fazer-lhe, mas no entanto dele nos servimos para mandar as nossas cartas, e dele nos serviremos, sofrendo-o tal como é, enquanto não pudermos corrigi-lo ou substituí-lo.

Há escolas, infelizmente bem más: mas nós não havemos de deixar que os nossos filhos fiquem sem aprender a ler e a escrever, à espera de podermos organizar escolas-modelos suficientes para todos.

Donde resulta que, para realizar a anarquia, não basta ter a força material para fazer a revolução, mas é também preciso que os trabalhadores, associados segundo os diversos ramos de produção, se ponham em condições de garantir por si póprios o funcionamento da vida social, sem precisão de capitalistas nem de governos.

E resulta também que as ideias anarquistas, longe de estar em contradição, como pretendem os socialistas «científicos», com as leis de evolução demonstradas pela ciência, são uma concepção que a eles se adapta perfeitamente: são o sistema experimental levado do campo das investigações para o das realizações sociais.»

V

Nesta transcrição, ficou limpidamente fixado o método anarquista, baseado na livre iniciativa e na solidariedade não imposta.

O método de acção e de realização, o modo de preparar e apressar a evolução em determinado sentido, eis o mais importante para um partido (grupo de acção), o que verdadeiramente o distingue. Os erros de método são para ele os mais graves, desviando do fim, demorando a marcha, estorvando a prática, espalhando o confusionismo e a desorganização nos elementos de propaganda e de combate. E é precisamente nas questões de método que a compreensão clara e profunda é mais difícil, e que encontramos mais frequentes confusionismos e contradições. As ideias sobre o método são as que mais bolem com os preconceitos, os hábitos adquiridos e os interesses criados.

No seu relatório ao Congresso da Internacional Comunista celebrado em Moscóvia, em Março de 1919, Lénine escreve:

«A supressão do poder do Estado é o fim que visam e visaram todos os socialistas com Marx à frente. Sem a realização deste fim, a verdadeira democracia, quer dizer, a igualdade e a liberdade são irrealizáveis».

E Marx, com efeito, no seu panfleto contra os anarquistas da Internacional — *As Pretendidas Cisões na Internacional*, tinha afirmado: «Todos os socialistas entendem por Anarquia isto: uma vez alcançados os fins do movimento proletário, a abolição das classes, desaparece o poder do Estado, que serve para manter a grande maioria produtora sob o jugo duma minoria exploradora pouco numerosa, e as funções governamentais transformam-se em simples funções administrativas».

Qualquer «socialista» moderado, ou mesmo republicano, ou mesmo simples liberal individualista, nos mostrará opinião análoga, atrás do filósofo burguês Spencer, que via o futuro da humanidade na anarquia, e do republicano Giovanni Bóvio, que exclamava: «Anarquista é o pensamento e para a Anarquia caminha a História».

Meio mundo seria, pois, anarquista... na finalidade remota.

Mas essa gente, como método de acção presente, apresenta-nos o parlamentarismo, a acção legal, o reformismo burguês, a delegação de poder, e tudo o que reforça e redoura as instituições governamentais e habitua as massas ao abandono da iniciativa e da acção, à confiança no esforço alheio; ou então, triunfante a insurreição, instaura ou pretende uma ditadura, chamada «proletária», que, desmentindo a natureza dos governos, longe de criar novos privilégios económicos e burocráticos e procurar eternizar-se, há-de preparar o terreno e educar o povo para a Anarquia...

Nós dizemos a essa gente que os seus métodos a conduzem a fins opostos aos do anarquismo. E nisto reside precisamente o nosso carácter distintivo.

Para caminhar hoje, amanhã e sempre para a anarquia, para a realizar pouco ou muito, o nosso método é a acção e a organização directas das massas.

Nas lutas presentes, a sua eficácia e verdade são dia a dia confirmadas.

Os «poderes públicos» cedem apenas as liberdades, que são tomadas. A lei é inútil, quando não é nociva; fica letra morta quando regista uma liberdade, se o povo não a defende nem usa. Repudiamos, pois, a acção eleitoral e parlamentar, que só serve para reforçar o Estado, dar prestígio às velhas instituições autoritárias e adormecer as energias populares. O nosso método, a acção directa, ainda na conquista de pequenos melhoramentos actuais, tende, pelo contrário, a despertar a iniciativa e a coragem, leva a agir por conta própria, a unir-se, ensina a viver sem tutela.

A verdadeira força motriz e geradora da liberdade, o verdadeiro meio de resistência às arbitrariedades do poder, a única força criadora das revoluções está na acção popular, na acção directa das massas, na educação e organização dos indivíduos, no esforço e iniciativa de cada um e de todos.

ANARQUISMO E SINDICALISMO

I. O anarquismo é sindicalista desde o berço. O pensamento de Bakunine, Varlin, Lorenzo e seus amigos sobre o papel e o futuro das associações de resistência. — II. Evolução do anarquismo: quanto mais anarquista, mais sindicalista. A opinião de Malatesta. — III. Um recuo em França. Reata-se a tradição da Internacional. Pelloutier e o seu apelo aos anarquistas. — IV. A função social das Câmaras do Trabalho ou Uniões locais de sindicatos operários na sociedade comunista libertária, segundo Pelloutier. — V. Os militantes anarquistas no movimento operário e a sua influência.

I

Se procurarmos, não as origens filosóficas do ideal anarquista, nem a filiação do sentimento libertário nas revoltas e aspirações populares do passado — porque isso perde-se vagamente na noite dos tempos — mas sim o aparecimento dum movimento anarquista definido, do anarquismo operário com todas as características essenciais que tem hoje, vamos encontrá-lo como expressão do movimento operário, vamos encontrá-lo «sindicalista» antes do termo, no seio da Internacional e das associações internacionais de que Bakunine foi o principal inspirador, fundindo e vivificando as ideias marxistas com o pensamento de Proudhon e dos socialistas franceses. Para verificar este asserto, basta ler os escritos daquela época, como, por exemplo, os quatro límpidos artigos publicados por Bakunine, em meados de 1869, na *Egalité* de Genebra, e em 1914 reunidos em folheto pela *Vie Ouvrière*, sob o seu título original: *A Política da Internacional*. Ou então a brochura de James Guillaume *Ideias sobre a Organização Social*, na mesma época reeditada em italiano por Luís Fabbri e depois pelo órgão da União Sindical Italiana — o primeiro para propaganda anarquista e o segundo para propaganda sindicalista revolucionária.

Na famosa Associação Internacional dos Trabalhadores — a Primeira Internacional — predominou essa ideia que forma o nó

vital do sindicalismo revolucionário: que o sindicato operário (dizia-se então «caixa» ou «sociedade de resistência») é o grupo essencial, o órgão específico da luta de classes e o núcleo reorganizador da sociedade futura, no que ela tem de fundamental, é a organização que — expropriada revolucionariamente a burguesia e destruído o seu órgão político, o Estado, — manterá a continuidade da vida social, assegurando a produção do indispensável.

Como conclusão do segundo dos quatro artigos acima citados, Bakunine escrevia:

«A emancipação dos trabalhadores por eles próprios 'tem que ser levada a cabo', diz o preâmbulo dos nossos estatutos gerais. E tem mil vezes razão de o dizer. É a base principal da nossa grande Associação. Mas o mundo operário é geralmente ignorante, falta-lhe ainda inteiramente a teoria. Resta-lhe, portanto, uma única saída: é a *da sua emancipação pela prática*. Qual pode e deve ser essa prática? Não há mais do que uma: é a da luta solidária dos operários contra os patrões. É *a organização e a federação das caixas de resistência*».

E o quarto artigo concluía desta forma:

«Ela (a Internacional) estender-se-á e organizar-se-á fortemente através das fronteiras de todos os países, a fim que, em estalando a revolução produzida pela força das coisas, se ache uma força real, sabendo o que deve fazer, e por isso mesmo capaz de se apossar da revolução e de lhe dar uma direcção verdadeiramente salutar para o povo; uma organização internacional séria das associações operárias de todos os países, capaz de substituir esse mundo político dos Estados e da burguesia que se vão».

Os amigos de Bakunine na Internacional afirmavam as mesmas ideias. Citemos entre eles Eugénio Varlin, operário encadernador, fundador da sociedade de resistência da sua corporação e da primeira União dos Sindicatos parisienses (Câmara Federal das Sociedades Operárias de Paris), de que foi secretário; depois membro da Comuna, assassinado pelos versalheses em 28 de Maio de 1871. Num artigo publicado em Março de 1870 em *La Marseillaise*, depois de mostrar o valor educativo das associações operárias, Varlin escrevia estas palavras:

«Mas são sobretudo as sociedades corporativas (resistência, solidariedade, sindicato) que merecem os nossos incitamentos e simpatias, pois são elas que formam os elementos naturais da edificação social do futuro; são elas que poderão facilmente transformar-se em associações de produtores; são elas que hão-de poder utilizar a ferramenta social e organizar a produção».

Mais abaixo recordava que «o congresso da Associação Internacional realizado em Basileia em Setembro último recomendou a todos os trabalhadores que se agrupem corporativamente em sociedades de resistência, a fim de garantir o presente e de preparar o futuro».

Este e outros princípios essenciais — de organização e de táctica — do que depois se chamou «sindicalismo revolucionário» eram igualmente formulados nos jornais e congressos regionais em que predominava a fracção federalista. Leia-se, no interessante livro de Anselmo Lorenzo — *El Proletariado Militante* — o «parecer da Comissão sobre o tema *atitude da Internacional com relação à política*», aprovado pelo Congresso de Barcelona (Junho de 1870).

No mesmo livro pode ler-se a tradução dum artigo que percorreu toda a imprensa operária da época e cujo original aparecera em *L'Internationale*, de Bruxelas. Ocupava-se das «actuais instituições da Internacional consideradas com relação ao futuro» (assim dizia o título) e desenvolvia a ideia que «a Associação Internacional dos Trabalhadores traz em si o germe da regeneração social». «Queremos demonstrar que a Internacional oferece já o tipo da sociedade futura, e que as suas diversas instituições, com as modificações desejadas, constituirão a ordem social que mais tarde há-de reinar».

II

À medida que os anarquistas da Internacional vão abandonando os restos de jacobinismo ou autoritarismo, assim como o marxismo unilateral, que, por exemplo, os levava a interpretarem demasiadamente à letra a «lei férrea dos salários», à medida que vão

compreendendo melhor o mecanismo da evolução e as possibilidades da revolução, à proporção, em suma, que corrigem e aperfeiçoam o método anarquista, vão também atribuindo cada vez maior importância à organização e movimento operários. Pode mesmo dizer-se, usando-se a linguagem moderna de origem francesa, que *quanto mais anarquista, mais sindicalista.*

O melhor representante desta evolução salutar é Errico Malatesta, que pertence à Internacional desde 1871, fazendo desde então a propaganda dos seus princípios, mas que, à medida que vai formulando com maior nitidez o anarquismo, «procura no movimento operário a base da sua força e a garantia de que a próxima revolução saia deveras socialista e anarquista».

Dos seus inúmeros escritos sobre o assunto, podemos reproduzir um trecho que consubstancia perfeitamente a doutrina:

> «Derribar os poderes constituídos e declarar abolido o direito de propriedade. Está bem: isso pode fazê-lo um partido... e ainda, é preciso que esse partido, além das próprias forças, tenha em seu favor a simpatia das massas e uma suficiente preparação da opinião pública.
>
> Mas depois? A vida social não admite interrupções. Durante a revolução ou insurreição, como queiram, e logo depois, é preciso comer, vestir, viajar, imprimir, tratar dos doentes, etc., etc., e estas coisas não se fazem por si mesmas. Hoje mandam-nas fazer o governo e os capitalistas para delas tirarem proveito; expulsos o governo e os capitalistas devem os operários fazê-las espontaneamente em proveito de todos; do contrário, brotarão, com um nome ou outro, novos governos e capitalistas.
>
> E como poderiam os operários satisfazer as necessidades urgentes, se não estivessem já habituados a reunir-se e a discutir uns com os outros os interesses comuns, se não estivessem de certo modo já prontos a aceitar a herança da velha sociedade?
>
> No dia seguinte àquele em que, numa cidade, os negociantes de cereais e os patrões padeiros perderem os seus direitos de propriedade e, portanto, o interesse de abastecer o mercado, é necessário que se encontre nos armazéns o pão necessário para a alimentação pública. Quem pensará em tal, se os operários padeiros não estão já associados e prontos a agir sem os patrões, e se, à espera precisamente da revolução, não pensaram em calcular as necessidades da cidade e no modo como satisfazê-las?

> Não queremos com isto dizer que para fazer a revolução se tenha que esperar que todos os operários estejam organizados. Isso seria impossível, dadas as condições do proletariado; e felizmente não é necessário. Mas é preciso que ao menos haja os núcleos, em torno dos quais possam rapidamente agrupar-se as massas, apenas se libertem do peso que as oprime. Que, se é utopia querer fazer a revolução quando todos estiverem de acordo, e prontos, maior utopia é querer fazê-la com coisa nenhuma e com ninguém. Há uma medida em tudo. Entretanto, trabalhemos para que cresçam o mais possível as forças conscientes e organizadas do proletariado. O resto virá por si». (*L'Agitazione*, 18 de Junho de 1897).

III

Por outro lado, força é confessá-lo, o anarquismo sofria uma involução. Em França, que tamanha influência exerce, especialmente sobre os países latinos, após a desastrosa guerra franco-prussiana, o esmagamento da Comuna de Paris, com a relativa hecatombe de revolucionários, veio um período de reacção burguesa e de abatimento proletário. As sociedades operárias encolheram-se, abandonando-se aos pequenos expedientes daquela espécie de reformismo que poderíamos chamar, apesar da aparente contradição dos termos, conservador.

Do seu lado os anarquistas insularam-se, enfraquecidos pela repressão e desanimados ante a enormidade da tarefa, ante o espírito dominante nas corporações. O anarquismo, apartado do movimento operário, entrou de definhar, de se consumir num criticismo estéril e impotente, de se dividir em pequenas capelas, com infiltrações de individualismo burguês ou de misticismo, divagações metafísicas e torneios intelectuais de diletantes e de snobes. A tradição anarquista da Internacional pareceu por vezes quebrada, sobretudo em França, a despeito dos esforços de muitos militantes infatigáveis para chamar os anarquistas à consciência da sua missão e para os reconduzir ao terreno fecundo onde tomara corpo a nossa ideia. Lição severa para o futuro, pois as regressões, aparentes ou reais, do movimento operário tendem a desanimar muitos

elementos revolucionários, que fazem acentuar ou perdurar com a sua retirada o recuo iniciado.

Por fim, tornou a encher-se a maré revolucionária. Os sindicatos, desiludidos do reformismo chato e do democratismo, adquiriam em França novo espírito; e os anarquistas, reanimados, lançavam-se de novo no movimento operário, atrás de pioneiros entre os quais é preciso citar Pelloutier. O anarquismo levava o seu espírito, teoricamente enriquecido, convém dizê-lo, pois nem só inconvenientes lhe trouxera o insulamento; e recuperava em troca o seu carácter popular, de movimento prático de emancipação colectiva. Eis reatada a tradição da Internacional, com os enriquecimentos da prática e da teoria e com as modificações dos novos tempos. Eis revivificado o anarquismo operário, às vezes sob o nome de «sindicalismo revolucionário», que é para muitos um simples eufemismo.

Entre os anarquistas que se lançam então no movimento operário, salienta-se, dissémos, o claro espírito de Fernando Pelloutier. Quando, em Dezembro de 1899, do Congresso do Partido Socialista Francês sai a unidade partidária, Pelloutier pressente o perigo que o movimento operário corre de ser dominado pela nova agrupação unificada e pelas suas preocupações eleitorais. É então que ele lança a famosa advertência aos anarquistas, numa carta aberta que precede o relato das suas impressões sobre o Congresso.

> «Serei breve (começa ele): o espaço é-me medido, e demais as palavras que vou dizer acham uma ilustração perfeita na pessoa de propagandistas como Malatesta, que sabem unir tão bem a uma paixão revolucionária indomável a organização metódica do proletariado».
>
> ....
>
> «Actualmente, a nossa situação no mundo socialista é esta: Proscritos do 'Partido' porque, não menos revolucionários que Vaillant e Guesde, tão resolutamente partidários da supressão da propriedade individual, somos além disso o que eles não são: revoltados de cada instante, homens verdadeiramente sem deus, nem amo, nem pátria, inimigos irreconciliáveis de todos os despotismos, morais ou materiais, individuais ou colectivos, isto é, das leis e das ditaduras (incluindo a do proletariado) e amantes apaixonados da cultura própria.

> Acolhidos, pelo contrário, em razão precisamente desses sentimentos, pelo 'partido' corporativo, que nos viu consagrados à obra económica, puros de toda e qualquer ambição, pródigos das nossas forças, prontos a arriscar o corpo em todos os campos de batalha e depois de ter sovado a polícia, apostrofado o exército, retomar impassíveis a tarefa sindical, obscura, mas fecunda».
>
> ....
>
> «Os sindicatos têm de há alguns anos para cá uma altíssima e nobilíssima ambição. Julgam ter uma missão social a cumprir e, em vez de se considerar quer como puros instrumentos de resistência à depressão económica, quer como simples quadros do exército revolucionário, pretendem, além disso, semear na própria sociedade capitalista o germe dos grupos livres de produtores, pelos quais parece dever realizar-se a nossa concepção comunista e anarquista».

IV

Estas ideias assumem perfeita nitidez nos diversos escritos de Pelloutier. Citaremos alguns trechos dum opúsculo traduzido em português sob o título, um tanto alterado, de *A União dos Sindicatos e a Anarquia:*

> «Restabelecida assim a função racional da humanidade *(pela abolição do valor de troca)*, resta instituir a associação dos produtores: associação livremente consentida, sempre aberta, mesmo limitada, — se os associados o julgarem conveniente ou simplesmente o desejarem, — à execução do objectivo que a originou, em suma, tal que ninguém nela tema as constrições morais, não menos incómodas do que os constrangimentos materiais: as violências colectivas.
>
> Qual deve ser a tarefa destas associações? Cada uma delas se encarrega dum ramo de produção: esta, do alojamento; aquela, da alimentação; estoutra, da arte. Umas e outras devem informar-se logo das necessidades do consumo, e depois dos recursos de que elas dispõem para as satisfazer. Quanto granito é preciso extrair cada dia, quanta farinha moer, quantos espectáculos organizar para uma dada população? Conhecidas estas quantidades, quanto granito e quanta farinha podem ser obtidos no lugar? Quantos espectáculos organizados? Quantos operários, quantos artistas são necessários? Quanto

material ou quantos produtores é preciso pedir às associações vizinhas? Como se há-de dividir o trabalho? Como estabelecer os depósitos públicos? Como utilizar, apenas conhecidas, as descobertas científicas?

Pois bem, destas associações as Uniões de Sindicatos ou Bolsas do Trabalho (nome infeliz: Câmaras do Trabalho seria mais digno) não nos dão uma ideia? Estas funções não são as que devem desempenhar ou que aspiram a desempenhar as federações corporativas que dentro de dez anos unirão os trabalhadores do mundo inteiro?

Que digo eu? A missão actual destas Câmaras do Trabalho (embora esteja apenas esboçada a sua função económica) é bem mais complexa do que teria de ser a dos grupos de produtores numa sociedade diversa desta. Têm por fim investigar, não só o número das profissões de cada região, a quantidade dos produtos colhidos, fabricados ou extraídos, a quantidade de produtos necessária à alimentação e à conservação, a soma de trabalho indispensável à manutenção do equilíbrio entre a produção e consumo, mas ainda as causas tão variadas, por vezes tão incompreensíveis, da depreciação dos salários, a solução dos perpétuos conflitos entre o Capital e Trabalho; fazer, numa palavra, muitos estudos absorventes, que, exigidos pela existência do Capital, com este desapareceriam.

....

Entre a organização sindical que se elabora e a sociedade comunista-anarquista, no seu período inicial, há concordância. Nós queremos que toda a função social se reduza à satisfação das nossas necessidades; o sindicato também o quer, é esse o seu fim, e cada vez ele se emancipa mais da crença na necessidade dos governos. Nós queremos o livre acordo dos homens; o sindicato (de dia para dia melhor o compreende) só pode existir expulsando do seu seio qualquer espécie de autoridade e de coacção. Nós queremos que a emancipação do povo seja obra do mesmo povo; a organização sindical também o quer. Cada vez mais ali se sente a necessidade, ali se experimenta o desejo de administrar directamente os interesses próprios; ali germina o gosto da independência e a vontade da revolta; ali se pensa nas oficinas livres onde a autoridade tenha cedido o lugar ao sentimento pessoal do dever; ali se emitem, sobre a tarefa dos trabalhadores numa sociedade harmónica, indicações de maravilhosa largueza de vistas, fornecidas pelos próprios trabalhadores».

V

Semeado em bom terreno, acolhido com favor pelo escol da classe operária, sobretudo dos países latinos, nas secções da Internacional do Jura suíço, da Itália, da Espanha, da França, o socialismo anarquista torna-se movimento popular, método de acção e de organização, embora, nos primeiros tempos, ainda obscurecido por bastantes incertezas e contradições. Ele traduz as aspirações mais íntimas do movimento operário, e os homens que o propagam, sistematizam e clarificam, Bakunine, Jukovsky, James Guillaume, Schwitzguébel, Spichiger, Herzig, Perron, Cafiero, Malatesta, Covelli, Eliseu Reclus, Brousse, Robin, Varlin, Anselmo Lorenzo, Farga Pellicer, Kropotkine e tantos, tantos outros, eram os elementos mais activos e ardentes da grande Associação.

Mais tarde, numa situação igualmente favorável, repetindo-se as mesmas condições de facto — as mesmas ideias fundamentais dos anarquistas da *Internacional*: luta de classes livre de compromissos partidários, autonomia, acção directa, livre federalismo, gerência directa da produção pelos próprios produtores, etc., ganharam em França o movimento operário organizado e influíram no de todo o mundo, graças à influência intelectual daquele país. E ainda então vimos os anarquistas em acção e os resultados fecundos da sua obra; vimos o trabalho produtivo de Pelloutier, Tortelier, Pouget, Yvetot, Delesalle, etc., em França. Ao passo que, em terrenos menos bem predispostos e preparados, nos outros países, são quase só os anarquistas os iniciadores e propagadores do sindicalismo revolucionário entre o povo produtor. Nos acontecimentos que precederam e seguiram o histórico 1.º de Maio de 1906 em França, repetiu-se o mesmo facto. «Esta vigorosa campanha — escrevia há anos Thuilier, o conhecido militante da União dos Sindicatos de Paris — teve também como efeito fazer voltar uma grande parte dos elementos libertários aos sindicatos, onde eles, fizeram depois bom trabalho».

A INDEPENDÊNCIA SINDICAL

I. A independência do movimento operário e a Internacional, grupo de interesses e ideias. A discussão, no Congresso de 1866, sobre este dualismo e sobre a qualidade dos delegados aos congressos. — II. Na Internacional federalista. Os debates do Congresso de 1873. Trabalhadores manuais e trabalhadores intelectuais: errónea proposição do problema. Propõe-se sem resultado a formação de secções especiais para os intelectuais de origem burguesa. No Congresso de Berna (1876): o que nele diz Malatesta. — III. Os anarquistas apercebem-se do erro da confusão de órgãos para a luta económica e para a luta política e de ideias. Bakunine. Malatesta. As causas da morte da Internacional. — IV. O que no sindicalismo é essencial. As bases de acordo oferecidas por ele.

I

A Internacional, força é dizê-lo, não compreendeu com toda a nitidez nem realizou integralmente a independência do movimento operário.

Nos considerandos dos seus estatutos proclamava, é certo, que é o próprio trabalhador que tem de ser o obreiro da sua emancipação, e acrescentava que, sendo a sujeição do trabalhador ao capital a origem de todas as servidões — política, moral e material — a emancipação económica dos trabalhadores é o grande fim ao qual se deve subordinar qualquer movimento político («como um meio», dizia mais o original inglês, mas a frase não aparecia no texto francês adoptado pelo Congresso de Genebra de 1866).

Já aqui se deixava a porta aberta para uma acção política exorbitando dos meios e formas de acção operária, próprios do agrupamento de resistência e dependentes da qualidade mesma de produtor, de assalariado. E essa acção, como a táctica eleitoral e parlamentar, por mais operária que a dissessem, corrompia e dividia os trabalhadores, trazendo para o movimento os homens, as ideias, a moral, os processos das classes médias, ou pelo menos os desunia e afugentava, como a táctica insurreccional, que não podia ser senão meio de acção duma minoria generosa.

Mas havia mais: a Internacional era uma amálgama de associações de resistência e de centros de estudos sociais, nos quais entravam com os operários de escol, não só trabalhadores intelectuais, mas qualquer burguês aceite como socialista — em certas secções com demasiada facilidade, graças aos amigos que tinham conseguido penetrar na praça...

O artigo 8.° dos estatutos estabelecia com efeito:

> «Quem quer que adopte e defenda os princípios da Associação pode ser recebido como membro dela; mas isso, todavia, sob a responsabilidade da secção que o aceitar».

Esta doutrina é combatida no Congresso de 1866, pela delegação parisiense, que tendo sido vencida, procura depois obter, na discussão do regulamento, que ao menos só operários possam ser delegados aos Congressos. «Imagine-se, diz Fribourg, que um belo dia acontece que o Congresso operário é composto na sua maioria de economistas, jornalistas, advogados, patrões, etc., coisa ridícula e que aniquilaria a Associação».

«Por demasiado tempo, exclama o proudhoniano Tolain, se acusou a classe operária de confiar a sua salvação aos outros, de contar com o Estado, etc. Hoje ela quer escapar a essas censuras; quer salvar-se por suas mãos, sem a protecção de ninguém. Necessário se torna, pois, que os seus delegados não pertençam nem às profissões liberais nem à casta dos capitalistas» (James Guillaume, *L'Internationale*, t. I.).

A emenda parisiense foi combatida pelos delegados suíços e ingleses, e é interessante notar que, tendo Cremer, de Londres, citado o caso de Karl Marx para mostrar o absurdo e injustiça da proposta de Tolain, outro delegado londrino, Carter, apoiando embora a doutrina do orador precedente, declarou entretanto que «Marx compreendera perfeitamente a importância daquele primeiro congresso; no qual só se deviam achar delegados operários, e por isso recusara a delegação que lhe havia sido oferecida pelo Conselho Central», do qual, entretanto, ele era membro preponderante...

Tolain aproveitou a deixa: «Como operário, agradeço ao cidadão Marx o não ter aceitado a delegação que lhe ofereciam. Procedendo assim, mostrou que os congressos operários deviam ser apenas compostos de operários manuais. Se admitirmos aqui homens pertencentes a outras classes, com certeza se dirá que o Congresso não representa as aspirações das classes operárias, que não é feito por trabalhadores, e eu entendo que convém mostrar ao mundo que estamos bastante adiantados para andar pelo nosso pé». A emenda foi, porém, rejeitada... (James Guillaume, *L'Internationale*, t. IV.).

II

Na Internacional federalista, a situação não foi alterada. O Congresso de Genebra de 1873, que fez a revisão dos estatutos, manteve, por unanimidade de federações e apenas com a oposição de raros delegados isolados, a doutrina do artigo 8.°, que passou para o 2.° da nova lei orgânica. O mesmo quanto aos delegados aos congressos. Única atenuação, aliás de curto alcance: não se votaria sobre questões de princípio.

O operário Dumartheray, conhecido militante anarquista que, meia dúzia de anos depois, fundava em Genebra, com Kropotkine e Herzig, o jornal *Le Révolté*, propôs para o art.° 2.° a seguinte redacção: «Não farão parte da Internacional senão os trabalhadores manuais». A sua proposta, porém, apenas alcançava dois votos: o do serralheiro Perrare, delegado francês, e o seu...

A questão era, aliás, mal apresentada. Hoje, a redacção proposta seria, por exemplo, a seguinte: «Não farão parte da Internacional senão os trabalhadores agrupados no terreno dos seus interesses profissionais e de classe».

O operariado tem toda a razão para desconfiar das «profissões liberais», de origem burguesa e em constante comunidade de ideias, sentimentos e interesses com a burguesia. Seria um cúmulo acolher, suponhamos, a corporação dos advogados e legistas...

Mas há «trabalhadores intelectuais», em regra de origem popular, que se acham em condições bem diversas e até opostas, como os professores primários. A classe operária não deve hesitar em os receber no seu seio: a questão toda está em que venham agrupados, não em torno dum «princípio», mas por profissão — o que, aliás, lhes dará no movimento operário uma influência e um poder deliberativo iguais aos de qualquer outra corporação.

A redacção da proposta Dumartheray tornou fácil a tarefa dos oradores da maioria, James Guillaume (relator), Verrycken, André Costa, Alerini, Viñas, Spichiger, que mostraram a impossibilidade de estabelecer o limite entre o trabalhador manual e o intelectual, sendo este último amiúde mais pária do que o primeiro. E assim a discussão girou toda fora da verdadeira questão.

Ainda dela se afastou mais com a proposta do delegado operário belga Manguette, que pedia o encurralamento dos aderentes de origem burguesa em secções especiais. A emenda não podia referir-se às sociedades de resistência filiadas na Internacional, que, claro está, rejeitavam não somente os trabalhadores não manuais, mas até os operários de outras profissões. Manguette, que, além do seu, só teve o voto do seu codelegado Cornet (a delegação belga era de cinco membros), visava apenas as «secções mistas» ou «centros de estudos sociais», que admitiam os socialistas de todas as profissões e procedências. Segundo o proponente, os aderentes não operários deviam formar à parte (não em agrupamentos profissionais, mas em grupos de ideias), — o que ainda facilitava mais a entrada de aventureiros e politicantes (J. Guillaume, *L'Internationale*, t. III).

No Congresso de Berna (Outubro de 1876), o assunto voltou à tela da discussão, a propósito da convocação dum grande congresso internacional, que reunisse não só as secções da Internacional, mas todas as outras fracções socialistas, e que procurasse reconstituir uma Internacional mais vasta. E é interessante notar uma passagem do discurso de Malatesta, pela primeira vez delegado a um congresso geral:

> «Nós, os italianos, entendemos que a Internacional não deve ser uma associação exclusivamente operária; o fim da revolução social,

com efeito, não é só a emancipação da classe operária, mas a emancipação da humanidade inteira; e a Internacional, que é o exército da revolução, deve agrupar sob a sua bandeira todos os revolucionários sem distinção de classe». (Obra citada, t. IV).

III

Bem depressa os anarquistas, amestrados pela experiência, sobretudo depois da dissolução da Internacional, se fizeram partidários da neutralidade das associações de resistência e da sua completa independência perante qualquer partido ou movimento político ou de ideias.

O próprio Bakunine, que, como se pode ver no opúsculo já citado, aceitava a dualidade híbrida da Internacional, parece que já para o fim pressentia a contradição.

Em fins de 1873, o grande agitador retira-se da actividade, velho, doente, e também desanimado perante o triunfo da reacção militarista na Europa, como o confessa numa carta ao *Journal de Genève* e numa outra a Eliseu Reclus. Despedindo-se dos «companheiros da Federação Jurassiana», no número de 12 de Outubro de 1873, do *Bulletin* federal, escreve Bakunine algumas palavras que nos fazem meditar:

«Pelo meu nascimento e pela minha posição pessoal, não sem dúvida pelas minhas simpatias e tendências, não passo dum burguês, e, como tal, não posso fazer outra coisa entre vós senão propaganda. E eu estou convencido de que já passou o tempo dos grandes discursos teóricos, impressos ou falados. Nos últimos nove anos, desenvolveram-se no seio da Internacional mais ideias do que as precisas para salvar o mundo, se as ideias o pudessem salvar por si sós, e eu desafio quem quer que seja a inventar uma nova.

O tempo já não está para as ideias, mas para os factos e para os actos. O que importa hoje primeiro que tudo é a organização das forças do proletariado. Mas esta organização deve fazê-la o próprio proletariado por suas mãos. Se eu fosse rapaz, ter-me-ia passado para um meio operário, e compartilhando a vida laboriosa dos meus irmãos, teria igualmente tomado parte com eles no grande trabalho desta organização necessária». (Obra citada, t. III).

Mais tarde, é o orador do Congresso de Berna, é precisamente Malatesta, que por sinal seguira o conselho de Bakunine fazendo-se trabalhador manual, um dos mais activos em reclamar a independência do movimento operário, e quando, no princípio deste século, se fala por toda a parte na reconstituição da Internacional, é Malatesta que escreve em *La Rivoluzione Sociale*, de Londres, o contrário do que dissera em Berna sobre o mesmo assunto:

«Costuma-se atribuir a dissolução da Internacional ou às perseguições, ou às lutas pessoais surgidas no seu seio, ou ao seu modo de organização, ou a todas estas causas juntas.

A minha opinião é outra.

As perseguições teriam sido impotentes para destruir a Associação, e não raro favoreceram a sua popularidade e o seu incremento.

Coisa secundária foram na realidade as questões pessoais, e, enquanto o movimento teve vitalidade, até serviram para estimular a actividade das várias facções e dos indivíduos mais em vista.

O modo de organização, que se fez centralista e autoritário por obra do Conselho Geral de Londres e especialmente de Karl Marx, que do mesmo Conselho era a alma, deu realmente em resultado a cisão da Internacional em dois ramos; mas o ramo federalista e anarquista, que compreendia as federações da Espanha, Itália, Suíça francesa, Bélgica, França meridional, assim como secções insuladas de outros países, pouco tempo sobreviveu ao ramo autoritário. Dirão que no ramo anarquista subsistia também o caruncho autoritário e que mesmo nele poucos indivíduos punham e dispunham em nome da massa que passivamente os seguia; e é verdade. Mas convém notar que neste caso o autoritarismo não era voluntário nem estava nas formas da organização e nos princípios em que ela se inspirava; era uma consequência natural, necessária, do facto ao qual eu atribuo principalmente a dissolução da Associação e que passo a expor.

Na Internacional, fundada como federação de associações de resistência para dar mais larga base à luta económica contra o capitalismo, bem depressa se manifestaram duas tendências, uma autoritária, outra libertária, que dividiram os internacionalistas em duas facções inimigas, conhecidas, ao menos nas alas extremas, por designações derivadas dos nomes de Marx e Bakunine.

Uns queriam fazer da Associação um corpo disciplinado às ordens duma Comissão central, os outros queriam que ela fosse uma livre federação de grupos autónomos, uns queriam submeter a massa para fazer, conforme a rançosa superstição autoritária, o bem dela à for-

ça, os outros queriam sublevá-la e induzi-la a emancipar-se por si mesma; mas um traço comum caracterizava os inspiradores das duas fracções: uns e outros prestavam à massa dos associados as suas próprias ideias, julgando que a tinham convertido quando haviam obtido a sua adesão mais ou menos inconsciente.

Assim vemos a Internacional tornar-se rapidamente mutualista, colectivista, comunista, revolucionária, anarquista, com uma rapidez de evolução documentada nas deliberações dos congressos e na imprensa periódica, mas que não podia representar a evolução real e simultânea da grande massa dos associados.

Como não havia distinção de órgãos para a luta económica e para a luta política e de ideias, e cada internacionalista desenvolvia no seio da Internacional toda a sua actividade de pensamento e de luta, o resultado fatal era — ou que os mais avançados tinham que descer e manter-se ao nível da massa atrasada e lenta, ou, como sucedeu, progredir e evoluir com a ilusão de os compreender e seguir a massa.

Os elementos mais avançados estudaram, discutiram, descobriram as necessidades do povo, formularam em programas concretos as vagas intuições da massa, afirmaram o socialismo, afirmaram a anarquia, vaticinaram e prepararam o futuro; — mas mataram a Associação: a espada tinha rompido a bainha.

Não digo que tenha sido um mal. Se a Internacional se tivesse mantido como simples federação de resistência, e não a houvessem agitado as tempestades do pensamento e as paixões partidárias, teria durado como duram as *Trade Unions* inglesas, inúteis e talvez nocivas à causa da emancipação humana: mais vale ter morrido lançando ao vento sementes fecundas.

Mas digo que hoje não se pode, nem se deve, refazer a Internacional de outros tempos. Hoje há movimentos socialistas e anarquistas bem desenvolvidos: hoje já não são possíveis a ilusão e o equívoco de que viveu a velha Internacional. As causas que por fim a mataram, isto é, a oposição entre autoritários e libertários dum lado, e do outro a distância existente entre os homens de ideias e a massa semi-consciente só pelos interesses movida, acham-se hoje prontas para impedir o nascimento e o crescimento duma nova Internacional, que fosse como a primeira ao mesmo tempo sociedade de resistência económica, oficina de ideias e associação revolucionária.

A nova Internacional só pode ser uma associação destinada a reunir todos os operários (isto é, o maior número possível) sem distinção de opiniões sociais, políticas e religiosas para a luta contra o capitalismo, e por isso não deve ser nem individualista, nem colectivista, nem comunista; não deve ser nem monárquica, nem republicana, nem anarquista; não deve ser nem religiosa nem anti-religiosa. Única

ideia comum, única condição de admissão: querer combater os patrões.

O ódio ao patronato é o princípio da salvação.

Se depois, iluminada pela propaganda, ensinada pela luta a remontar às causas dos males e a buscar-lhes os remédios radicais, esporeada pelo exemplo dos partidos revolucionários, a massa associada irrompe em afirmações socialistas, anarquistas, anti-religiosas tanto melhor: o progresso seria então real e não ilusório.

Não é, naturalmente, que eu não queira que a nova Internacional dos trabalhadores seja socialista e anarquista; ao contrário, desejo que o seja a valer.

E para que o venha a ser, forçoso é que tal se faça livremente à medida que as consciências se desenvolvam e compreendam».

IV

O que no sindicalismo é essencial é a organização e a acção de classe do proletariado, é o *movimento sindical*. Os operários, não porque têm conscientemente este ou aquele ideal quanto à sociedade futura, mas porque são assalariados e precisam de lutar contra os patrões, agrupam-se em sindicatos (*sociedades de resistência* era muito mais apropriado), fora de qualquer partido político, como aliás as associações económicas da própria burguesia. Da sua condição de assalariados, da sua força de trabalho e do facto de estarem agrupados para a defesa dos seus interesses económicos comuns resulta naturalmente o emprego de certos meios de acção, que giram em torno da greve. Desses meios de *acção directa* são partidários todos os operários, sejam quais forem as suas ideias políticas, sociais ou mesmo religiosas; e portanto todos se podem e devem reunir nos sindicatos para o exercício dessa acção, fazendo cada um, cá fora, se quiser, parte deste ou daquele partido político ou seita.

Para aderir, por exemplo, ao *socialismo democrático*, é preciso querer a socialização dos meios de produção, realizada e mantida pela democracia, e aceitar os meios de acção democráticos, a luta eleitoral e parlamentar; para aderir ao *socialismo anarquista* é pre-

ciso ter em vista a socialização da riqueza, realizada e mantida pe
livre federação económica, e adoptar a luta directa económica,
política, rejeitando o parlamentarismo e a delegação de poder
(não de funções). Mas para entrar no sindicato, é necessário e su
ciente ser assalariado da respectiva indústria e querer resistir ao
patrões. Não se pede adesão a um programa de transformação so
cial.

De modo que o sindicalismo é essencialmente o agrupament
dos produtores, como tais, no terreno económico e da acção direc
ta de classe.

Certamente, os anarquistas e outros socialistas esperam do sin
dicalismo muitas coisas: que os operários nele tomem consciênci
da luta de classes, do irredutível antagonismo de interesses existen
te entre eles e os capitalistas; que na acção e em contacto com os
seus iguais no sindicato, os trabalhadores se apercebam da insufi
ciência dos melhoramentos parciais e da necessidade de expropria
a burguesia e reorganizar a sociedade sem parasitismo e em provei
to de todos os produtores. Viu-se no sindicato um magnífico *terre
no* maravilhosamente predisposto para o lançamento e germinação
da *semente* socialista e anarquista, das ideias de emancipação so-
cial por obra directa do povo. Profetizou-se, como Proudhon, que
o parasita da produção acabará por ser expulso da fábrica, que «a
oficina há-de matar o governo». E entre os anarquistas, desde o
princípio do movimento, teve largo curso esta ideia: que a força
organizada do proletariado será necessária para tomar conta da
herança da sociedade capitalista, para continuar, sem interrupções
impossíveis, a vida social; que a sociedade futura será uma vasta
federação de associações profissionais (congresso de Basileia, em
1869).

Mas isso são ideias — nascidas evidentemente da vida das mas-
sas, da experiência operária, desenvolvidas e aperfeiçoadas onde e
quando essa vida, essa experiência, esse movimento se torna mais
livre e intenso — são ideias de socialistas e anarquistas, que como
tais as formularam e propagaram, são teorias, previsões, profe-
cias, que, embora crismadas com o nome de «sindicalismo», não

podem ser doutrina oficial do sindicato, constituir condição de entrada nesse agrupamento.

Os anarquistas conscientes não pretendem que um sindicato se declare artificialmente anarquista. Se o fizéssem, ou só ficariam nele os anarquistas, passando a ser um grupo de ideias, como os outros grupos anarquistas, sem ter, portanto a utilidade particular do agrupamento de interesses, do sindicato; ou o sindicato só seria anarquista de nome, por artifício autoritário — isto é, seria menos anarquista quando tal se declarasse. E se a doutrina adoptada fosse um conjunto, velho ou novo, de fórmulas, teorias e previsões optimistas, bem ou mal fundadas sobre o movimento sindical, chamasse-se embora «sindicalismo» a essa teoria, ainda se iria contra o verdadeiro sindicalismo, pois não teriam lugar no sindicato os operários que não a professassem, republicanos, sociais-democratas, anarquistas, etc. Seria um novo partido político, não a classe operária organizada.

Certos socialistas democráticos, por exemplo, virão talvez com a sua concepção da acção múltipla, «integral», do operariado e pedirão que o sindicato operário seja ao mesmo tempo sociedade de resistência, cooperativa, associação de socorros, liga beneficiente, clube eleitoral e dependência dum partido.

E os sindicalistas deverão responder:

«Nem precisamos discutir para o caso o valor relativo ou absoluto das diversas tácticas ou ideais!

Vós concebeis de certo modo a *acção integral* do operariado; outros — anarquistas, republicanos, etc. — a concebem de modo diferente.

Mas todos, dentro no sindicato, são assalariados e devem agir como tais.

Dentro do sindicato, a acção de resistência; fora dele, cada um *completará* essa acção a seu modo, segundo as suas concepções políticas ou as suas preferências eleitorais.

Não confundamos órgãos e funções, não estorvemos uns com os outros!

Quem é cooperativista, vá para a cooperativa. Se for, ao mesmo tempo mutualista, vá também para a associação de socorros. Se

for ainda amante da beneficência, do desporto, da arte dramáti
ou da patuscada, inscreva-se em quantas sociedades quiser, cari
tivas, dramáticas, musicais, recreativas, fúnebres, parturientes.

Se for republicano ou socialista, vá para o partido respectivo
vote em quem lhe aprouver.

Mas se é, além disso tudo, um assalariado, sujeito à exploraç
capitalista, venha para o sindicato, a fim de nele defender os se
interesses, com os meios dependentes da sua condição de produt
e próprios do grupo sindical — pois que cada agrupamento, co
perativo, mutualista, político, etc., tem os seus meios específico
adequados ao seu fim.

Tal a base de acordo que propomos.

O resto (métodos, formas de organização, minúcias de táctic
graus de acção) deixemo-lo à experiência da vida operária, à liç
dos factos e das necessidades da luta e ao embate leal e sincero d
princípios e das tendências».

O AUTOMATISMO SINDICAL

I. A crença no revolucionarismo automático do sindicato: suas consequências. Bakunine e o automatismo revolucionário do movimento operário. — II. Os factos e as ideias: sua influência recíproca. Avanços e recuos. — III. Como surge a luta de classes; sua definição. As tendências da organização operária para o corporativismo e para a colaboração de classes. — IV. O papel dos anarquistas nos sindicatos. Como se devem comportar, dentro da organização sindical, as tendências doutrinais ou opiniões. — V. Conclusões: independência sindical e liberdade de propaganda.

I

O facto de a organização operária de resistência não dever assentar sobre princípios políticos, sociais ou religiosos, e precisar de viver independente de qualquer partido político ou agrupamento doutrinal, não implica que se haja de cortar no seu seio a livre acção das tendências e qualquer propaganda exercida por elementos organizados, desde que aceitem as bases fundamentais da acção e movimento operários.

Isto, porém não pareceu claro a alguns sindicalistas, que por vezes procuraram opor-lhe uma singular doutrina exclusivista, a qual ficou sendo conhecida pela designação de «automatismo sindical». Esses sindicalistas confiam inteiramente nas virtudes intrínsecas do sindicato: este, para eles, conduz *automaticamente*, fatalmente, à revolução social e a uma sociedade de produtores livres e iguais, mesmo independentemente da acção e propaganda duma minoria consciente. Afinal, a diferença mede-se apenas em graus, pois não há anarquista que negue ao sindicato operário, agrupamento homogéneo de assalariados, a sua predisposição revolucionária, assim como não há sindicalista que dê crédito completo a essa nova forma de fatalismo económico (verdadeiro *pendant* e complemento do outro fatalismo marxista), conformando com ele a sua acção — ou inacção.

Mas a demasiada confiança no automatismo revolucionário do sindicato pode levar a dois erros: a descurar a propaganda revolucionária, a considerar inútil e até nociva ou incómoda a acção das minorias libertárias no sindicato; e a julgar de pouca monta a questão do funcionalismo sindical retribuído e permanente.

Demais, triste é dizê-lo, a teoria serve admiravelmente os fatigados e desiludidos, que desejam assim justificar o seu cansaço físico e moral, e convém muito particularmente aos interesses dos burocratas fixos, que não querem fazer propaganda franca para não descontentar nem afugentar ninguém, nem querem ser incomodados pela propaganda dos outros.

O automatismo sindical procura as suas raízes na Internacional, e não há dúvida de que lá se encontram numerosas afirmações nesse sentido. Assim Bakunine escrevia que «desde o momento que um operário põe o pé neste terreno, desde o momento que, ganhando confiança no seu direito assim como na força numérica da sua classe, se empenha com os seus companheiros de trabalho numa luta solidária contra a exploração burguesa, será necessariamente levado, pela própria força das coisas e pelo desenvolvimento dessa luta, a reconhecer em breve todos os princípios políticos, socialistas e filosóficos da Internacional, princípios que nada mais são, com efeito, do que a justa expressão do seu ponto de partida, do seu fim, e que têm como consequência necessária a abolição das classes e portanto a da burguesia, que é hoje a classe dominante; a abolição de todos os Estados territoriais, a de todas as pátrias políticas, e, sobre as suas ruínas, o estabelecimento da grande federação internacional de todos os grupos produtivos, nacionais ou locais». (*La Politique de l'Internationale*).

Com passagens do mesmo trabalho, poderíamos mostrar que, sob a pena de Bakunine, estas afirmações são contrabalançadas por outras, que lhes tiram o seu carácter absoluto e as tornam admissíveis. Toda a sua acção pessoal, toda a acção e o próprio modo de organização da Internacional, como já vimos, nos corroborariam: a propaganda e a acção dos homens eram consideradas como factores indispensáveis. Mas o que importa é analisar a doutrina no seu exclusivismo, opondo-lhe... os simples truismos do bom senso.

II

Os anarquistas afirmaram sempre a necessidade da «acção incessante das massas», a importância do facto, negando o poder milagroso do verbo, a eficácia da pura educação e da pura evangelização teórica; mas é necessário não cair no excesso oposto, na abstracção contrária. O facto e a acção só valem enquanto produzem a ideia, enquanto são raciocinados, enquanto criam um pensamento director.

Eis aqui uma greve vencida. Dos vencidos, uns tiram deste exemplo maior incentivo, outros deixam-se invadir pelo desânimo: o facto reage diversamente sobre cada um, conforme o temperamento, mas também conforme o estado de espírito, a educação e as ideias já formadas. De tal derrota tiram as mais contraditórias conclusões os que doutrinam sobre greves: uns concluem que a greve é «arma de dois gumes», que a acção económica operária é insuficiente, e é preciso juntar-lhe a acção parlamentar; outros deduzem que, em face daquele exemplo, urge entrar numa política de conciliação e de paz social, firmar contratos e arbitragens, harmonizar o Capital com o Trabalho; outros ainda inferem que é indispensável acentuar o carácter revolucionário da acção; etc., etc.

Assim o movimento operário organizado toma as mais diversas orientações. Tal movimento, que teve começos activos e revolucionários, tornou-se pesado, conservador e «paz social», caíu no entesouramento e na luta a dinheiro, no centralismo e funcionalismo excessivos, na mais baixa expressão da luta eleitoral e parlamentar, sem ideal e sem critério, ou mesmo nos piores acordos e conluios com a classe patronal e os governantes. Tal outro está sob o jugo dum partido político e serve-lhe os interesses locais. É por exemplo a história do trade-unionismo inglês e norte-americano e das uniões operárias alemãs.

E não falemos nos «sindicatos» *amarelos*, católicos, cristãos e até monárquicos.

Eis agora condições de facto especiais. Em primeiro lugar, é claro, a condição comum a todos os movimentos da classe operária, trade-unionismo, corporativismo ou sindicalismo: um certo desenvolvimento industrial e a reunião dos trabalhadores nas oficinas, nos latifúndios e nos centros industriais. Depois, uma adiantada experiência democrática (era, nos anos 70, o caso da Suíça e um pouco o da França). E por fim, não menos importante condição, um desenvolvido espírito de revolta, fortificado por uma prática e uma tradição revolucionárias.

Ante essa situação de facto, essa experiência e esse estado de espírito, surge, não em todos, mas em alguns pensadores, uma determinada concepção, um sistema, uma filosofia. Então o terreno está preparado para receber essa semente, mas é entretanto necessário lançá-la, fazer a propaganda, para se ir formando uma minoria consciente, cada vez mais numerosa e influente sobre a massa, cada vez mais capaz de acção e de iniciativa.

Vimos, em França, na primeira década deste século, oferecerem-se nos sindicatos operários circunstâncias felizes, que os anarquistas souberam aproveitar, contribuindo eficazmente para criar um movimento de repercussões mundiais. E nestes últimos anos, temos assistido a um notável recuo nesse movimento — recuo favorecido pela guerra e pela reacção nacionalista que ela provocou e operado sob a direcção dos militantes amansados e burocratizados... até que de novo triunfe o espírito revolucionário, sob a influência das revoluções socialistas da Europa e graças à acção da minoria revolucionária, ajudada pela crise crescente.

A história do movimento operário em todos os países mostra-nos degenerações, recuos, longos estacionamentos, a luta de classe substituída pela colaboração com a burguesia, pela luta entre as corporações operárias, pelo reformismo estatal e patronal.

III

A luta de classe não surge automaticamente, desde que se agrupam assalariados para defesa dos seus interesses imediatos, económicos e profissionais. A luta de classe é a luta pelos interesses ge-

rais do proletariado, ou pelos interesses corporativos que não contrariam aqueles; e, para ser revolucionária, deve visar à abolição das classes. E, infelizmente, não é só o parlamentarismo, o pseudo-socialismo parlamentar, que conduz à colaboração de classes e à negação da luta de classe: o corporativismo, sem a acção consciente dos revolucionários, a cada passo aí vai ter.

É que entre os trabalhadores, tomados individualmente, e entre as corporações de ofício ou categorias, há amiudados conflitos e rivalidades de interesse, como, por exemplo, quando uma corporação reclama a construção de couraçados ou de arsenais (caso sucedido em Itália), ou quando outra pede uma taxa aduaneira protectora, nociva para o povo em geral ou para outras categorias de operários.

A cada passo vemos corporações operárias, nas suas lutas e reclamações, ignorarem que o trabalhador é ao mesmo tempo consumidor e porem-se em violento conflito de interesses com o público.

Vemo-los confundirem os legítimos interesses do serviço com os interesses parasitários da empresa, tomarem a peito a defesa dos segundos perante o público, provocarem com este mil atritos e criarem assim uma atmosfera de antipatia e hostilidade, que a elas próprias prejudica nas suas reivindicações e fere a solidariedade entre os trabalhadores.

Em vez de procurarem impedir que o patronato recupere do público — isto é, da massa trabalhadora — a parte do seu lucro que teve de ceder, em vez de incluirem isso na lista das suas reclamações e entre as condições do regresso ao trabalho, ou de pelo menos mostrarem ao público a possibilidade que tem o patronato de ceder às reclamações do seu pessoal assalariado sem novos encargos para o consumidor, vemos amiúde corporações organizadas praticarem o cúmulo de pedir ao ministério, ao parlamento, ao município uma elevação de tarifas, de passagens ou de preços de venda, para que a empresa *possa* aumentar-lhes o salário! Não vimos nós até a infâmia de para esse fim se reclamar o aumento do preço da água? — da água que, pelo contrário, deveria ser distribuída gratuitamente a domicílio! Não temos nós visto greves e cor-

porações operárias manejadas pelo patronato para obter, a pretexto duma irrisória melhoria de salário, um forte desenvolvimento de proventos?

E não é das tarefas mais fáceis convencer essas corporações de que, procedendo assim, praticam actos de traição declarada à classe operária, actos de *amarelos* retintos.

Não é fácil fazer-lhes compreender o que deve ser a ideia norteadora da acção de classe: que a propriedade do serviço e do seu material pertence legitimamente à comunidade. Que a empresa, o patrão é o intruso, e contra ele e o seu lucro deve reverter a acção conjunta e solidária do produtor e consumidor. Que a própria corporação operária, devendo ser a primeira competência para a organização interna do seu trabalho e devendo tender a eliminar o accionista, o parasita, o alheio ao serviço, não é senão depositária desse serviço, não tem senão uma delegação de função, dada pela colectividade. Que é com os legítimos interesses desta que se deve procurar harmonizar o interesse legítimo de cada categoria produtora.

Sem a acção e propaganda constantes dos homens de ideias, o egoísmo corporativo, tende a enraizar-se e a tomar formas odiosas, altamente atentatórias da solidariedade operária, sem a qual não é possível a emancipação da classe.

Assim, vemos organizações operárias encerrarem-se num isolamento corporativo, recusando obstinadamente federar-se com as demais; rejeitarem orgulhosamente, nas suas greves, a solidariedade das outras ou negarem-lhes a sua quando necessária; proclamarem que se bastam a si mesmas e declararem até que voltariam ao trabalho caso o restante operariado fizésse a greve geral de solidariedade, acusando estupidamente esse movimento de «especulação política»; criarem para si privilégios e regalias dentro das corporações, instituírem zonas privadas, limitarem o número dos aprendizes, oporem-se ao trabalho feminino, fazerem guerra ao operário estrangeiro, ao *imigrante*.

Vemos organizações operárias misturarem e abafarem a «resistência» com o mutualismo e o corporativismo e acabarem por temer a acção. Vemo-las procurarem a sua salvação e a justificação da sua preguiça ou impotência na reivindicação das mais anódinas e ridículas reformecas, de invenção patronal ou política, a tirarem da constante inaplicação das leis operárias, como ensinamento, não a necessidade de recorrer à acção directa mas a urgência de... fazer novas leis e aumentar a burocracia do Estado!

É certo que, *sem a ajuda dos factos e o favor das circunstâncias* sem as repetidas e severas lições da experiência, a minoria consciente é absolutamente incapaz, não só de promover a acção das massas, mas até de lhes ensinar as verdades mais singelas e rudimentares; mas não é menos certo que, *sem a acção dessa minoria*, as massas, embora associadas, não sabem interpretar os factos, nem aproveitar as circunstâncias, lendo, pelo contrário, as lições da experiência no sentido mais grato à sua preguiça e à sua inacção.

IV

Desta breve exposição resulta o papel dos anarquistas nos sindicatos.

Sendo a sua concepção que os trabalhadores devem, não ser dirigidos ou governados mesmo para o *bom fim*, mas dirigir-se e emancipar-se a si próprios, são eles lá dentro os melhores e os mais desinteressados guardas da independência sindical e da união de todos os trabalhadores sobre o terreno económico, depois de as terem reclamado durante o predomínio social-democrático.

Os anarquistas são também os mais ardentes defensores da *acção directa da classe*, porque a acção directa é, em suma, a táctica dos anarquistas em todos os campos, económico, político, intelectual, etc., a que eles consideram *bastante*.

Os anarquistas, enfim, conservando-se tais, convictos e conscientes, mantendo-se o mais possível livres de compromissos, são nos sindicatos os propagandistas das ideias de autonomia e de federalismo livre e os adversários da centralização, do autoritarismo, do absorvente e refreador funcionalismo bem pago e inamovível, do entesouramento improdutivo.

E estão sempre dispostos a combater as tendências autoritárias que se formem dentro do movimento operário, mesmo em torno da palavra «sindicalismo». Porque, mesmo supondo que os sindicatos abandonassem as designações de socialistas-democráticos e socialistas libertários e se declarassem todos «sindicalistas», significando que consideravam o sindicato como agrupamento essencial sempre e como base da reorganização social, de novo voltariam a constituir-se as antigas tendências, na questão fundamental do *método*.

Uns suporiam o sindicato a administrar a produção, sob a tutela do Estado, dum governo, representando os interesses gerais dos consumidores; seria o sindicalismo social-democrático. Outros combateriam pelo sindicato livre e autónomo, aberto, constituindo-se e federando-se livremente, organizando directamente a produção e dispondo livremente dos meios de produzir, sem contudo ser deles proprietário exclusivo: seria o sindicalismo socialista anarquista. Outros encaminhar-se-iam — às vezes sem o sentir... — para o sindicato proprietário exclusivo dos meios de produção, fechado, autoritário, governado por uma burocracia sindical centralizada: seria — que sabemos? — um neo-corporativismo medieval, ou um neo-capitalismo autoritário com Estado e tudo. Não se trata afinal de meras suposições: são já factos, são já tendências radicadas ou incipientes.

Deu-se o mesmo com o movimento socialista: no seu início, todos se confundiam e acotovelavam em torno do mesmo fim socialista; e foi o método — democrático ou anarquista — que veio a separar as tendências.

Os anarquistas têm, pois, a missão de mostrar que o sindicalismo, para ser verdadeiramente *revolucionário*, tem de ser *socialista* e *anarquista* ao mesmo tempo. Mas isso não quer dizer que substituam pela sua a direcção social-democrática, que governem o movimento operário, que imponham a sua filosofia, a sua finalidade, a sua concepção sistemática, mesmo sob o nome de sindicalismo revolucionário, como doutrina ou programa oficial. A organização por tendências seria a divisão do proletariado no único terreno em que ele pode e deve desde já estar unido: o dos seus interesses

económicos. As ideias socialistas libertárias devem constituir, no movimento operário, uma tendência livre, que livremente vá ganhando as consciências e livremente se vá traduzindo em factos, por voluntária decisão dos interessados. Nunca perder de vista que o movimento operário é movimento de classe, que a organização sindical deve agrupar, como tais, todos os assalariados pobres, devendo por isso mesmo ser independente dos partidos.

Raramente os anarquistas podem ser acusados de «separatistas»; e quando de tal se tornam culpados é do campo anarquista que parte a primeira censura. Separatistas e expulsadores têm sido os políticos (não digo os operários) social-democráticos, furiosos quando lhes escapa a força eleitoral e base de apoio que é a organização operária. Os anarquistas, sem interesses partidários a salvaguardar, até calam amiúde o nome do seu ideal e são às vezes levados, por amor à união, a uma excessiva condescendência. Mas, na verdade, o que é necessário é que, em caso de divisão, tenham, livre de tabuletas supérfluas, um terreno de acordo sempre oferecido, com franqueza e lealdade, a todos os trabalhadores. Enquanto as houver, é útil que todas as tendências se encontrem nesse terreno, para mutuamente se fiscalizarem e contrabalançarem.

V

Resumindo. A nosso ver, para que a organização operária de resistência se eleve pela acção, pela experiência, pela discussão, à concepção superior dum interesse geral de classe, que possa abranger o de toda a humanidade, pela integração de toda ela na classe única dos produtores úteis, possuidores em comum de todos os meios de produzir, a minoria consciente que actua no seu seio como fermento revolucionário deve evitar dois escolhos: o primeiro é a subordinação da organização operária a um partido político ou a adoptação oficial duma doutrina, por mais revolucionária que seja; o segundo é, com o pretexto de independência, suprimir dentro do sindicato o franco e leal embate dos métodos e ideais, agindo no terreno e com os meios que o sindicato oferece.

Desde que os operários, convencidos da inutilidade ou insuficiência da acção e meios mutualistas, cooperativos, eleitorais e parlamentares, convencidos do mal da inércia, se decidem a luta contra a exploração capitalista, só podem constituir uma verdadeira força se se unem sobre o terreno dos seus interesses comuns, fora dos partidos e escolas doutrinais. A violação deste princípio de organização económica traz a dispersão de forças ou dá-nos uma ficção, perigosa para o próprio ideal apregoado na tabuleta: as ideias duma minoria artificialmente atribuídas à maioria inconsciente.

Mas a independência ante os partidos e escolas, a auto-administração da organização operária, não implica a expulsão do seio do sindicato dos ideais e das inevitáveis reacções destes sobre a acção sindical. O sindicato não toma parte oficial em manifestações partidárias, não exerce funções que lhe não são próprias, age com os seus meios e no seu campo; mas nada mais. Unir forças não é nivelar tendências, nem abdicar de opiniões. Pelo contrário. A alma da união está na tolerância e no respeito mútuo das opiniões, assim como a alma do movimento operário é a livre expansão das ideias — procurando conquistar, não os estatutos e as declarações oficiais, mas o espírito dos associados e das massas, para se traduzir espontaneamente em factos.

CONQUISTAS OPERÁRIAS E REFORMAS BURGUESAS

I. Os anarquistas ante as reformas operárias. A evolução do seu pensamento a este respeito. — II. Miséria e revolução. O privilégio conservador. A aristocracia proletária nos países anglo-saxónicos. Os rotos. — III. Melhorias operárias e reformas burguesas. O melhoramento directo da oficina, do sindicato e das condições de vida. — IV. Expropriação e desenvolvimento da produção: os ensinamentos fundamentais do socialismo. — V. O consumo determina a produção. As grandes crises. — VI. Vantagens e desvantagens da intensificação e concentração das indústrias capitalistas. — VII. Colaboração e luta de classes. — VIII. Resumo e conclusões.

I

O operário anarquista aceita estas bases de acordo, tais como foram expostas nos dois anteriores capítulos, e entra na associação de resistência. Mas qual é desde logo a sua posição, como anarquista, ante os mesquinhos objectivos imediatos da acção sindical?

Qual ela é pode deduzir-se do que ficou dito nos capítulos anteriores, mas a questão merece algum desenvolvimento particular.

Os anarquista como já dissémos, levaram algum tempo a desembaraçar-se de alguns erros iniciais.

Como todos os marxistas, interpretando com excessivo rigor a chamada «lei dos salários», olhavam com desdém as greves e as pequenas conquistas operárias. E um dos resultados desta táctica era que os operários, vendo que afinal sempre alguma coisa ficava do seu esforço, acabaram por lhes voltar as costas.

Por outro lado, o jacobinismo tinha a pele dura. Sob a influência das revoluções políticas recentes, com as suas conspirações, as suas carbonárias, os seus golpes audaciosos e felizes, as suas aventuras extraordinárias dum punhado de valentes, os insurreccionalistas, numerosos na Espanha, em França e na Itália, julgavam poder dispensar o apoio da acção operária. Não se podia falar ainda,

antes da militarização da Europa, da cooperação do proletário fa
dado.

Quando não eram os insurreccionalistas, eram os outros qu
pregavam quase no mesmo tom: achavam que se deviam gastar to
dos os esforços em preparar a greve geral expropriadora e a revolu
ção social, desdenhando as impotentes greves parciais e as fatigan
tes escaramuças de cada dia! Como se fosse possível organizar
educar as massas, atingi-las pela propaganda, preparar aquel
mesma revolução, sem acção directa e contínua dos trabalhadore
pelos fins imediatos, sem as miúdas escaramuças!

De tudo o que acabamos de dizer se encontra confirmação no
debates do Congresso de Genebra de 1873 sobre as greves parciai
e greve geral (James Guillaume, *L'Internationale,* t. III).

II

Parece ser já uma verdade assente — pelo menos não a temos visto contestada nos últimos tempos — que o excesso de miséria não produz a revolução nem ideias revolucionárias. Antes pelo contrário, especialmente quando essa miséria é velha e pode exercer uma acção prolongada: abate então todas as energias, deprime, avilta, desmoraliza.

Daí a vantagem e a necessidade da acção operária quotidiana, não só pelos fecundos resultados educativos e organizadores dessa mesma acção, mas ainda, em segundo lugar, pelas conquistas materiais, precárias embora, pelas migalhas de bem-estar que de tal luta contínua possam advir.

É preciso, porém, prestar muito sentido às complexas e arrevesadas lições dos factos — para evitar os simplicismos, para não trocar um erro, um exagero por um extremo oposto.

Se a miséria prolongada e sem sobressaltos, sem agravamentos repentinos, é embrutecedora e debilitante, tão pouco é revolucionário o bem-estar, de por si só, muito particularmente quando esse bem-estar é devido a um privilégio, mantido à custa de sub-classes mais miseráveis e contra os esforços destas.

A história do trade-unionismo na Inglaterra e nos Estados Unidos e do corporativismo em outros países industriais é altamente instrutiva a tal respeito.

Tendo embora começado com atitudes e tendências revolucionárias, esses movimentos operários degeneraram na constituição de uma classe privilegiada dentro do proletariado, classe e privilégio que ameaçam consolidar-se e desenvolver-se, associando-se à classe e privilégios burgueses.

Aproveitando o desenvolvimento industrial, ganhando automaticamente com a «intensificação das indústrias», buscando e cultivando os interesses comuns com os patrões, colaborando com a classe patronal nas reclamações desta e obtendo dela regalias, depois ciosa e violentamente defendidas contra a concorrência dos outros trabalhadores, os operários «qualificados» formaram uma espécie de aristocracia do trabalho, porventura ainda mais inimiga do proletariado inferior do que do patronato.

Abaixo desta aristocracia e por ela repelidos e guerreados, estão os sem trabalho e os sem ofício, os que não puderam ser iniciados na maçonaria do aprendizado e da união profissional, os trabalhadores adventícios, a imensa e desgraçada sub-classe, o proletariado dos farrapos, como dizem os alemães (*lumpenproletariat*). Para estes são inacessíveis as fortalezas trade-unionistas. Diante deles ergueram-se as altas jóias e quotas associativas, e nas oficinas a boicotagem dos associados. Faz-se guerra à mão-de-obra estrangeira, fomentam-se conflitos de raças, suscitam-se leis restritivas da imigração, apoiam-se as guerras de tarifas e o imperialismo.

E os revolucionários que aspiram à abolição das classes e que para esse fim procuram organizar os trabalhadores, agindo no seio das velhas uniões ou agrupando o proletariado delas excluído, encontram na sua frente, como um dos mais fortes obstáculos, esses semi-privilegiados, com a sua pesada burocracia, germe possível dum futuro novo Estado de classe — perigo enorme que os anarquistas e todos os verdadeiros revolucionários sociais, que desejam, não outra substituição, mas uma supressão das classes, devem combater com todo o vigor e paixão, onde quer que ele exista já ou tenda a mostrar-se.

III

Para alcançar o seu fim, devem os revolucionários favorec
não só os métodos de acção (a acção directa) e as formas de org
nização (federalismo, autonomia) que suscitam e exigem as ene
gias e iniciativas do maior número e que dão aplicação e livre ace
so a todas as boas vontades, mas também as reformas ou melhor
mentos que sejam uma vantagem verdadeira para o proletaria
ou que pelo menos não contrariem e retardem o fim essencial.
devem afincadamente combater o interesse do operariado por t
das aquelas reformas que, embora conquistadas pela acção dire
ta, tendam a confundir as classes sociais ou a opor entre si as dive
sas categorias do proletariado.

No primeiro caso, estão os melhoramentos especificamente ope
rários — aumento de salário, redução de horas, descanso semanal
higiene do trabalho, etc. — todos os que elevam a capacidade d
consumo e a dignidade do assalariado, e sobretudo os que abran-
gem e satisfazem um interesse geral da classe trabalhadora.

No segundo caso estão todas as reformas que giram no âmbito
dos interesses das diversas sub-classes burguesas, todas as que de-
mandam a colaboração do operariado com a classe patronal — se-
ja embora para «intensificar as indústrias», todas as que, além dis-
so dividem a classe operária, — como, por exemplo o proteccionis-
mo ou o livre-cambismo, ou, pior ainda, o sistema misto de um e
de outro.

A acção operária, de classe, — especialmente a do operariado
organizado economicamente, profissionalmente — perderá o seu
carácter específico se abandonar o seu terreno próprio, os seus fins
e as suas armas.

As leis de fomento, em cuja eficácia se confia messianicamente e
para pedir as quais se faz há tantos anos uma inútil ladainha, as re-
formas tributárias e aduaneiras, os equilíbrios financeiros, etc.,
são coisas da alçada da burguesia e que só podem interessar os ilu-
sos operários arrebanhados atrás dum messias político.

Não quer isto dizer que devam ser desprezados os melhoramen-
tos *imediatos* de situação; quer dizer que o operariado não deve

sair do seu terreno próprio nem correr atrás de ilusórias reformas legais, que só servem para o desorientar, para o dividir e desorganizar.

Se ele lutar directamente para o melhoramento *directo* do seu trabalho, do lugar de produção — a oficina, do seu instrumento de luta — o sindicato; se concentrar os seus esforços no aumento de salários, na redução de horas de labuta, na melhoria da vida de cada um, como produtor, consumidor e indivíduo; e se anular as repercussões por meio duma acção múltipla e geral, a própria burguesia se incumbirá das reformas da sua alaçada, distribuindo entre as suas diversas categorias (não sem brigas) os encargos provenientes das exigências proletárias; e isso sem necessidade de ser o operariado dividido e logrado em tais contendas, opondo taxas aduaneiras a taxas aduaneiras, suplicando infantilmente a «intensificação das indústrias» por meio de leis (intensificação que, nos grandes países industriais, os patrões jamais dão por atingida quando resistem às reivindicações operárias), ou ainda pedindo ingenuamente supressões de impostos, as quais, sem produzir uma baixa de preços, são pretexto para o estabelecimento de novos tributos e do relativo encarecimento da vida...

IV

Em todos os países e em todos os estados da indústria, agita a burguesia contra as reivindicações operárias o espantalho da concorrência estrangeira, pedindo hipocritamente a patriótica colaboração do operariado no desenvolvimento da produção nacional...

Há também quem diga, supondo colocar-se num ponto de vista revolucionário, que, para expropriar, é preciso haver quê; e portanto é necessário que, em regime capitalista, se desenvolva suficientemente a riqueza, ou por outra, a indústria para que possa ser proveitosamente expropriada pela classe produtora. Faz-se deste modo depender a socialização da riqueza, o comunismo, dum largo e prévio desenvolvimento da produção capitalista.

Vejamos primeiro o problema de um modo geral, embora sumariamente.

Uma verdade já largamente demonstrada pelos socialistas de várias escolas (quando não perdem de vista a essência e o alvo do socialismo) é que a riqueza actual é já mais do que suficiente para, sendo administrada pelos próprios produtores e em proveito de todos, satisfazer todas as necessidades primárias e gerais. E isto considerando, não só todo o globo, mas cada país moderno, ainda o menos industrial. Hoje mesmo, a despeito das precárias condições das classes pobres, apesar do maior mal — a incerteza da vida, os assalariados vão vivendo: vivem mal, é certo, mas vão-se aguentando. Melhor viveriam, pois, mesmo no período de transição, quando, tendo lançado mão de todos os meios de produzir, os houvessem posto logo em actividade, no seu máximo de capacidade produtiva, por conta e para vantagem de toda a sociedade.

As guerras e revoluções actuais mostram, aliás, as possibilidades dos meios de produção existentes, assim como a grande capacidade de resistência das populações.

Por outro lado, o desenvolvimento da produção, a intensificação das indústrias, em regime capitalista, faz-se *quando isso é vantajoso para a burguesia*, detentora dos meios de produzir, que regula a produção no seu interesse particular.

Faz-se, por exemplo, quando o industrial aperfeiçoa ou introduz máquinas para compensar o encarecimento da mão-de-obra, por causa da elevação de salário ou da redução de horas; ou quando necessita de produzir mais, por terem aumentado a capacidade e a vontade, energicamente impostas, de consumir.

Mas esse desenvolvimento, essa intensificação nunca é tal que dê a fartura a todos, que altere sensível e duradouramente a diferença de situação entre o patrão e o assalariado, entre a burguesia e proletariado. Se o fosse, o comunismo seria, por assim dizer, inútil, e os reformistas burgueses ou pseudo-socialistas teriam razão, pois em regime capitalista viria a ser possível, pelo desenvolvimento da produção, a abundância e o bem estar para todos.

Uma das características do regime burguês — baseado na apropriação individual da riqueza comum e no salariato — é precisa-

mente o ele viver da carestia dos produtos e da insuficiência dos salários; o seu crime fundamental é a sua impotência orgânica, a sua incapacidade insanável para satisfazer as necessidades reais de todos. Há terras, máquinas, instrumentos, materiais de construção, matérias primas, milhões de braços desocupados ou mal empregados — em suma os meios e agentes de produção e transporte em quantidade suficiente para fornecerem a todos do necessário; as necessidades não serão, porém, satisfeitas, enquanto tudo não for de todos, mas sim propriedade de alguns, enquanto se não produzir para que todos consumam segundo as suas necessidades, em vez de se produzir para que enriqueçam com a carestia, à custa da miséria dos trabalhadores, os patrões, proprietários e comerciantes.

Só o comunismo dos bens sociais, frutos do trabalho das gerações passadas e presentes, é que nos dará a abundância; e portanto o nosso fim — ao qual devemos subordinar tudo — é expropriar a burguesia para reorganizar e desenvolver a produção, e não vice-versa.

V

A questão pode ainda ser encarada ou formulada de outro modo: é o consumo que precede e determina a produção, e não o contrário.

No regime social presente, quando a produção ultrapassa, não as necessidades reais (pois essas nunca ela as excede ou atinge sequer, por impotência orgânica, como já vimos), mas apenas as exigências do mercado, quando ela sobrepuja o limitado poder de compra da grande massa, escrava do salário, dá-se uma dolorosa crise económica: encerram-se fábricas, os operários vão para a rua, a miséria cresce, diminuem as possibilidades de consumir. O mesmo sucede quando se introduzem na indústria ou se melhoram máquinas, sobretudo se isso é feito de repente e em larga escala, e pelo menos *se* e *enquanto* as novas máquinas não determinam novas indústrias. Neste absurdo regime capitalista, é um mal o *exces-*

so de produção, quando há tantas necessidades a satisfazer; e máquinas, que, se fossem de todos, seriam para todos um grand bem, não fazem senão causar fome e desocupação, por pertenc rem a poucos.

A produção só pode aumentar com vantagem para todos, quan do aumenta um pouco o poder de consumo do assalariado, com desenvolvimento da sua dignidade de homem, da sua consciênci das necessidades do seu organismo, das suas noções de higien com o melhor conhecimento dos seus próprios direitos e dos mei de os fazer respeitar.

Quando, pelo contrário, a carência de produtos é real, quand uma catástrofe, uma grande guerra — fruto do regime que supo tamos — pela destruição de forças produtivas, pela desorganiza ção das trocas e dos transportes, pela boicotagem de países produ tores, produz uma verdadeira carestia, então ainda os detentore dos meios de produção e de troca especulam com a situação, enri quecendo à medida que aumenta a miséria geral. Então essa oligar quia, porque tem meios para isso e porque está organizada para o lucro, não se resigna a renunciar aos fabulosos ganhos dessa époc de ouro, resiste à baixa, fomenta pelo contrário a alta e o agrava mento da crise, limitando, açambarcando ou sonegando os produ tos, deixando-os apodrecer, sem escrúpulo, regulando e restringin do as vendas, anulando mesmo as encomendas aceites.

E isto ao mesmo tempo que brada ao operário, para o desnor tear: «Produzir! trabalhar! Trabalhar! produzir!» — o que signifi caria o esfalfamento de uns, a desocupação e a miséria dos outros, e uma economia de salários para o patronato, sem que a produção desse um passo em frente, e a carestia um passo atrás.

É então precisamente, nessas crises, que o regime mostra melhor a sua incapacidade, o seu vício fundamental — e é então que mais urgente se torna a revolução social para reorganizar e aumentar a produção, custe embora a tarefa ingentes esforços e fique embora incompleta e imperfeita por muito tempo.

VI

A intensificação da indústria capitalista pode apenas acentuar as vantagens *indirectas* da industrialização das regiões onde reina a pequena oficina, a pequena propriedade: criar, agrupar, concentrar, igualar em condições o proletariado industrial, facilitar assim a difusão das ideias revolucionárias e a organização dos oprimidos.

Mas essas vantagens indirectas não constituem motivo suficiente para despendermos energias em favor da intensificação das indústrias, sobretudo em colaboração com a classe burguesa.

A guerra entre nações pode também provocar uma crise favorável à revolução social — e no entanto nós não nos pomos a fazer a apologia da guerra e do patriotismo, porque isso seria precisamente evitar ou dificultar aquela revolução. O imperialismo, a constituição de grandes Estados (por exemplo: a Ibéria, a união de Portugal e Espanha), o colonialismo, tudo isso é favorável à grande indústria e à proletarização das massas; mas nem por isso nos fazemos imperialistas e partidários de guerras e conquistas, porque iríamos contra o nosso fim, nenhum proveito tirando, para as nossas ideias, daquela proletarização e daquele desenvolvimento industrial capitalista.

Em regime monárquico, a implantação da república é igualmente uma vantagem *indirecta* para a ideia de revolução social, pelo salutar efeito das desilusões democráticas sobre o ânimo do proletariado, que foge da política burguesa para o sindicato e para a luta de classes. Mas nem por isso, na monarquia, nos fazemos republicanos e colaboramos com a burguesia republicana, porque, se tal fizéssemos, sossobraríamos com a ilusão democrática no conceito popular e perderíamos o benefício das desilusões, sem terreno material nem ambiente moral preparados para acolher os desiludidos. A massa, se não ficasse inerte e passiva, amorfa e desorientada, nutriria novas ilusões democráticas e correria atrás de novos partidos burgueses ou semi-burgueses.

Demais, é preciso não ver somente as vantagens da intensificação das indústrias, mas também os seus inconvenienteb e perigos.

Não falemos já daquela teoria marxista da concentração do ca-
pital num número cada vez mais reduzido de mãos, facto que vir
facilitar a expropriação. Pela observação e pelas estatísticas, vê-
que se concentram as indústrias, os capitais-meios de produção
mas não o capital-dinheiro. Aumenta o número de accionistas
dos demais interessados na conservação do privilégio. Os pequ
nos proprietários, industriais e lojistas são substituídos por um
multidão de funcionários, directores, capatazes, agentes, correto
res, representantes, etc., mais garantidos e mais bem remunerado
do que os primeiros.

Quanto ao aumento global da riqueza capitalista, sendo a rique
za a maior força, é evidente que esse aumento dá à burguesi
maior poder — maior poder de exploração, de domínio e de cor
rupção moral.

Com a concentração e desenvolvimento industriais, a classe de
tentora fortifica a sua organização interna — organização autori
tária e centralista, adaptada aos seus fins de dominação e explora
ção e ao ambiente actual; e com esta organização e o aumento d
riqueza, as oligarquias industriais e financeiras fortalecem extraor
dinariamente a sua influência sobre o Estado, tornando-o cada vez
mais instrumento seu, dispõem cada vez mais da grande imprensa
dos ministros e dos parlamentares, fazendo-os eleger ou compran
do-os, depois de eleitos pelo «povo soberano», com dinheiro de
contado ou com empregos e favores. Ver, a este propósito, o belo
livro de Delaisi: *La Démocratie et les financiers*.

Correlativamente e como consequência, aperfeiçoa-se o instru
mento repressivo — militar e policial, órgão essencial do Estado
Criam-se milícias anti-revolucionárias, oficiais ou particulares, co
mo os *pinkertons* norte-americanos e como uma gendarmaria co
munal, rigorosamente seleccionada, ideada em França. Desenvol
vem-se os militarismos, os imperialismos, as guerras coloniais e
económicas, as alianças entre governos, o nacionalismo, etc.

Por outro lado, o patronato despersonaliza-se, torna-se anóni
mo, irresponsável, invisível. O explorado vê mais dificilmente
quem o rouba e quem o tiraniza, assim como a importância do
roubo.

Da banda do proletariado, se este, aglomerado nas fábricas e centros industriais, oferece mais facilidades de propaganda e organização, é também forçoso contar, como já vimos, com a formação de sub-classes mais miseráveis, com o exército dos desocupados, com as grandes crises, como o egoísmo dos operários «qualificados» e uma tendência maior para o corporativismo e para o centralismo.

Mas, pelo próprio exercício da luta de classes para conquista de verdadeiros melhoramentos de condição, tem o proletariado maneira de promover indirectamente a intensificação das indústrias, aproveitando-lhe as vantagens, sem sofrer os inconvenientes da colaboração de classes e sem perder o tempo a correr atrás de enganadoras panaceias político-burguesas.

VII

O que em geral sucede quando o proletariado é levado a colaborar com a classe patronal sob o pretexto de desenvolver a indústria nacional, de não a matar, de não a prejudicar em face da concorrência estrangeira, é que a referida indústria nacional não dá um passo para a frente. Essa colaboração de classes inimigas, tão ardentemente reclamada pela burguesia em nome da paz, é resultado e sinal de preguiça e falta de iniciativa. «É vulgar, se não genérico, — reconheceu no parlamento, quando ministro, o sr. Brito Camacho, — encontrar da parte dos industriais uma insciência lamentável quanto aos meios de produzir melhor e mais barato; e daí a exploração do operário». É o operário que paga sempre as custas da incapacidade burguesa; e em geral *colaboração* significa para o operário renúncia a qualquer melhoramento.

Mas ainda quando a colaboração das duas classes, a operária e a burguesa — semelhante, como diz Malatesta, à colaboração do cavalo com o cavaleiro que o monta — faça progredir a indústria, esse progresso será todo em proveito do cavaleiro, não obtendo o cavalo maior ração, a não ser para fornecer maior soma de trabalho e poupar ao dono novas despesas e a compra de mais cavalos...

Para o industrial nunca a indústria está suficientemente desenvo
vida para atender às reivindicações operárias, sendo a concorrê
cia estrangeira em todos os países agitada como um espantalho;
se o trabalhador está habituado à colaboração de classes, é be
provável que dê ouvidos ao patrão, aceite o critério deste e a situ
ção de facto, continuando a... colaborar.

A colaboração de classes, com indústria intensa e próspera, cri
e fortalece, quando muito, no seio do proletariado, categorias pr
vilegiadas, relativamente bem retribuídas, colocadas entre a mass
trabalhadora e o patronato e servindo de resguardo a este último

Ela leva à implantação de métodos de trabalho que, como o si
tema Taylor, seriam um benefício numa sociedade em que a pro
dução fosse obra de todos e para todos, mas que hoje beneficia
apenas os donos e directores da produção e dão uma passageir
vantagem material a alguns operários para melhor os *mecanizar*
governar e para, com eles, reduzir a uma maior escravidão e misé
ria a grande massa proletária.

Ela desenvolve os antagonismos de interesses entre as categorias
operárias. Fazendo-se sempre em nome dos interesses mais imedia-
tos e estreitos, dentro dos limites do capitalismo e para os fins des-
te, a colaboração de classes é sempre por categoria. Tal categoria
operária colabora com o patronato da sua indústria ou ofício, em
prejuízo das outras categorias, feridas como produtores ou como
consumidores. Tal corporação, em troca de um magro aumento de
salário, compromete-se a impor a elevação dos preços do produto
e mesmo a declarar a greve e o boicote contra os patrões que não
aceitaram essa elevação (caso dos tipógrafos de Genebra e outros).
Tal outra, de acordo com os patrões, é proteccionista, reclamando
maiores direitos de entrada, em rivalidade com uma terceira, cuja
profissão tem interesse na supressão ou redução das mesmas taxas
aduaneiras, ou em oposição a toda a massa produtora e consumi-
dora. E eis os trabalhadores divididos entre si, repartidos pelos di-
versos interesses das sub-classes burguesas e pelos diferentes parti-
dos políticos da burguesia. Ei-los confiados, muito logicamente,
no parlamento e na acção eleitoral, instrumentos específicos da

política burguesa e da colaboração de classes. Quem aceita esta e as reformas que a favorecem e a determinam, se o faz reflectidamente, só não aceitará o parlamentarismo por uma questão de oportunismo ou de temperamento.

A colaboração de classes leva ainda em nome da «indústria nacional», ao nacionalismo, ao militarismo, ao imperialismo, ao colonialismo, às guerras económicas, à luta ilusória contra a mão-de-obra estrangeira — isto é, à divisão do proletariado internacional e à perpetuação da escravidão operária.

Para o revolucionário social, a luta de classes deve ter como fim essencial a expropriação dos capitalistas e a abolição das classes; como essencial utilidade prática a preparação dos espíritos nesse sentido, a destruição de todos os equívocos e compromissos.

Mas além disso, essa luta, muito mais do que a colaboração, melhora a situação moral e material do operariado, assim como intensifica e desenvolve a indústria: tudo, é claro, dentro dos limites do desequilibrado e incapaz sistema capitalista, até que o destrua a revolução.

O aumento de dignidade do trabalhador, o alargamento do seu poder e vontade de consumir, a elevação de salário, a redução de horas — tudo isso promove o aperfeiçoamento da técnica, o melhoramento dos processos de produzir, o desenvolvimento da produção e da maquinaria, o qual por sua vez provoca novas reivindicações operárias.

A propósito, convém notar que se tem abusado da afirmação, demasiadamente genérica, de que o encarecimento da mão-de-obra, pela alta de salários e redução de horas, traz ensejo inevitavelmente à elevação dos preços das coisas, prejudicando deste modo o assalariado como consumidor, depois de, como produtor, o ter favorecido. Não é tanto assim. Se assim fosse, os países de baixos salários, como era a Rússia, deviam fornecer ao mercado mundial produtos mais baratos do que os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha; e era o contrário que se dava. Mais: na agricultura, os salários têm subido muito menos do que nas indústrias citadinas; ora os géneros agrícolas têm encarecido muito mais do que os ou-

tros produtos e coisas. A carestia da vida tem outros factores predominantes.

Efectivamente, nos ramos de produção de processos rotineiros, sem divisão do trabalho e sem máquinas, o salário pode ser o factor principal ou quase único do preço do produto. Mas por isso mesmo, nesses ramos, a alta dos salários contribui para a introdução de máquinas, novos processos técnicos, modos de produzir mais barato.

Todos esses progressos e melhoramentos, é certo, têm um limite traçado pelo capitalismo, com os seus vícios orgânicos, as suas restrições do consumo, as suas incapacidades e desperdícios na produção, as suas crises e guerras económicas, as suas catástrofes financeiras.

Por isso, para o revolucionário, a luta tem, acima de todas as outras vantagens, a de mostrar os irredutíveis antagonismos de classes e a de educar e preparar revolucionariamente o proletariado.

E como luta, a tal fim destinada, deve ele entender e propagar uma verdadeira *luta de classes*, a da classe operária contra a classe burguesa, em torno de interesses gerais que sejam hoje os de toda a classe trabalhadora em vias de emancipação, e possam tornar-se depois os de toda a sociedade livre e igualitária; em torno de interesses que, sendo embora os dum indivíduo ou duma corporação, não contrariem os dos outros indivíduos ou corporações da mesma classe ou os da obra essencial de libertação comum. Guerra sem tréguas a tudo quanto — actos, métodos, ideias, equívocos, — divide o operariado, confundindo-o e entrelaçando-o com a burguesia!

Demasiadas são já as ocasiões de confusão e de engano. Demasiados são já os nefastos terrenos de acordo, para onde os ilusórios interesses exclusivos empurram patrões e operários, sem que estes, vítimas duma miopia infligida, vejam a repercussão danosa dos seus actos e o grande mal que se esconde por trás dum pequeno e passageiro bem.

VIII

Em conclusão.

Quanto ao fito da actividade sindical, embora os preocupe sobretudo a necessidade duma revolução social, bem como a urgência de dar ao maior número possível a consciência dessa necessidade, os anarquistas não desconhecem o inevitável e o indispensável dos melhoramentos e conquistas parciais. Fazem, porém, uma selecção, orientados pelos interesses gerais do proletariado, considerado como classe em vias de emancipação, e pelo bem duma humanidade livre e sem classes.

Os anarquistas apoiam o que poderíamos chamar *reformas de economia operária*, referentes ao trabalho e à oficina, girando no âmbito dos interesses directos dos trabalhadores e sujeitas à sua contínua fiscalização e acção directas, garantias únicas de realização. Também favorecem a acção directa e a pressão exterior sobre os poderes públicos, quando se trata dos interesses directos, morais ou materiais, do povo trabalhador.

Mas há uma classe de reformas, a cuja conquista, independentemente dos métodos de acção, o operariado não deve dedicar as suas forças organizadas, nem os anarquistas podem associar-se: são as *reformas de economia burguesa* (fomento, intensificação da indústria nacional, proteccionismo ou livre câmbio, reformas orçamentais, etc.), as quais conduzem à colaboração com a burguesia, dividem o proletariado em categorias rivais, dispersas pelos diferentes partidos políticos, franca ou disfarçadamente burgueses, e são para este o melhor engodo destinado a atrair os trabalhadores ingénuos.

Em todos os países, mesmo nos mais industriais, quando os operários pedem melhorias, respondem-lhes com o *deficit* do orçamento ou da produção, ou com a incapacidade das indústrias ou com a concorrência estrangeira, etc. O que os operários (ou os militantes por eles) devem responder é o seguinte:

— Arranjem-se lá como puderem. Vocês é que têm a administração: só vocês poderão e deverão tratar do desenvolvimento industrial e da distribuição dos encargos entre os da sua igualha, ha-

bilitando-se a satisfazer as nossas reclamações inadiáveis. Lá
avenham uns com os outros; nós queremos ter uma existência mai
humana e tornar mais livre o trabalho. Já que não administram
directamente as coisas, já que são vocês os detentores e directore
de tudo, assumam as respectivas responsabilidades. E, se não po
dem, arreiem: abandonem o posto...

Quando muito, à laia de argumento, para retrucar ao hipócrit
«não podemos» capitalista poderão os operários indicar o que o
detentores da riqueza social deveriam fazer, em matéria de fomen
to, aplicação de receitas, desenvolvimento das indústrias, aperfei
çoamentos técnicos, etc.

E para esporcar os capitalistas nas medidas e trabalhos de utili
dade geral, têm os operários as suas reclamações de salários, hora
de trabalho, higiene e melhoramento de oficina, etc. Essas con
quistas vão sendo recuperadas pelos patrões sobre a massa produ
tora e consumidora. Mas as repercussões sempre encontram resis
tência, tendem a provocar novas exigências operárias, e os patrões
e governantes tratarão de as evitar, refazendo-se de outro modo:
repartindo entre si os encargos de maneira diversa, concentrando e
aumentando a produção, barateando os produtos por meio de no
vos processos técnicos, etc. O desenvolvimento industrial de mui
tos países tem em boa parte essa explicação. Mais uma razão para
a generalização da organização e movimento operários.

A acção operária, de classe, independente e livre de compromis
sos e colaborações nefastas, não é só caracterizada pelo método, a
acção directa, mas ainda pela natureza das reivindicações. Saindo
dela, o sindicato contradiz a sua missão, desune, em vez de unir.
Os anarquistas é que não podem aceitar *reformas capitalistas*, que
empurram o operariado para a colaboração com a classe burguesa,
para a criação de categorias operárias antagónicas e para a forma
ção de sub-classes privilegiadas no seio do operariado.

O SINDICATO, GRUPO LIVRE

«I. A resistência ou acção directa, função única do sindicato. Na «associação de bases múltiplas» a resistência é sufocada. — II. A coacção exercida pelos sindicatos sobre os não-associados: um perigo e uma inutilidade. — III. O problema dos amarelos: como devem ser tratados. — IV. As burlas legais da sindicalização e arbitragem obrigatórias. — V. A propaganda e o exemplo, únicos meios de recrutamento: suas formas. A educação do sindicato. — VI. Evolução das formas corporativas. O que para os anarquistas é essencial na constituição do grupo de acção do presente e do grupo produtor do futuro.

I

Para funcionar normalmente, tem o sindicato profissional, órgão da resistência operária, que estar livre e desembaraçado de quaisquer outras funções, nitidamente separado de qualquer outro órgão de função económica diversa. Concretizando: tem que rejeitar do seu seio as várias formas de mutualismo e de cooperativismo, tantas vezes embrulhadas com a resistência nas velhas associações operárias, aliás ainda numerosas.

Essa confusão de órgãos ou de funções redunda necessariamente em prejuízo da resistência, porque é esta a que mais contraria a «lei do menor esforço», a que mais energias e iniciativa exige dos sindicatos e dos militantes, a que mais responsabilidades põe em jogo, a que mais tira dos seus cómodos o «funcionalismo» — precisamente desenvolvido pela introdução, no sindicato, daquelas funções estranhas à resistência.

Ora, mesmo para as vantagens imediatas, a mutualidade e a cooperativa valem bem menos do que a resistência, a acção directa sindical.

Enquanto o operariado se limita ao mutualismo, tirando dos seus magros recursos precárias economias para as ocasiões de doença, desgraça, invalidez ou desocupação, ainda que lhe junte o cooperativismo, na esperança de aumentar o seu poder de compra

e cortar nos ganhos do parasitismo intermediário, as melhorias de situação, que sob o jugo capitalista são sempre transitórias e inseguras para ele, tornam-se então inteiramente ilusórias. Deixando ao capitalista o completo arbítrio na fixação do salário, dos preços e das rendas, na regulamentação das horas de trabalho, e na organização do trabalho, o trabalhador deixa-lhe o livre manejo das armas principais. Deixa-lhe mesmo a liberdade de reduzir os recursos dos trabalhadores, à medida que estes, pela associação cooperativa e de socorros mútuos, vão aprendendo a fazer face às necessidades da vida com o minguado fruto do seu explorado trabalho. Assim, sem a resistência activa ao patronato, o mutualismo e a cooperativa até servem e facilitam a exploração capitalista, fazendo-se factores de resignação e passividade.

Sem a acção de resistência, nada feito, portanto. A associação operária de resistência, o sindicato, é indispensável, e antes ela sem as outras do que as outras sem ela.

Muito mais do que a organização corporativa, a associação mutualista ou cooperativa tende naturalmente para a adaptação do assalariado ao regime burguês, favorecendo mesmo a submissão às condições impostas pelo patronato.

Muito mais do que a organização corporativa, o cooperativismo e a mutualidade promovem a criação duma burocracia permanente parasitária — capaz quando muito, de ser aproveitada, como «obra feita», como organismo de Estado, por algum «governo revolucionário», desconfiado da liberdade e iniciativa populares, receoso do trabalho directo dos interessados e com pressa de pôr termo às audácias inovadoras da revolução...

Sem aliás força, nem iniciativa, nem liberdade de movimentos para competir vantajosamente com o capital burguês, o cooperativismo acaba por desenvolver o espírito comercial e corromper as melhores intenções.

O sindicato, pelo contrário, e esta é a vantagem suprema, educa o proletariado na luta e na solidariedade contra o capitalismo — e essa luta é susceptível de desenvolvimento constante, tornando visível o antagonismo entre as classes sociais e palpável a necessidade duma completa emancipação.

Entretanto, quando não tenham outra utilidade, o mutualismo e o cooperativismo têm pelo menos a de desenvolver entre o operariado o espírito associativo e a capacidade administrativa, no caso de, bem entendido, serem exercidos directamente pelos próprios operários, e não por burocratas, patronos, filantropos, beneméritos e outros protectores. E isso embora se tenha como discutível a vantagem atribuída ao cooperativismo de manter e consolidar as conquistas do sindicalismo e de preparar os produtores para a organização da distribuição dos produtos numa sociedade comunista.

Mas se, sem a resistência, o mutualismo e o cooperativismo são apenas impotentes, já passam a ser danosos e maléficos quando embaralhados e confundidos com a resistência, no sindicato. Em vez de confiar na acção, na propaganda e na experiência da luta operária, muitos militantes de vistas curtas querem precipitar o recrutamento de trabalhadores para a associação por meio do engodo dos socorros mútuos e da cooperativa; e este engodo em breve vem a paralisar ou a matar a acção de resistência, absorvendo toda a actividade associativa e fomentando o espírito conservador.

Os operários entram para a associação mista (ou «de bases múltiplas») sem disposição para a luta e apenas com a mira no subsídio ou nas vantagens cooperativas. Lá dentro, opõem-se a qualquer acção um poucachinho enérgica, capaz de comprometer aqueles benefícios. E do seu lado os administradores — especialmente quando são mais ou menos permanentes, quando formam capelinha ou grupos que se alternam à laia de alcatruzes de nora — juntam à costumada preocupação burocrática de perder o lugar e o prestígio, e ao receio, mais nobre, de conduzir os administradores à derrota, o pavor terrível dos que têm finanças e largos fundos a gerir: o medo de afugentar os sócios quotizantes, de provocar o encerramento da associação e o confisco dos seus bens, de levar a empresa à falência.

O sindicalismo necessita, pois, de ser livre e independente, não só dos partidos políticos, mas ainda das outras organizações económicas de carácter e fins diversos, e a resistência deve ser a única função sindical. A própria união federativa com essas organiza-

ções, com o direito, para elas, de intervir na acção sindical, sobre tudo nos movimentos e decisões de ordem geral, é um perigo para o livre desenvolvimento e manifestação dessa acção, como o reconheceu, há anos, um congresso operário italiano, aliás sob a influência de socialistas moderados (moção Cabrini). O exemplo da Bélgica era, desde longa data, bem instrutivo.

Mas há outro exemplo de singular força neste momento: o da Alemanha. Assim como a social-democracia, com os seus milhões de eleitores, não passava duma amálgama de partidos, abrangendo dirigentes e dirigidos que noutros países se acham distribuídos por partidos diversos, com ou sem socialismo — vários matizes de socialismo parlamentarista e vários matizes de democracia, desde o republicanismo ao simples liberalismo radical — assim também a organização operária unificada, com milhões de quotizantes, agrupava tendências e propósitos que em outros países se espalhavam por organizações diferentes. A lei confiara aos sindicatos a administração dos seguros contra a doença, cujas quotas são obrigatórias. De modo que a «poderosa» organização tinha um limitadíssimo espírito combativo.

E os que, antes de 1914, mais nos matavam o bicho do ouvido com o número, a riqueza, a organização, o método sábio da social-democracia e da organização operária alemã fingiam durante a guerra verberar com indignação a impotência e a disciplina passiva desses colossos fictícios! Tartufos!

II

Qualquer coacção exercida sobre o operário não associado produziria o mesmo efeito que os falsos engodos mutualistas.

Nós queremos, naturalmente, que o sindicato agrupe o maior número possível de assalariados da respectiva profissão ou indústria, e se puder ser a totalidade, tanto melhor.

Por isso, queremos o sindicato largamente aberto a todos esses trabalhadores, sejam quais forem as suas possibilidades e condições. Combatemos aquelas fortalezas trade-unionistas que, depois

de vedar a entrada com as jóias e quotas inacessíveis aos mais pobres, fazem guerra, na oficina, aos não-iniciados na sua maçonaria de novos privilégios. Reclamamos sindicatos de franco acesso, sem impedimentos nem taxas proibitivas, sindicatos que não rejeitem nem expulsem ninguém por ideias, e tenham para todas as opiniões a maior tolerância.

Mas, assim como queremos que a associação de resistência não feche a porta a ninguém que tenha o direito de ingresso pela sua situação profissional, assim também desejamos que ninguém seja coagido a entrar ou a ficar.

A coacção, em geral sob a forma de boicotagem contra os não associados, quer para excluir da união de ofício e depois... privar de trabalho os excluídos, quer para arregimentar os refractários à organização, favorece os ódios e atritos entre o proletariado e leva-o muitas vezes à divisão no único terreno em que ele pode e deve estar unido. Quando não provoca a constituição de organizações rivais, reformistas e revolucionárias, faz muito pior: proporciona fáceis recrutas aos governos e ao patronato, para as suas polícias públicas e particulares, para as suas agremiações de amarelos e fura-greves, para os seus rebanhos cristãos e católicos, sob a chefia dos clericais.

E todos esses riscos para quê? Para incorporar no sindicato alguns números sem vontade, para obter algumas adesões formais ou mesmo hostis, pouco dispostas à acção e à solidariedade — que não se torna efectiva senão quando é consciente e voluntária.

Demais, para que os sindicatos possam impor, pela boicotagem na oficina ou pela coacção directa, a incorporação dos refractários, é preciso que constituam a maioria e tenham a força bastante para isso. E nesse caso, mais escusado e contraproducente se torna o acto!

O não associado, aliás, não é precisamente, necessariamente, um amarelo, um fura-greves. No momento da luta, entram em acção a maior parte dos desorganizados, arrastados amiúde pela iniciativa duma minoria activa e consciente, e é então, ou depois de obtidos os frutos do esforço colectivo, que eles acodem espontaneamente ao sindicato.

III

Mas há mais. A própria questão dos amarelos tem que ser tratada com extrema prudência.

Muitos destes seres, que tanta indignação suscitam entre o proletariado em luta para conquistar um melhoramento, são degenerados, alcoólicos, embrutecidos, tristes frutos da miséria, do excesso de trabalho.

Muitos também são apenas inconscientes dos seus verdadeiros interesses, de quanto o operário ganha em ser solidário com os companheiros e em lutar, unido a eles, contra a exploração capitalista, mas são muitas vezes curáveis por meio da acção, da experiência, e também, a nosso ver, dispensando-lhes uma certa dose de benevolência e generosidade.

Há ainda outros que, embora conscientes do erro que praticam, a ele são arrastados por fraqueza de espírito, por timidez, por uma circunstância fortuita, acidental, que não os fará para sempre traidores, ou por miséria e ainda por um erro de táctica dos companheiros organizados.

Muitas vezes a traição dependeu de circunstâncias acidentais, e seu autor facilmente a reconheceria e remediaria. Mas não o deixam, fazem com que perca a vergonha: já agora continuará. Sucede-lhe como aos condenados da justiça burguesa; já que não lhe permitem reabilitar-se, reincide.

A perseguição exaspera-o, e se fica desocupado, a miséria vem ajudar a exasperação.

Certamente, na hora da luta, compreende-se que os fura-greves sejam tratados rudemente. Então é um caso de legítima defesa, e o momento não é para indecisões e fraquezas, nem às vezes para discussões. Não há tempo para convencer.

Compreende-se que não falamos aqui em nome dessa falsa «liberdade de trabalho», que os escravizadores do trabalho, os patrões e os governos, invocam por ocasião das greves. O que eles querem dizer na sua é «liberdade de trair», liberdade, para o trabalhador inconsciente, de atraiçoar a sua própria causa, os seus próprios interesses, em benefício da burguesia, da opressão do trabalho; ao passo que chamam «traição», nas suas guerras, ao acto de quem, não tendo pátria nem património, se recusa a arriscar a vida por interesses alheios.

Admitimos, pois, naturalmente, que o trabalhador, na luta pelos interesses colectivos, se defenda energicamente contra a traição — embora, nas greves modernas, o grevista tenha que recorrer ao emprego de meios que impossibilitem a «normalização dos serviços» (estilo oficial) e tornem impotente a traição dos amarelos da classe operária, assim como o zelo dos «voluntários» da burguesia.

Mas decorrida essa hora em que «quem não está connosco, é contra nós», achamos que a generosidade é o melhor tratamento para esses maus irmãos, sobretudo quando ela parte de vencedores.

Fazer-lhes sentir quanto tem de repugnante, e sobretudo de nocivo, aos interesses seus e de todos, a sua conduta, está muito bem; mas fazer cair sobre eles uma pena perpétua, uma perseguição constante, é bárbaro e perigoso.

Os patrões, os dominantes ganham imensamente com esses ódios, essas brigas contínuas entre os explorados; nestas discórdias, repetimos, têm forte apoio as organizações de guardas, de amarelos, de «democratas cristãos», postas ao serviço do capital.

O mais largo espírito de solidariedade e *benevolência*, sem tibieza, deve dominar nas relações entre os trabalhadores.

IV

Mas se rejeitamos o recrutamento forçado por parte dos operários, que havemos então de dizer àquela impagável «sindicalização obrigatória» por lei do Estado, ideia peregrina de alguns políticos «amigos do povo»?

Imagine-se o inimigo, o Estado, a alistar soldados para o sindicalismo!

Para que isso pudesse ser, seria preciso que este último tivesse abandonado qualquer intuito de acção directa e de luta de classes, qualquer veleidade de emancipação e de gerência directa do traba-

lho. Seria preciso que se encontrasse bem doente e corrompid
O Estado, aliás, não poria a sua força a serviço de entidades q
não tivessem entrado no aprisco da «paz social» e da colabora
de classes, e que não oferecessem sólidas garantias de seriedad
juízo. Não trataria senão com respeitáveis «personalidades juríd
cas», pesadas de bens e de responsabilidades, capazes de respond
pelos seus actos perante a lei civil e criminal...

O cavalo de Tróia do serviço sindical obrigatório não viria se
farto recheio. O sindicato havia de oferecer «compensação» a
recrutas incorporados por lei: seguros contra a desocupação,
doença ou a invalidez, pensões e subsídios por isto e por aquilo
enfim, tudo o que sufoca a acção essencial de resistência.

E depois disso, para maior cautela, a arbitragem obrigatória a
tes de cada greve... improvável.

A arbitragem obrigatória nos conflitos entre as duas classes a
tagónicas vem a ser a caricatura, a paródia grotesca desse mod
verdadeiramente elevado de resolver conflitos entre iguais — des
sistema pacificador a que uma sociedade livre certamente recorre
rá.

Mas a arbitragem, sob pena de contradição íntima, fundament
de termos, tem que ser voluntária, isto é, livremente aceite por ca
da uma das partes, *iguais em condições*.

Não pode versar sobre questões vitais — ninguém aceitaria,
não ser por imposição violenta, submeter à discussão dum árbitro
a sua vida ou as condições dessa vida, as liberdades económicas
políticas.

O árbitro tem que ser insuspeito e imparcial, não ter interesse
nesta ou naquela solução, de contendas aliás secundárias.

Ora nada disto se dá entre a burguesia e o proletariado e com
arbitragem imposta por lei. As duas classes estão em completa de
sigualdade de condições. Uma, que detem o poder económico
político, os meios de explorar e governar, nega à outra as mais ele
mentares condições vitais, e funda precisamente a sua riqueza
prosperidade sobre essa privação; a outra não tem outros meios de
resistir a essa violência permanente e organizada senão a su
união, o valor do seu trabalho e a força dos seus músculos. Quan

to ao árbitro, não pode ser imparcial, tanto mais que se trata de interesses profundos: a lei dá ao operariado e ao patronato igual número de árbitros, mas, graças à ficção audaciosa e cínica que considera o Estado como representante neutral dos interesses de todos os cidadãos, entrega a este inimigo implacável da classe trabalhadora, a este orgão político-militar da burguesia, o árbitro de desempate, o juiz definitivo.

Tendo aceite a «sindicalização obrigatória» com todos os matadores (matadores, com efeito, da resistência) e a «arbitragem obrigatória», estaria o sindicato (?) transformado numa instituição oficial, numa engrenagem do Estado, e este não teria mesmo dúvida alguma, em caso de greve... impossível, em tornar obrigatórias as decisões «regulares» da corporação grevista. Pranchada e cavalo marinho, a caminho da esquadra, nos amarelos recalcitrantes...

Trata-se, felizmente, duma fantasia burlesca. Ai da organização operária que aceitasse esses miríficos presentes gregos! Adeus, resistência, greves, luta de classes! O sindicalismo de acção directa estaria morto e enterrado, e a burguesia dormiria sonos tranquilos e regalados.

Assim manietado, oficializado, narcotizado, o movimento operário não teria sequer força efectiva para impor alguma justiça, nos laudos arbitrais, e no caso destes lhe serem favoráveis — hipótese inverosímil — para garantir o seu acatamento e execução.

Na recente greve ferroviária italiana, como a comissão grevista, obtida uma larga vitória, perguntasse ao presidente do ministério qual era a garantia da palavra do governo, o astuto ministro, Nitti, redarguiu com hábil franqueza:

— A vossa força!

Isto é, a garantia única de cumprimento duma decisão ministerial ou patronal, mesmo arrancada pela força, é ainda e sempre a força dos interessados, constituída pela sua solidariedade, pelo valor do seu trabalho e pela sua constante disposição para a luta.

V

Para o recrutamento dos seus aderentes e para o desenvolvime
to da sua influência entre os operários, o sindicato não pode cont
senão com os seus próprios meios, e estes meios, dado o fim a ati
gir, não podem ser outros senão a propaganda, o exemplo da a
ção, o zelo constante em defesa dos interesses de todos e de cad
um, os resultados obtidos.

Tanto melhor para o sindicato. Assim, terá que pôr em mov
mento o máximo das suas energias e capacidades. Terá que faz
apelo à cooperação de todos, a fim que a sua influência se faç
sentir, melhor ou pior, em todos os recantos e em todas as dire
ções. Terá que chamar à actividade sindical o maior número, tra
tando de os preparar para a obra comum.

Nada impede, aliás, que o sindicato se faça o mais atraente pos
sível e que a propaganda revista as mais belas formas.

Nós achamos perigoso e embaraçador o entesouramento impro
dutivo, mas entendemos que o sindicalismo deve pedir ao assala
riado o máximo da contribuição voluntária para a causa comum,
para a realização de nobres e grandes empresas.

E uma das melhores aplicações desses sacrifícios colectivos é cer
tamente o aperfeiçoamento dos instrumentos de propaganda, é o
embelezamento dos centros de atracção operários, a cargo sobre
tudo das uniões de sindicatos, federações e confederações.

O operário vai à associação, ao sindicato, levado pelo interesse e
pela sedução da ideia. Lá encontra um ambiente adequado ao seu
estado de espírito, um convívio grato aos seus sentimentos de ho
mem do trabalho, o calor das grandes paixões sinceras e o estímulo
dos mais fecundos exemplos. E se lá encontra também o conforto
convidativo da luz, do ar e da arte, ei-lo definitivamente roubado
às consolações dúbias do botequim e às ilusórias fustigações do ál
cool.

E é esse nobre chamariz que os trabalhadores conscientes devem
oferecer aos seus irmãos da oficina e do campo. Um socialista
francês ficou assombrado ao encontrar na Itália, em cidades cinco,
seis vezes menores do que Paris, Casas do Povo, verdadeiros Palá-

cios do Trabalho, que o proletariado francês ainda não soube edificar. Elas atestam quanto pode a iniciativa arrojada, coadjuvada pela fé e tenacidade de muitos.

Vastas e luminosas Casas dos Trabalhadores, com amplas salas para assembleias, bibliotecas, conferências, concertos, espectáculos! A música, o teatro, a arte declamatória e didáctica, todas as artes, servidas pelos artistas sindicados, enchendo os merecidos ócios do trabalhador, enriquecendo-lhe o cérebro, burilando-lhe o sentimento!

Nada impede tão pouco que o sindicato promova a instrução geral e a educação técnica dos seus sócios, com múltiplas vantagens: desenvolver neles as aptidões para a vida associativa, para a acção militante; aumentar o seu poder de resistência, pois o operário instruído e hábil no seu ofício faz mais falta à produção e portanto tem maior peso a sua abstenção do trabalho; habilitá-los a tomar amanhã conta da administração directa das coisas.

Trata-se, não de introduzir no sindicato funções absorventes da actividade sindical e adormecedoras da acção directa, como as funções económicas conservadoras (mutualidades, seguros, cooperativismo, etc.), mas de empregar meios de propaganda e educação, subordinados à função económica única da liga de resistência.

Essas realizações não estorvarão, mas pelo contrário favorecerão e consolidarão a nossa obra essencial. Nós temos que construir um mundo novo em todas as suas partes, e atrair, preparar, educar os seus obreiros.

VI

E é esse o nosso fim supremo, aquele que deve guiar, em todos os seus actos e palavras, a minoria consciente que actua no seio da massa como fermento. É esse fim o único verdadeiramente digno dos seus esforços e sacrifícios.

Quando lutamos por um movimento operário independente, por um agrupamento operário francamente aberto a todas as opi-

niões e a todas as boas-vontades, livre e sem coacção, por uma a
ção desembaraçada de peias e compromissos, fazemo-lo també
é certo, invocando os interesses imediatos dos trabalhadores, q
somos obrigados a acompanhar em suas lutas de curto alcance, e
quanto não os podemos levar a mais decisivos empreendiment
mas o nosso intuito predominante é a preparação duma nova s
ciedade e dos seus órgãos, é a formação de elementos e forças q
garantam uma verdadeira emancipação económica e política, é
franqueamento, à humanidade, de novas possibilidades e nov
sendas, pela destruição dos mais grossos obstáculos opostos à s
marcha.

Que consideramos nós essencial na constituição do grupo liv
de produtores, tal como o desejamos ver funcionar, galgados pe
revolução aqueles obstáculos?

Nós vemos a associação de resistência transformar-se constant
mente na sua formação profissional, conforme o evoluir da indú
tria e as necessidades da solidariedade operária na luta.

Vimos as estreitas uniões de ofício ou de serviço alargarem pou
co a pouco o seu âmbito, até se constituírem por série de ofícios in
terdependentes ou afins, por indústria, por grande empresa o
grande serviço público.

Vimos federarem-se os sindicatos da mesma indústria, ou ramo
de indústria, nacionalmente e por cima das fronteiras, e vimos o
diversos sindicatos profissionais ou industriais unirem-se em cad
localidade ou distrito, em cada país, entre vários países.

Vimos a interessante criação popular e revolucionária dos *Sovie-
tes*, conselhos de fábrica, assembleias locais dos delegados de ofici-
na e de serviço.

Os anarquistas aceitam todas essas formas de organização direc-
ta e espontânea dos produtores, tomando embora parte, sem dúvi-
da, na apreciação do seu valor relativo sob o ponto de vista da soli-
dariedade operária, da eficácia combativa, da preparação do tra-
balhador e do futuro. Assim, vimos Pellontier atribuir o valor
principal às Câmaras ou Bolsas do Trabalho, uniões locais de sin-
dicatos, as Comunas da sociedade em gestação. E o seu discípulo e
sucessor, Jorge Yvetot, continua considerando essas instituições,

hoje Uniões departamentais em França, como representantes e guardas vigilantes do espírito federalista e descentralizador, com o cuidado dos interesses gerais da produção, da distribuição e do consumo, ao passo que as federações de indústria tendem muito mais para a centralização e para a preocupação exclusiva dos interesses corporativos.

Entretanto, o que acima de tudo importa ao anarquista é o método de organização.

O sindicalismo considera o sindicato profissional como agrupamento de combate hoje e como grupo produtor na sociedade futura. Mas como concebe ele o funcionamento desse grupo? Se o pretende único e fechado, proprietário exclusivo dos meios de produção, o seu ideal é um neo-corporativismo medieval, que produzirá uma nova forma de servidão. A mesma coisa, se ele entrevê uma comissão central a superintender na produção e uma burocracia sindical permanente: o seu fito é um Estado social-democrático, com uma nova divisão em classes. Para ser anarquista, deve querer o grupo profissional livre e aberto e não pode admitir a propriedade individual ou corporativa, nem uma nova classe burocrática; o seu ideal será a livre cooperação (determinada pelas necessidades a que todos voluntariamente se submetem) e o direito de cada um ao uso gratuito dos meios de produzir. O *método* de organização é a questão política essencial.

A ideia do sindicato ou sociedade de resistência constituindo o elo entre a sociedade presente e a futura, continuando amanhã em proveito de todos a produção hoje guiada pelo interesse duma classe, e a concepção duma sociedade como uma «federação económica», como a livre federação dos grupos produtores, são velhas no anarquismo da Internacional e no seu continuador, como vimos.

Evidentemente, o sindicato actual não será transplantado para a sociedade comunista livre tal qual está. Hoje mesmo modifica-se continuamente, na sua natureza profissional e no seu método de organização sob a acção dos progressos técnicos e das ideias libertárias. Imagine-se, pois, a diferença, quando a produção, em vez de governada por uma classe em seu proveito, for directamente ad-

ministrada pelos produtores em benefício de todos, quando for suprimidos os parasitismos e serviços inúteis ou nocivos, quando técnica, posta ao serviço de todos e dispondo das forças de toda sociedade tomar um voo prodigioso! Hoje, o sindicato é sobret do uma associação para a luta.

Impossível é, pois, prever exactamente o modo de agrupament da sociedade livre de iguais. Provavelmente, será múltiplo: o gr po profissional para a produção essencial, para os serviços públ cos (alimentação, vestuário, alojamento, transportes, comunic ções, saúde, instrução, iluminação, etc.); o grupo de afinidad para a satisfação das necessidades intelectuais, estéticas e morais; livre Comuna, ou União local, para os interesses locais, estatístic determinação do consumo, distribuição. E as múltiplas federaçõ livres, locais, regionais, mundiais, de sindicatos, de grupos por af nidades e de comunas.

Em suma: a organização livre dos produtores administrando di rectamente a produção e a distribuição, sem nenhuma sobreposi ção política ou burocrática, chame-se ela embora, com novo dis farce, «ditadura... proletária»!

O MOMENTO ACTUAL

«I. As consequências da guerra mundial; suas destruições. Como a sociedade poderia satisfazer as reclamações operárias. — II. Incapacidade orgânica do regime capitalista. Efeitos do movimento operário sobre o progresso industrial; sua atenuação em épocas de crise. — III. A alta dos salários como factor de encarecimento da vida, em face dos outros factores. O caso dos stocks americanos em França. — IV. O açambarcamento. A limitação da produção, vício orgânico do capitalismo. — V. Porque se acusa o operariado de ser o factor da carestia. Os meios de que ele dispõe para fixar as suas conquistas. — VI. Os efeitos da revolução russa. O papel da pequena burguesia, instrumento da alta. O papel da imprensa. As disposições das classes dirigentes.

I

Dissemos nos capítulos anteriores o valor prático e sobretudo moral das conquistas operárias, obtidas pela acção directa e no terreno próprio do trabalho. Dissemos que, entretanto, sob o ponto de vista económico, essas conquistas são constantemente anuladas pelo próprio jogo normal das instituições burguesas e varridas como palhas pelo vendaval das grandes crises.

Atravessamos presentemente uma dessas crises — a maior das que têm sacudido o regime do privilégio capitalista — e vemos como a vertiginosa ascenção da carestia da vida reduz a nada os esforços da classe trabalhadora, condenando-a mais do que nunca ao círculo vicioso das melhorias de salário, logo insuficientes.

A carestia da vida existiu sempre, em regime capitalista, para os assalariados: é um mal inerente ao sistema de produção e que só com ele morrerá.

Mas veio agravá-la extraordinariamente, provocando uma das mais espantosas crises económicas da história, um outro produto da organização burguesa — a guerra, esse fruto das rivalidades imperialistas, que têm como principal motor a necessidade de garantir no exterior a colocação do *excesso* de produtos e a aplicação do

excesso de forças produtoras, pois esses excedentes, que em geral não são de facto, fariam baixar os preços e o lucro capitalista, se antes de mais nada fossem empregados no interior para satisfazer todas as necessidades reais da população, isto é, para destruir a carestia.

Durante cerca de cinco anos, a guerra tudo sacrificou à vitória de um dos imperialismos em luta, à vitória que ao vencedor permitisse dispor livremente do mundo. Vidas juvenis, forças produtivas, meios de transporte, produtos, tudo foi tragado às montanhas por esse abismo sem fundo. Por todo aquele tempo, foi preciso alimentar, vestir, calçar, alojar, armar, municiar — e tudo mais largamente do que na vida civil — muitas dezenas de milhões de homens em pleno vigor da idade, que nada produziam. Todos os meios de produção e de transporte foram por assim dizer aplicados a essa tarefa absorvente. A burocracia civil e militar, com a sua proverbial incúria, o seu criminoso desprezo pelo fruto do trabalho e pelo interesse público, aumentou ainda o enorme desperdício.

Ante a situação pavorosa criada pela guerra entre imperialismos rivais, o sistema estatal-capitalista revela toda a sua impotência, tanto mais que os novos ricos, os especuladores, os açambarcadores, todos os que prosperaram com o adubo da sangueira, têm agora muito pouca pressa de sair dum estado de coisas em que tantas riquezas se pescam.

Se o operário fosse considerado como um ser humano, um irmão, e não como uma simples máquina bruta a explorar, ninguém pensaria em lhe regatear os meios de subsistir e o necessário repouso. A sociedade procuraria refazer-se das naturais exigências dele nos outros elementos do custo do produto. Suprimiria os intermediários inúteis, a especulação e o açambarcamento. Reduziria o lucro patronal e as despesas gerais, pela concentração industrial e comercial. Aumentaria e aperfeiçoaria a maquinaria, melhoraria os processos produtivos. Empregaria todos os braços desocupados e mal aplicados.

São aliás, os conselhos dados em parte à burguesia por algumas associações de técnicos, como a União Sindical dos Técnicos da

Indústria, Comércio e Agricultura de França, e por alguns industriais inteligentes — no próprio interesse da sua classe.

II

Mas o regime capitalista é organicamente incapaz de aumentar a produção em proporções suficientes. Não tem empenho nem interesse nisso, porque vive da carestia. Quanto maior for a carestia, mais ele prospera. A rotina, a avidez do lucro imediato, a impotência do capital individual vêm ainda aumentar essa incapacidade, essa natural má vontade, levando o patrão a explorar até ao último extremo o labor do assalariado, antes que renovar o seu material, modernizar a sua técnica, introduzir métodos novos. Se os introduz, aliás, não é para suavizar a faina e condições de vida dos seus assalariados, mas para lhe dispensar os serviços, deixando na mesma situação precária os que conserva sob o seu domínio.

O movimento operário, as greves, as conquistas de melhor paga e menos horas de fadiga, lutam indirectamente contra essa rotina, tornando difícil a vida do pequeno patrão, impelindo o patronato à concentração industrial e ao desenvolvimento da maquinaria, para contrabalançar o que tem de abandonar, em tempo e em dinheiro, ao trabalhador. Ao mesmo tempo, à medida que o assalariado consegue elevar a sua dignidade de homem e a sua capacidade de compra, esse aumento de consumo contribui também para a intensificação da produção. São mesmo estes os únicos modos que ele tem para promover a intensificação da indústria, evitando simultaneamente a colaboração corruptora com a classe adversária.

Em suma, se por um lado a sua dupla qualidade de produtor assalariado e de consumidor desprovido de reservas leva o operário a repor nos cofres patronais, com a alta do custo da vida, o que porventura tenha alcançado em aumento de salário — e mesmo mais do que isso, porque o dono das coisas aproveita sempre a oportunidade dum encarecimento da mão-de-obra para justificar as suas extorsões e arrancar ao público muito mais que o que cedeu ao trabalhador; por outro lado, há a resistência dos operários, quer co-

mo consumidores, quer como produtores, resistência sempre
cunda, mesmo quando aparentemente vencida, porque os patrõ
e governantes cedem *depois*, «espontaneamente», como generos
vencedores... *pro forma*, todas ou quase todas as reclamações fe
tas.

E há além disso, como acima dissémos, o próprio jogo da alt
dos salários e da redução de horas de trabalho, que vem depois
traduzir-se também em elevação de salários, pela diminuição d
concorrência de braços no mercado do trabalho.

A alta dos salários, repetimos, produz de per si uma aceleração
intensificação da indústria, porque o patronato, do que foi obriga
do a abandonar ao assalariado, em dinheiro ou horas de trabalho
tende a refazer-se concentrando e simplificando a produção, aper
feiçoando os processos técnicos e desenvolvendo a maquinaria e
material produtivo. E essa intensificação é favorecida ainda pelo
melhoramento de condições do assalariado, isto é, pela intensifica-
ção do consumo.

Isso não impede que o proletariado se veja mais tarde obrigado
a renovar a sua reivindicação de mais paga e menos horas de faina.
Nunca, porém, com a frequência dos períodos de crise como o pre-
sente, em que as greves se sucedem, repetem e multiplicam com ra-
pidez vertiginosa. Então, a própria generalização dos movimentos
operários, que em tempos de normalidade capitalista leva a bur-
guesia a renovar os seus processos técnicos e a repartir entre si os
seus encargos diversamente, a fim de poder melhorar deveras a si-
tuação do trabalhador, já não alcança tão facilmente o mesmo
efeito, ao passo que faz sentir mais prontamente as repercussões
dos salários no encarecimento da vida.

Em épocas de crise profunda como a actual, quando, pela extre-
ma escassez de produtos e de concorrência entre capitalistas, o
consumidor se vê inteiramente à mercê do traficante e do açambar-
cador, quando o apetrechamento e renovação da indústria encon-
tram, na falta de combustível, de matérias-primas e de instrumen-
tos, obstáculos consideráveis, que o patronato tem, aliás, interesse
em proclamar invencíveis, para o efeito de prolongar uma situação
de miséria em que se pescam fortunas rápidas e escandalosas, en-

tão os aumentos de salário, que seguem sempre de longe a elevação
do custo da vida, para pouco mais servem do que para proporcio-
nar ao patrão o pretexto e o ensejo de arrancar, multiplicado, ao
público consumidor o pouco que dera ao operário, descarregando
ainda por cima sobre este último o odioso do encarecimento cons-
tante de tudo!

III

Basta lançar os olhos a uma enumeração dos factores do encare-
cimento da vida para ver quanto vale essa insinuação de velhacos
para uso de simplórios:

Na produção: — Alta do lucro patronal, sob as suas diversas
formas — Alta dos salários.

Nos capitais: — Elevação da taxa de juro — Aumento da circu-
lação fiduciária.

No comércio: — Multiplicação dos intermediários e retalhistas
— Aumento das suas pretensões — Paralisia dos transportes —
Especulação e açambarcamento.

Importação: — Exageração dos preços dos produtos importa-
dos — Direitos aduaneiros.

Estado: — Aumento dos impostos — Má administração, des-
perdício, lentidões burocráticas.

O factor «alta dos salários» perde-se modestamente no meio de
tantos e tão consideráveis colegas.

Pensemos na prosperidade assombrosa das grandes empresas
durante esta fecunda carestia, nos inúmeros «novos ricos», nos
pingues dividendos repartidos. Pensemos na aluvião de papel-
-moeda que tudo invadiu. Pensemos nos intermediários que, nesta
venturosa época, pulularam como cogumelos em tempo chuvoso.
Pensemos nas façanhas bem conhecidas dos especuladores e açam-
barcadores, sonegando ou deixando deteriorar-se massas enormes
de produtos, a fim de forçar a alta. Pensemos, quanto aos produ-
tos importados, nas riquezas acumuladas nos países que especula-
ram com a guerra, como os Estados Unidos, onde cresceu de mo-
do rápido e extraordinário o número dos arquimilionários. Pense-

mos enfim, quanto ao desperdício burocrático, nos monument
escândalos dos *stocks* norte-americanos, em França, e do minist
rio dos abastecimentos, em Portugal, dois exemplos entre muito
Que pesa no meio de tudo isso a elevação do preço da mão-d
-obra? Quando muito, é, não um motivo, mas um pretexto par
novo encarecimento da vida.

O caso dos *stocks* americanos é típico e merece menção especi
por ser altamente instrutivo. Ouçamos o senador Debierre, que as
sim o refere em *La Vérité*, de Paris, número de 16 de Agosto d
1919:

> «Compraram-se 15.000 viaturas, camionetas, 10.000; 35.000 auto-camiões aos americanos e grande quantidade de géneros (no valor de dois biliões e meio). O sr. Paulo Morel, o grão-ministro dos *stocks*, está já de posse de dez biliões em mercadorias. Tudo isso sem dúvida se destina a ajudar o público francês. Pois não parece. Quando o interrogam, o sr. Paulo Morel responde: «Eu não posso largar isso imediatamente, porque faria baixar os preços».
>
> O governo joga na alta. E toda a gente espera: os comerciantes das nossas regiões libertadas que desejam adquirir automóveis, os industriais que querem máquinas e os famintos que estão mortos por comer».

Mas há mais e melhor, narrado pelo burguesíssimo e conserva-dor *Corriere della Sera*, de Milão, que o reproduz do *Matin*:

> «O grande campo americano de Prussier transformou-se ultimamente (meados de Junho) numa vasta fogueira, com acre fumo de petróleo e de borracha queimada. Uma imensa charneca perto de Romorantin recebe na extensão de uns quinze quilómetros milhares e milhares de automóveis «reformados» de todas as aplicações e de todos os tamanhos, inúmeras motocicletas, *side-cars* e bicicletas, alguns quase novos e ainda encaixotados. Mesmo deteriorados, seriam de fácil conserto, mas preferem destruí-los.
>
> Turmas de pretos americanos empurram esse veículos, em grupos de três ou quatro, até pequena distância, regam-nos de petróleo e chegam-lhes o fogo com uma longa vara.
>
> Porquê? O governo norte-americano, não podendo tornar a levar para além-mar todo aquele material, desejaria vendê-lo em boas condições a pequenos industriais e comerciantes. Mas o governo da República, ao mesmo tempo que por um lado proíbe a sua venda, do outro não o quer adquirir por sua conta. E assim se vão em fumo milhões de francos»!

Também se destruíram conservas e outros géneros alimentícios, tendo-se salvado apenas, além das mercadorias adquiridas e retidas pelo governo francês, o que muitas das autoridades militares norte-americanas, indignadas com o desperdício, deixavam *roubar* pelos pobres e o que foi vendido a particulares por preços irrisórios, para ser revendido com lucros fabulosos...

Quando não se destroem os produtos, deixam-se deteriorar ou apodrecer, quer por incúria burocrática, quer por ganância e especulação, para «jogar na alta». Toda a gente conhece centenas destes casos, que de vez em quando provocam grandiosos escândalos.

IV

O açambarcamento, efeito inevitável do regime burguês, floresce principalmente em tempo de crise e carestia. Entre os inúmeros casos, tantos quantos os comerciantes, ou várias vezes o número deles — citemos o dos cento e dez proprietários de minas de carvão que, nos Estados Unidos, se tinham recentemente associado para restringir a extracção do «pão negro da indústria» e regular-lhe as saídas, a fim de lhe manter e agravar os altos preços.

A notícia deste feito, um dos raros que vêm a público e fazem escândalo... logo abafado, acrescentava que o governo estava procedendo energicamente contra o conluio. Quem é que, por mais ingénuo que seja, se não sorri ante estes ferozes propósitos? A «energia» é toda reservada para se aplicar aos grevistas, que são evidentemente os culpados da carestia e de todos os males do sistema capitalista.

Chegam a fazer-se leis de excepção para os açambarcadores. Essas leis apanham na rede algum peixe miúdo, mas nem sequer fazem cócegas aos pingues e poderosos cetáceos, que navegam soberanamente nas águas turvas da carestia e da especulação. Aos que

caem na rede é-lhes aplicada às vezes uma multa, a qual vai à conta de perdas e danos. O público trabalhador e consumidor, e consumidor ainda mais, paga o prémio de seguro desse novo risco.

Ainda que fosse sincera, a lei seria inteiramente impotente e ineficaz. O açambarcamento é mal inerente ao regime. Se sonegar produtos é crime, que diremos então do que é condição de vida e prosperidade do capitalismo — a limitação da produção, a insuficiência dos produtos ante as necessidades reais da população, insuficiência sem a qual não existiria o lucro do monopolizador?

Que diremos do proprietário que deixa incultas as suas terras ou nelas cultiva o que mais lhe rende — a vinha, por exemplo, em vez do trigo que a sociedade necessita urgentemente? Que diremos da destruição diária no mercado de Londres (e em muitos outros) de toneladas de peixe que não pode ser vendido ao preço desejado? Que diremos da fruta que, em anos de relativa abundância, o proprietário deixa apodrecer no pé, para lhe não «aviltar» o preço?

Destruições, açambarcamentos, restrições, quando há tantas necessidades a satisfazer, mesmo em períodos normais! É revoltante! Mas é próprio do sistema capitalista, é essencial ao regime.

Numa sociedade bem organizada, possuindo colectivamente os meios de produção e de transporte e produzindo para benefício de todos e satisfação das necessidades de cada um, aquele precioso material de condução seria logo aproveitado para facilitar o aprovisionamento e a distribuição dos produtos, aqueles géneros postos à disposição do consumo.

Mas em regime de propriedade privada e de salariato, de produção guiada pelo interesse particular e pelo lucro de uma oligarquia, a abundância... é um mal, sobretudo em ocasião de carestia.

Numa sociedade em que a produção fosse guiada pelo interesse geral, as árvores frutíferas, por exemplo, susceptíveis de se multiplicar indefinidamente, seriam plantadas por toda a parte, orlariam as estradas, ruas, praças e jardins, ofereceriam a todos largamente os seus frutos como a sua sombra. Mas na absurda sociedade em que vivemos, é preciso limitar-lhes o número, fechá-las ciosamente em recintos cercados, destruir-lhes mesmo os frutos se o preço de venda não é «remunerador», não «compensa». Porquê?

Porque a fruta é um «artigo de comércio»; porque é produzida para se vender; porque essa produção tem por fim dar lucro a um pequeno número de pessoas e não satisfazer as necessidades de todos. Generalizar as boas e generosas árvores seria destruir um «comércio», um interesse particular.

V

Examinando as causas da carestia da vida — causas fundamentais, inerentes à constituição da sociedade capitalista, e causas derivadas, dependentes da crise colossal que a humanidade acaba de atravessar — vimos que o custo da mão-de-obra, aumentado pela elevação dos salários e pela redução das horas de trabalho, além de ser primeiro efeito do que causa, é um factor mínimo na alta enorme dos produtos.

Mas há mais.

Os salários estão longe de ter acompanhado, na mesma proporção, a carestia, e só muito tarde é que o operariado, em geral, se decidiu a reclamar apenas uma parte do necessário para que a sua paga fosse proporcionalmente o que era antes da guerra. Se lhe propusessem os antigos salários com o antigo custo de vida, de antes da guerra, alegremente aceitaria. Mas a diferença recebida a menos pelo salariato foi parar às algibeiras dos novos e velhos ricos, foi engrossar dividendos, e o explorador do suor humano não abandona facilmente a sua nova presa, os seus lucros de guerra e de miséria.

Por isso, se a mão-de-obra aumenta dez por cento no seu preço, o explorador aproveita o ensejo para aumentar a mesma percentagem, mas no total do preço de venda, ainda que os outros elementos deste não tenham sofrido alta. E os outros intermediários contam a sua percentagem sobre o preço assim elevado. Todos eles têm interesses nos altos preços, todos aproveitam a menor oportunidade para explorar bem a abençoada carestia e meter dinheiro ao bolso. Depois, invertendo a ordem dos factores, acusam ainda por cima as greves de nos tornarem a vida insuportável!

O preço de venda é baseado no custo e quantidade da maté prima empregada; no custo e tempo relativo da mão-de-obra; n despesas gerais, compreendendo os impostos; nos lucros. No pr ço de revenda, acha-se mais a pesadíssima taxa cobrada pelos i termediários e especuladores, a qual às vezes chega a duplicar e a a triplicar o custo do produto.

Compreende-se, porém, perfeitamente o móbil que leva o açambarcadores e os governantes a acusarem o movimento oper rio de factor da vida cara e de estorvo a uma reconstituição... im possível. Pretendem encobrir e desculpar os seus próprios crime imprevidências e incapacidades e afastar o amargo cálice do ajus de contas. Visam açular contra o proletariado as classes médias e desacreditar agitações, que podem desenvolver-se e tomar caráct revolucionário.

E entretanto, o trabalhador debate-se numa situação incerta, precária, cujo pioramento constante lhe absorve hoje as magra melhorias que ainda ontem conquistara.

Os meios que o operariado tem de contrariar este estado de coisas, que anula os benefícios dos movimentos de salário e lança a divisão, a desconfiança e o desânimo no seio do povo trabalhador, são na verdade escassos e precários. A acção cooperativa tem um âmbito restrito e é de curto alcance. Os movimentos de massa, as agitações da praça e de opinião, a greve geral, os assaltos, além de não se poderem manter indefinidamente, obtêm efeitos pouco duradouros.

Quanto à acção legal, parlamentar, nem falemos disso. A lei que sanciona uma reivindicação operária só é aplicada onde e quando o proletariado quer decididamente que a reforma seja um facto e tem a força e organização suficientes para impor directamente — em geral só nos grandes centros, e aí mesmo só para as corporações bem organizadas e bem firmes de vontade. De modo que a «lei operária» só serve para iludir as massas inconscientes, dando um falso prestígio aos governos e instituições parlamentares e tendendo a desviar o povo da organização e acção directas.

Resta a acção da própria categoria operária que reclama o aumento de salário ou a redução de horas. Tanto quanto em suas

forças caiba e dela dependa, cada corporação em luta deve procurar impedir que o patrão recupere do público — isto é, da massa trabalhadora — a parte do seu lucro que teve de ceder. Isso devia mesmo constituir uma reclamação essencial de cada greve, absolutamente inseparável da melhoria exigida. E em todo o caso, à corporação grevista cumpre, com a maior retumbância e publicidade, documentar ante o público a possibilidade que tem o patronato de ceder às justas reclamações do seu pessoal assalariado sem novos encargos para o consumidor, e empenhar-se em afugentar de si a suspeita infamante de que é um instrumento, consciente ou inconsciente, da ganância patronal.

Infelizmente, o operariado não está habituado a essa táctica, que aliás não faria maravilhas — a não ser sob o ponto de vista moral, o da solidariedade com o público e o da criação dum ambiente favorável para as greves — e que em muitos casos seria impraticável.

Demais, o senhor das coisas e árbitro da produção tem cem maneiras de sofismar, contrariar, anular essa conquista. Bastar-lhe-ia deixar de produzir ou de importar, sonegar os produtos, fatigar o público e dispô-lo a aceitar o aumento para ao menos ser servido ou achar que comprar. Como tem feito a Companhia dos Carris de Ferro de Lisboa, para que se consinta enfim na elevação das tarifas. Como tem feito todo o comércio contra a tabelagem dos géneros, contra as ridículas medidas governamentais, que só servem para mostrar a impotência do regime político burguês e a incapacidade dos seus homens.

E se, *neste período*, às simples greves de salários é oposta uma resistência desproporcionada, uma greve que impusesse ao mesmo tempo a limitação do lucro patronal teria que afrontar uma bem mais terrível violência. Para preparar e vencer tal greve seria, por assim dizer, necessário empregar tamanho esforço como para levar a cabo a revolução social.

VI

É que, além da guerra, há um facto que domina os acontecime-
tos: a revolução russa. A burguesia sonha com ela, vê a sua i
fluência em tudo, fantasia os tramas mais descabelados, tudo l
cheira a bolchevismo, nome com que crismou todas as ideias s
ciais. Modestos movimentos grevistas fazem baquear sucessiv
ministérios, e ministros, subjugados esses movimentos com eno
me dispêndio de forças, apresentam-se no parlamento como salv
dores da ordem e da pátria, como tendo evitado uma terrível defl
gração!

Em virtude desse estado de espírito, a classe dominante, temen
do, não as pobres reclamações dos grevistas, mas o alastrament
do espírito de revolta e o alargamento rápido e indefinido das re
vindicações, trata de lhes opor desde logo a mais feroz resistênci
ainda que nisso tenha de gastar mais do que o valor das exigênci
operárias. Num momento de crise, a oligarquia governante e ex-
ploradora opõe a qualquer greve a mesma intransigência que a
uma insurreição.

Esta tarefa anti-operária é grandemente facilitada pelo espírito
dominante na pequena burguesia, que se vê entalada entre a gran-
de indústria e as reivindicações proletárias.

À medida que o proletariado se solidariza e reclama condições
de vida melhores e uniformes, esse movimento tende a eliminar o
pequeno industrial e o pequeno comerciante, tornando-lhes pelo
menos a vida precária e dura. Sem meios para, com os aperfeiçoa-
mentos técnicos e o desenvolvimento da empresa, se refazer do que
lhes é pedido pelo operário, a alta dos salários e a redução de horas
de trabalho são para eles, na verdade, um osso duro de tragar. Po-
diam associar-se, ou entrar a serviço da grande burguesia como al-
tos empregados, ou enfileirar corajosamente na classe trabalhado-
ra, mas a rotina, a falsa concepção duma ilusória independência, a
incapacidade e a ignorância atam-lhes os movimentos. Defendem
a sua posição instintivamente, cegamente; e sem ir ao fundo das
coisas, com a vista obscurecida pelos prejuízos de classe e por uma
propaganda interessada, só vêem na sua frente um inimigo — o

trabalhador, o grevista. E não descortinam outro remédio senão reclamar contra ele, com furor, todas as violências e repressões.

Depois, há ainda várias espécies intermédias — funcionários públicos, profissões liberais, trabalhadores intelectuais, empregados de bancos e companhias, etc., etc. — que sofrem com a carestia e, em vez de se organizar e de imitar os operários (o que lhes é amiúde bem difícil, reconheçamo-lo), preferem em grande parte atribuir raivosamente a estes a causa dos seus males e as suas próprias culpas.

A alta burguesia trata de manejar todas essas forças contra a classe inimiga e contra a temida revolução, que lhe ameaça os privilégios e monopólios.

Deixa que a pequena burguesia, traduzindo os seus próprios embaraços, exponha perante o público, por toda a «indústria nacional», a impossibilidade de satisfazer as reclamações «exageradas» dos trabalhadores, esses «novos ricos»...

Deixa que a pequena burguesia, com toda a sua influência política, eleitoral, exija e aplauda os «governos enérgicos», que semeiam o terror e a provocação e reprimem com despropositada violência simples greves de salários, afrontando a consciência do operariado com o mais solene desprezo pela vida dos proletários.

E a grande imprensa — esse quarto poder do Estado, a serviço dos potentados — depois de ter durante a guerra envenenado o povo com as piores mentiras, depois de ter procurado sufocar a revolução russa sob uma montanha de calúnias e invenções, prossegue agora na sua tarefa deturpadora contra o movimento operário.

Às greves e seus objectivos, opõe ela os chavões da sofística economia burguesa: «Produzir! trabalhar! economizar!» — dirigindo esses conselhos, não aos proprietários de terras e de fábricas, aos especuladores e açambarcadores, aos novos e velhos ricos, mas aos operários, muitos dos quais buscam trabalho em vão, tendo a desocupação atingido, em certos países, como a Itália, proporções desusadas.

Clara ou hipocritamente, essa imprensa, que se desvanece com os louvores logo dispensados a tal propósito pelas associações patronais, reclama uma implacável repressão contra quem ousa dizer

que a «ordem» burguesa é o caos, a incapacidade e a impotênci

Depois de lançado aos povos o monstruoso desafio da guerra, burguesia persiste em semear ventos. Os açambarcadores, os g vernantes e a imprensa mercantil multiplicam os desmandos, pr potências e provocações. Parecem apostados em suscitar mov mentos prematuros, actos inconsiderados de jovens inexperient (que mais ferem, física e moralmente, a sua classe do que a inim ga), para ter um pretexto de repressão e de medidas excepcionai

Tudo isto ilumina com luz meridiana as preocupações, intuitos disposições das classes dirigentes — e com este estado de cois tem o proletariado que contar, para por ele regular a sua atitud

A REVOLUÇÃO SOCIAL

I. Necessidade duma pronta remodelação da sociedade. Meio único: a revolução. — II. A origem principal das dificuldades da revolução. Quando vem o momento revolucionário. A lição das revoluções do Oriente e Centro europeus. — III. A superabundância dos produtos, erro do anarquismo harmonista. O problema malthusiano. Consequências do erro: concepção optimista da greve geral, facilidade do triunfo e da reorganização libertária, supressão da contra-revolução e do período transitório. — IV. A nova concepção da greve geral expropriadora. O que se não deve parar nem destruir. A alimentação do povo em revolução. A lição da «semana vermelha» de 1914. — V. A insurreição armada. Duas épocas: duas concepções. A preparação possível e necessária.

I

Vimos como da carnificina, do cataclismo preparado e provocado pelos imperialistas rivais, resultou o caos mais horrível, uma pavorosa miséria, absurda diante dos progressos técnicos e científicos da nossa era, uma especulação desenfreada e mil vezes criminosa, a inquietação, o desassossego, a revolta constante.

Vimos como é patente a incapacidade do regime para se reconstituir, o ridículo lamentável das medidas financeiras e económicas, dos pequenos expedientes governamentais, a miserável falência dos grandes homens, das altas competências e dos sábios especialistas da burguesia.

Vimos como a grande imprensa, com obsceno cinismo, procura obter o esquecimento daquele crime e desta incapacidade, deste ridículo, desta quebra fraudulenta, atirando com as culpas de tudo — da demora em sair do atoleiro, da insuficiência da produção, da vida cada vez mais cara — para cima dos ombros do proletariado, manietado e amordaçado.

Vimos como são mesquinhos e irrisórios, no meio da tormenta, os pequenos expedientes económicos e os pequeníssimos expedien-

tes legais, que o reformismo pseudo-socialista desejaria impingir
classe operária como entretenimento e narcótico.

Vimos, não certamente a inutilidade prática e moral, mas a ef
mera fugacidade dos resultados das greves, nesta crise tremend
em que um mundo se liquida — greves aliás inevitáveis e que ser
vão e perigoso desaconselhar.

E assim tudo leva a concluir pela necessidade inadiável dum
transformação radical. Abolição do salariato e do patronato. Su
pressão de todos os parasitismos na produção e nas trocas, inter
mediários, burocratas, accionistas, patrões (não confundir com o
técnicos, os engenheiros, etc., trabalhadores como os outros). De
senvolvimento da maquinaria, largamente aplicada a todos os ra
mos da produção. Simplificação dos processos técnicos e do meca
nismo das trocas e distribuição. Aplicação de todas as energias ao
trabalho socialmente útil.

As terras e os instrumentos de trabalho, propriedade indivisíve
da comunidade. A produção, emancipada do seu actual princípio
directivo: o lucro da minoria monopolizadora, e administrada pe-
los próprios produtores, no intuito de satisfazer as necessidades de
todos. O consumo e a distribuição, sob a fiscalização directa dos
consumidores.

Só assim se poderá garantir a todos o direito ao pão, ao vestuá-
rio, ao abrigo, à instrução, ao repouso, ao bem-estar, em troca do
dever iniludível do trabalho útil — são, harmónico e equilibrado.

Mas como alcançar essa meta, como atingir a realização inicia-
dora — o desaparecimento do monopólio económico e político?

Esperemos o abandono voluntário, a renúncia heróica das clas-
ses privilegiadas, como sonhou a fantasia poética do romancista
do *Travail?* Aguardaremos que a burguesia compreenda, e de boa
mente se retire?

Ai de nós! o privilégio morre impenitente, e o 4 de Agosto vem
sempre depois do facto consumado e não vai além dele. A oligar-
quia dominante prepara-se resolutamente para a luta, multiplican-
do e adestrando os seus mercenários bem pagos e antecipando
mesmo, com a temeridade do tsarismo, o momento ainda
imaturo...

Confiaremos na conquista do poder pelo parlamento, preconizada por certos socialistas fósseis, e por certos aventureiros que acabam por se deixar complacentemente conquistar pelo poder?

Hoje, os próprios socialistas eleccionistas, em grande parte, não ousam invocar essa utopia pueril: procuram fazer-se eleger com programas antiparlamentares e pretextos de agitação revolucionária... o que torna a ilusão parlamentar ainda mais perigosa e entorpecedora.

O parlamento é obra e instrumento das oligarquias políticas e financeiras — e tudo o que ele toca fica corrompido e impotente. E o que nele parece permanecer intacto e incorrupto, não faz senão manter o nefasto prestígio duma ficção.

Resta, pois, a Revolução, robusta filha das circunstâncias e da vontade dos homens, a revolução que marca o parto doloroso, mas necessário e bem-vindo, de todas as sociedades.

Caminho áspero e penoso, mas único. Trabalhos, dores, duras batalhas até ao facto incial, a destruição dos privilégios político-económicos da burguesia; penosos esforços e árdua labuta depois, na laboriosa edificação dum mundo novo, e na luta constante contra os germes duma possível degeneração.

Embora! A obra impõe-se. Urge começá-la. É preciso que nos preparemos, moral e materialmente, para as suas asperezas. Procuremos desde já estar à altura dos tempos e da missão que nos compete.

Tomemos, com mão firme e alma impávida, a dura tarefa que a história implacável distribui à nossa geração dolorida. Esforcemo-nos por levantar um mundo melhor para nós próprios, mas não afrouxe o nosso ardor, se os frutos mais saborosos da árvore de liberdade e bem-estar que plantarmos hão-de apenas deliciar o paladar dos que nos seguirem na senda. Os defensores da propriedade privada e da herança, apresentam-nos o amor da prole como incentivo fecundo do humano labor. Pois bem: deixemos aos nossos filhos, aos nossos descendentes, a herança grandiosa duma sociedade mais justa, que a todos garanta em cada hora o pão do estômago e o pão do espírito. Tiremos da nossa tarefa, da grandeza do seu fim e da beleza das suas formas, a nossa própria compensação.

II

A maior parte das dificuldades da revolução e da reorganização social resultam do facto de, em regime capitalista, ser a produção sempre inferior às necessidades reais do consumo.

Como dissemos num capítulo anterior, os meios para produzir são virtualmente suficientes, e uma revolução que destruísse o monopólio burguês e com ele a possibilidade que tem o monopolizador de restringir a produção para seu interesse privado, para manter ou aumentar o seu lucro; uma revolução que, tornando propriedade comum as terras e os instrumentos de trabalho, desse à produção como motor o interesse social, que é produzir o bastante para todos, — essa revolução deixaria o campo livre ao rápido desenvolvimento daqueles meios e à utilização integral da sua capacidade produtiva.

O regime burguês, por vício orgânico, por necessidade vital, impede ou limita o desenvolvimento dos meios de produção e o aproveitamento das forças produtivas, pois que visa a satisfazer as possibilidades do mercado, não as necessidades de consumo, e tem interesse na rarefacção dos produtos. Assim, a produção é sempre insuficiente, mesmo em período normal, mesmo quando há crise de *sobre-produção*, que não passa afinal de *subconsumo*.

E se as coisas se passam deste modo durante a «normalidade» e até durante a pseudo-abundância capitalista, que será então durante a horrível crise de miséria que atravessamos?

Pois é agora precisamente que se produzem ininterruptamente as situações revolucionárias, é agora precisamente que com mais urgência e instância a revolução é chamada a remediar a manifesta, evidentíssima incapacidade do sistema capitalista, impotente para, tendo preparado e desencadeado a catástrofe, lhe sanar os efeitos e pôr cobro à cupidez dos abutres!

Numerosos marxistas (da espécie dos «mencheviques». russos) punham a revolução e o socialismo como coroamento dum período de prosperidade capitalista.

Sem querer por isso retardar a revolução, sem de modo algum preferir por esse motivo que se deixe fugir o primeiro ensejo favorável, também nós desejaríamos que esse boa oportunidade coincidisse com uma era de desenvolvimento industrial e de abundância — a máxima abundância possível em regime de restricção.

Mas o que e acima de tudo necessário é aproveitar a primeira oportunidade, venha ela quando vier. Quanto mais fácil a revolução, mais difícil a reconstrução, a edificação dum mundo novo. Seja! Mas deixar que a burguesia desenvolva a sua riqueza é permitir que ela aumente em proporção o seu poder, os seus meios de defesa e de ataque, é levantar no caminho da revolução obstáculos terríveis, porventura insuperáveis, é obrigá-la a gastar-se em repetidos e sangrentos esforços — para afinal encontrar sempre enormes dificuldades de reorganização.

Tudo bem pesado, a revolução «prematura», como diriam aqueles marxistas, é sempre economia de força, de tempo e de vidas. Ela reorganizará depois a vida social melhor e mais depressa que o capitalismo, quaisquer que sejam as suas imperfeições, demoras e estorvos. Ela será sempre uma aceleração evolutiva, um franqueamento de horizontes novos, uma preparação e uma estrada aberta para uma vida melhor e mais livre.

O facto é que o momento revolucionário por excelência surgiu durante e após a universal tempestade de chacina e devastação, e que a revolução social foi precisamente iniciada na Rússia, país atrasado sob muitos pontos de vista.

Como disse Lénine, foi justamente esse atraso que deu a vitória ao socialismo. País agrícola, industrialmente virgem, a Rússia tinha saltado por cima das fases intermédias da indústria capitalista, e o seu industrialismo começava a desenvolver-se num ritmo mais apressado do que nos outros países, aproximando-se do tipo norte-americano.

Mas a revolução — que para ele foi realmente prematura — veio surpreendê-lo ainda tenro e débil. Não tivera tempo de se consolidar, de criar em seu torno uma legião média de cointeressados, de recrutar no seio do proletariado um reformismo gomperista, colaboracionista, tão útil à burguesia. Não se formara ainda uma «burguesia liberal» suficientemente forte e numerosa, capaz de

atrair massas operárias e de se servir delas para deter a revolução [e] firmar o regime.

Apoiando-se sobre a classe aristocrático-burocrática e o milita-rismo, o tsarismo caiu miseramente, abandonado de todos, quan-do a burocracia patenteou a sua impotência e corrupção e o exérci-to se revolucionou e desfez com os horrores da guerra e com a de-sorganização da máquina burocrática.

A burguesia tentou segurar a herança tsarista, mas as suas for-ças minguaram-lhe, mesmo depois de ter afivelado a máscara do «socialismo» à Kerenski. Dentro de oito meses, estava a revolução nas mãos do proletariado, já numeroso e cheio de ardor, trabalha-do pela mais activa e exemplar das propagandas socialistas e revo-lucionárias, cujo incremento se tornou assombroso durante aque-les oito meses de agitações fecundas e de lutas apaixonadas.

E agora, para confronto, lancemos os olhos para a industrializa[ção] da Alemanha, onde o comunismo revolucionário abre caminho a custo num proletariado corrompido pela burocracia pseudo-socia-lista e pseudo-operária, onde os espartaquistas sofrem sucessivas derrotas, que, se não são desmoralizadoras e definitivas, nem inú-teis, prolongam uma luta dolorosa e sangrenta contra os vários ini-migos da emancipação social, cada qual mais feroz e perigoso: dum lado uma forte burguesia e um forte militarismo, correlativo do industrialismo; do outro, o falso socialismo «maioritário» ou conservador e o burocratismo sindical reformista e colaboracionis-ta, os melhores anteparos do regime capitalista abalado.

III

Um erro aparentado com o dos marxistas foi o da escola «har-monista» do anarquismo, que encontrou superior expressão no aliás belo livro *A Conquista do Pão*. Convém entrentanto notar que, como sempre sucede, os discípulos ainda exageraram as erró-neas conclusões do mestre. Kropotkine, na verdade, considerados sobretudo os seus trabalhos posteriores ao desenvolvimento do

sindicalismo revolucionário francês, não tem culpa de certas fanta-sias harmonistas sobre a revolução e o seu «dia seguinte».

O caso é, porém, que o erro inicial — a superabundância real dos produtos em regime capitalista — se acha insistentemente re-petido nos escritos da escola, o que é notável da parte de alguns dos seus teóricos, argutos observadores dos factos sociais e críticos perspicazes dos vícios orgânicos da sociedade burguesa.

Para melhor servir a propaganda e dar à risonha afirmação um aspecto de matemática certeza, chegaram os propagandistas a ela-borar penosas estatísticas — mais ou menos de fantasia, como não poderia deixar de ser num regime de fraudes, concorrência e açam-barcamento, de interesses antagónicos e desleixo burocrático.

Teve uma enorme difusão, por exemplo, um folheto — *Os Pro-dutos da Terra e os Produtos da Indústria*, que em algumas edi-ções aparece com o nome de Eliseu Reclus, mas cuja autoria, se-gundo se afirma, não pertence ao grande geógrafo. Nesse opúscu-lo, além das falhas e cifras de fantasia, cometiam-se lapsos grossei-ros, como o de não deduzir da alimentação humana as não desde-nháveis quantidades de cereais e de legumes (milho, batata, fava, etc.) consumidas pelos animais domésticos de todas as espécies.

Uma das preocupações dos defensores desta ideia era comba-ter as doutrinas de Malthus. A verdade é que, com efeito, se apre-senta formidável o problema da limitação consciente e voluntária da população — que, porém, só poderá ser resolvido por uma hu-manidade livre e esclarecida, senhora da terra e dos meios de pro-duzir. Hoje, a própria luta directa antipatronal não consegue mo-dificar, senão de modo instável e apoucado, as relações entre o as-salariado, dono apenas dos seus braços, e o detentor dos meios de produção, que limita os produtos ao poder de compra dos consu-midores, quaisquer que sejam as suas necessidades e o seu número.

Mas o fito principal desta propaganda optimista, contraditória com a natureza e funcionamento da organização burguesa, era mostrar a facilidade duma revolução social e de uma pronta e com-pleta remodelação da sociedade em bases novas. Tais eram, pelo menos, as suas consequências.

Com efeito, essa crença na abundância favoreceu certas concep-

ções simplistas, que levavam o proletariado de encontro a peri-
sos desenganos.

Assim, quanto à ideia da greve geral revolucionária, como me
de expropriar a burguesia. A classe trabalhadora, segundo muit
grevegeneralistas, esperaria tranquilamente, de braços cruzad
que o capitalismo se rendesse pela fome, depois de reduzido o E
tado à impotência pela disseminação das suas forças e pela para
sação dos seus movimentos. Para ajudar a capitulação, exercer-s
-ia a sabotagem em larga escala, destruir-se-iam produtos (hav
disso aos pontapés), pontes e meios de transporte — o que se po
comentar com o dito popular: sobre queda, coice.

É certo que esta concepção optimista da greve geral vinha d
longe. Vinha da Internacional. No Congresso de Genebra de 1873
Jukovski afirmava «bastar suspender todo o trabalho durante d
dias apenas para desabar inteiramente a ordem social» — o que fa
rá sorrir os militantes mais ingénuos dos nosso dias.

Entretanto, o optimismo subistia quase intacto em França
quando em 1900 floresceu o sindicalismo revolucionário, e então
já se apoiava confiadamente na abundância de produtos. Fez-se,
porém, larga propaganda entre os operários fardados, o que já era
uma importante correcção.

Há mais, porém, como consequências nefastas do erro sobre o
quantitativo da produção.

Afrontava-se a revolução com a persuasão de haver muito tem-
po para reorganizar a produção, para o fazer com todo o vagar e
método, com os últimos aperfeiçoamentos e vantagens desde logo.

Como os benefícios da revolução eram imediatos e gerais e o po-
vo nadava desde o princípio na fartura, não ficariam vestígios de
reacção nem riscos de contra-revolução. Tudo se converteria, co-
mo por encanto, ao comunismo libertário; como por encanto, sur-
giriam de todos os lados os grupos de homens de boa-vontade, de
anarquistas, para distribuir as riquezas e reconstruir a sociedade.

Suprimia-se simplesmente, não só a tormenta revolucionária,
que pode ser longa e dolorosa, mas ainda o penoso e demorado pe-
ríodo de transição, durante o qual se elaborarão as novas formas
sociais através das lutas de tendências, afirmando-se estas na medi-

da da sua iniciativa e da sua audácia, conforme as suas forças ideais e numéricas.

Certamente, alguma coisa — e muito — tem a revolução social que dar ao povo. Pelo menos a consciência de que é livre e dono enfim dos seus destinos. Mas também terá que lhe pedir pesados sacrifícios — porque é preciso reconstruir um mundo e tudo são escombros e misérias.

Do que ele é capaz mostram-nos as revoluções recentes, e sobretudo a revolução russa. Aqueles que recusavam ontem bater-se pelo tsarismo e pela burguesia imperialista, por interesses alheios, batem-se hoje com ardor em defesa da sua revolução. Aqueles que ontem exigiam do seu explorador menos horas de trabalho, fazem, se preciso for, dupla jornada, na convicção de que é para seu próprio bem e salvação.

E a tarefa dos anarquistas é lutarem na revolução, para que isso seja uma realidade positiva e insofismável, para que o povo veja desde logo que é dono a valer dos meios a produzir, não através de qualquer ficção democrática, mas directamente, como comunidade de iguais e por meio de cada um dos seus membros.

IV

Ao anarquismo harmonista opôs-se energicamente o anarquismo orgânico de Malatesta, e convém expôr aqui, pela sua própria pena, a sua concepção de greve geral expropriadora. Num dos seus artigos, publicado nos princípios de 1914 no jornal *Volontà*, de Ancona, escrevia ele:

> «Desejo chamar a atenção dos revolucionários para um problema, para mim essencialíssimo, que me parece ser muito desdenhado: o da alimentação pública, especialmente nas grandes cidades, em tempo de revolução e imediatamente depois.
>
> Por muito tempo teve curso entre os subversivos, principalmente entre os anarquistas este preconceito: que existiam superabundantemente os produtos tanto agrícolas como industriais e que bastaria di-

vidi-los equitativamente para que todos os tivessem em quantidade muito superior às suas necessidades.

O faminto que vê os armazéns regorgitando de géneros alimentícios é naturalmente levado a supor que lá dentro há coisas em excesso, e não se lembra da quantidade de esfomeados e mal nutridos pelos quais deveriam repartir-se essas coisas — e o agitador entende certamente que é um meio eficaz de propaganda pôr em contraste a miséria com a abundância, as barrigas e as costas nuas com os depósitos abarrotados de mercadorias não utilizadas.

Recordo-me de ter lido que, feita a revolução, poderia a gente estar anos sem trabalhar antes de consumir os produtos acumulados!!!

Ora é claro, que fazendo a revolução com semelhantes ideias, os revolucionários adiariam para mais tarde a reorganização da produção, consumiriam e desperdiçariam sem medida... e iriam ao encontro de uma catástrofe certa.

Porque a verdade é que a produção actual é regulada pelo poder de compra dos consumidores; e portanto os produtos que hoje parecem abundantes, quando a grande maioria mal consegue satisfazer as mais imperiosas necessidades mostrar-se-iam insuficientes desde que todos tivessem igual direito à satisfação das suas precisões. As reservas são escassas, visto que os proprietários só deixam produzir aquilo que eles esperam vender a preço remunerador, mostrando assim que o pior mal do capitalismo não é tanto o obrigar os trabalhadores a sustentarem uma classe de parasitas como o criar uma penúria artificial, limitando a produção ao ponto em que os capitalistas calculam poder obter o maior lucro. Basta, com efeito, um ano ou dois de má colheita para haver perigo grave de morrer de fome, por insuficiência real de subsistências, uma parte da população em alguma porção do globo.

Se a greve geral expropriadora, isto é, a revolução social, não há de continuar sendo um *mito*, se deveras a queremos fazer e desejamos que ela dê os resultados que esperamos, temos que tratar, ao fazer a revolução, de utilizar com a maior economia possível os produtos herdados da burguesia e de organizar logo o trabalho para levar a produção à altura das novas necessidades.

Eu compreendo que alguns trabalhadores possam, numa luta contra um patrão ou uma liga de patrões, arrancar as vinhas, ou matar o gado, ou incendiar as searas maduras numa nesga de terra; mas seria certamente imperdoável loucura num movimento geral aconselhar a destruição em grande escala da colheita e a matança do gado.

É preciso que os trabalhadores em greve e em insurreição se lembrem de que, no dia seguinte ao da vitória, tudo será deles e de que hão-de prover a tudo. Deverão pois destruir apenas o que for necessário destruir para garantir a vitória, mas guardar zelosamente o que, durante e após a revolução, for preciso para garantir a vida de todos.

Assim, seria absurda, tratando-se de revolução e não já de reclamar melhoramentos a certos patrões, uma greve geral rural que comportasse a recusa de semear a terra, ou de recolher os produtos, ou de tratar dos animais; porque, não se fazendo a colheita ou deixando-se morrer de fome o gado, não se poderia viver. Por conseguinte, a «greve rural» deveria ser, não uma verdadeira greve, mas a recusa de deixar que os patrões levem os frutos e a sequestração dos produtos que eles já tiveram açambarcado.

Será bom paralisar o serviço ferroviário para impedir que o governo transporte as tropas e que os burgueses façam o seu arranjo; mas seria imprudente, salvo casos de absoluta necessidade, fazer saltar as pontes ou causar outros estragos graves, que poderiam depois impedir o abastecimento das grandes cidades.

E seria sobretudo perigoso, mortal, destruir ou malbaratar as substâncias alimentares».

Em Junho de 1914, estalou a greve geral nas Marcas, na Romanha e na Toscana, assumindo rapidamente carácter revolucionário. E as ideias de Malatesta, que no movimento tomou parte activa e saliente, começaram então a ser aplicadas.

Aprovando o procedimento dos anarquistas italianos, escrevia um camarada do *Réveil*, de Genebra: «Deixai circular os alimentos, dizia-se aos insurrectos, não obsteis a que os aldeãos e trabalhadores da alimentação tragam e distribuam leite, pão, carne, legumes, aves, cereais. Abasteçamos os hospitais e hospícios. Façamos a greve geral e desçamos à rua em todas as profissões, mas tenha cada um garantida a sua ração. Protejamos mesmo, favoreçamos tudo o que se refere a subsistências. Assim, conservaremos intactas as simpatias dos pobres que não sofrerão com uma paragem do trabalho. Pelo contrário, exijamos que os armazéns de comestíveis, de géneros alimentícios, as mercearias, etc., permaneçam abertos. Vigiemos os preços para que não haja alta. Atentemos em toda essa questão de pão; e até se um leiteiro ou padeiro fechar o seu estabelecimento, reabramo-lho à força. Alguém pagará. O que é preciso impedir não são os meios de existência do povo — é o tráfico da burguesia: o serviço dos bancos, as transacções comerciais,

os hóteis de luxo, em suma tudo o que constitui a vida dos privilegiados».

É preciso reter nomeadamente esta lição: produzindo-se a greve geral expropriadora, urge que os trabalhadores retomem a produção por sua conta e para si, mantendo a greve apenas contra burgueses e seus defensores. Será como que o alargamento das «cozinhas comunistas» das greves parciais.

Actualmente, na Itália, as greves são amiúde acompanhadas de expropriações de fábricas e terras, onde os grevistas se instalam expulsando os patrões e seus representantes e pondo-se imediatamente a trabalhar por sua conta. Acabam por ceder, porque o movimento ainda não se generalizou com simultaneidade; mas os factos são já numerosos e indicam as disposições dos trabalhadores italianos.

V

Não basta, porém, a greve geral económica pura e simples, mesmo com a sua nova feição de greve exclusivamente dirigida contra a burguesia e tendendo à imediata expropriação. Essa acção não é suficiente para desorganizar e dominar as forças do Estado, que, largamente apetrechado e monopolizando os instrumentos de guerra, de comunicação e de propaganda, pode prontamente refazer-se e suprir as falhas ocasionadas pela classe inimiga.

À greve geral tem de se juntar sem perda de tempo a insurreição armada, que não pode ser obra da organização operária, nem mesmo dos partidos revolucionários, mas resulta da cooperação duma parte do exército e dos grupos civis autónomos. É a lição das revoluções da nossa época, como já tinha sido da «semana vermelha» de Junho de 1914 na Itália: greve geral, acção dos grupos revolucionários, adesão do proletariado fardado e armado, do exército recrutado à força pelas classes dominantes.

Mas recorramos mais uma vez à experiência teórica e prática de Malatesta, o insurrecto de 1874 e 1878 e de 1914, duas épocas e dois métodos tão diversos, que ele próprio põe em confronto.

«Vistas as forças materiais de que dispõe o governo — escrevia ele recentemente no excelente diário anarquista *Umanità Nova*, de Milão — hoje para vencer é necessário um movimento geral, ou que, iniciado num ponto, rapidamente se propague por toda a Itália. Necessitam-se armas, necessita-se a cumplicidade ou a passividade de parte do exército, são precisos entendimentos para que os serviços públicos sejam paralisados de modo a ficar privado deles o governo e aproveitar-se deles a revolução. É preciso pôr na impossibilidade de fazer mal as autoridades e as pessoas tidas como mais capazes de organizar e guiar a defesa da ordem burguesa. É necessário interessar logo o povo pela revolução, mostrando-lhe com factos que desde então é ele o dono de tudo, que a riqueza é de todos e que a todos cumpre guardá-la e servir-se dela com tino. São necessárias muitas outras coisas que os revolucionários sabem ou devem aprender e sobre as quais se devem entender.

Mas como pô-las em prática?

Os que querem ou dizem querer uma revolução «disciplinada» concebem a coisa como a conceberia um Chefe de Estado-Maior, como a concebiam os velhos conspiradores mazzinianos, e — porque o não havemos de dizer? — um pouco como a concebíamos nós, na velha Internacional, quando organizávamos os levantamentos de 1874 e 1878 e tantos outros que o público desconhece, porque nem sequer se lhes pôde dar começo de execução. Uma comissão central que nomeia sub-comissões, etc., que reúne os fundos, procura e distribui os meios, traça o plano, estabelece o dia, expede as ordens... e geralmente fracassa.

À última hora houve quem traísse, alguns tiveram medo, muitos foram presos: as ordens não chegaram ou foram mal interpretadas, surgiram mil dificuldades imprevistas, e um plano completo, penosamente elaborado, terminou num fiasco — às vezes heróico, mas fiasco em todo o caso.

E se o antigo método conspiratório raramente dava resultado, na sua época, ainda mais dificilmente o daria hoje. Agora o governo tem melhores meios para desmanchar qualquer trama: prende os chefes, interrompe as comunicações, mobiliza a imprensa vendida, põe em circulação telegramas falsos, etc., etc..

Por outro lado, além dos possíveis espiões e dos que são tomados de medo, há ainda os indisciplinados por temperamento, que são amiúde dos mais audazes. Estes insubordinam-se contra qualquer ordem que porventura se lhes dê, mas portam-se com ímpeto, energia e verdadeira disciplina, se lhes dizem: fazei como vos aprouver.

Hoje já ninguém quer obedecer. Para nós é um bem, para outros será um mal, mas bem ou mal é um facto com o qual forçoso é contar.

Portanto, para fazer actualmente a revolução, se deveras a querem fazer, é necessário empregar outro método.

É preciso ter entendimentos sobre o que se há-de fazer e em que circunstâncias se há-de fazer; e quando se apresentarem as circunstâncias previstas, agir imediatamente sem esperar ordens de ninguém e sem fazer caso das que sejam contrárias à acção convencionada.

Isto, se for o partido que começar. Se pelo contrário começar a multidão, tanto melhor: devemos então acompanhá-la e impeli-la para a realização dos nossos fins».

A revolução social não é, em suma, coisa que possa sair duma simples conspiração e ser marcada para uma determinada data. Não é como um mero golpe de mão político, encenado por uma carbonária: é produto duma crise profunda e tem que ser obra do povo inteiro, que quer emancipar-se dum jugo esmagador e duma situação intolerável.

Mas os revolucionários, se não podem decretar a revolução, podem deixar escapar a oportunidadem permitindo que o movimento popular se consuma em convulsões desnorteadas e acabe por ser domado ou desfibrado e iludido.

Por isso, é necessária uma dupla preparação: preparação material, que não é tarefa oficial nem oficiosa dos partidos nem das organizações operárias; preparação moral para as lutas e trabalhos do período revolucionário e do de reconstrução.

E além disso há da parte das organizações de produtores, uma preparação para a sua missão futura. E esta não é a menos instante, especialmente onde, dada a dependência e pequenez do país, uma revolução trazida pela força de acontecimentos internos correria mortal perigo, no caso de anteceder o favor das circunstâncias externas, e por isso, se pudesse subsistir, teria que recorrer ao máximo da sua íntima energia e capacidade organizadora; e onde, por outro lado, os acontecimentos externos correm o risco de surpreender um proletariado inerte e impotente, por insuficiência de organização e de preparação.

De todas estas preparações, a dos grupos produtores para a gestão futura é a que melhor entra no quadro deste trabalho. Dela nos ocuparemos a seguir.

O SINDICATO NA REVOLUÇÃO

I. Apelo aos técnicos. Os «trabalhadores intelectuais» no sistema burguês. — II. Administração técnica e autoridade patronal. O esoterismo político da burguesia. A capacidade do proletariado. — III. A importância da organização sindical. O primeiro trabalho de preparação. — IV. O segundo grau de preparação. Como se deve habilitar a organização operária para a tarefa de reorganização. Programas libertários e programas autoritários. — V. O papel do sindicato na revolução social. Sindicato ou grupo anarquista? — VI. O que a revolução pode fazer e o que ela não pode dar. A missão e as possibilidades da minoria anarquista no período de transição. A acção directa do povo organizado. — VII. A competência dos grupos revolucionários. A questão do alojamento na revolução. — VIII. Grupos revolucionários ou organização directa dos próprios interessados? Critério técnico ou critério de seita? A acção propulsora do anarquismo.

I

Prefaciando um livro de Deslinières sobre a aplicação do sistema colectivista, escrevia Jaurès:

> «O partido socialista pode ser surpreendido pelos acontecimentos, se não se habituar a perguntar a si próprio incessantemente: Que faria o proletariado, se amanhã ficasse senhor da situação? Não há coisa que mais esperança e vigor dê ao proletariado acabrunhado do que essa visão nítida da realidade socialista. É sinal de vitórias próximas o procurar a ideia em que organismo preciso se há-de realizar».

Para as massas, os programas concretos, claros, precisos, são com efeito da maior utilidade. E é também perfeitamente exacto que o pressentimento, a previsão de não distantes acontecimentos decisivos multiplica os produtos dessa literatura revolucionária.

É o que está precisamente sucedendo nesta obra de vigília e de expectativa febril, mesmo entre nós. E a propósito, devemos dizer

que o melhor trabalho no género, a nosso ver, nos vem do Brasil, com o «Esboço do programa comunista» dos camaradas Hélio Negro e Edgard Leuenroth, de S. Paulo.
Prosseguindo, Jaurès acrescenta:

> «É desde já necessário que todos os homens de ciência, todos os técnicos que aceitam a ideia socialista, os engenheiros, os agrónomos, os químicos entrem nesse caminho. É necessário que, pelo estudo orgânico das forças económicas, estejam prontos para dirigir, segundo a ciência e sob a fiscalização dos trabalhadores emancipados, a grande produção moderna, que será ampliada pelo colectivismo. Desta forma, os técnicos, os ex-alunos da Escola Central das Artes e Manufacturas (*engenharia civil*), das escolas de Artes e Ofícios, das escolas industriais, os quais não achavam ocupação directa no movimento socialista, a ele ficarão estreitamente ligados. E sentirão profundamente que grande e belo papel lhes está reservado numa sociedade cujas únicas leis essenciais serão a ciência e a justiça.
> É preciso dar o sinal dum agrupamento dos homens de ciência, dos especialistas, dos técnicos, tendo por fim a preparação orgânica da sociedade nova».

Este apelo foi lançado inúmeras vezes por diversas formas, sempre com resultados insignificantes, mesmo nos países populosos e de grande indústria, onde os técnicos são, além de mais numerosos, um tanto mais práticos e um pouco mais próximos da massa trabalhadora.

É que as profissões liberais estão quási exclusivamente ao alcance da gente de origem e educação burguesa. Nelas, a competência técnica, aliás unicamente teórica quase sempre, alia-se em geral às funções patronais e autoritárias, ou pelo menos a tendências, a aspirações dirigidas nesse sentido.

Mesmo no melhor dos casos, o género e o método do trabalho das profissões liberais têm o cunho profundo do sistema burguês: a divisão mais radical entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Regra geral, o médico limita-se a receitar, o arquitecto a traçar plantas, o engenheiro a fazer desenhos e orçamentos, e a cada passo se revela a sua incompetência prática, sobretudo por ocasião das greves operárias. No fundo, todo o trabalho é, não só feito,

mas corrigido, adaptado à realidade pelos operários, ou pelos técnicos intermédios que saem da classe operária ou com ela se encontram em contacto mais directo.

A história dos inventos, dos aperfeiçoamentos técnicos, que não é uma crónica de milagres, como muita gente supõe, é a demonstração desse facto.

Os pedagogistas esfalfam-se a clamar, em todos os países, que o ensino deve ser mais prático, menos livresco, e o técnico mais operário; mas os seus clamores obtêm pequeno resultado, pois o vício vem da origem — sistema de produção capitalista. Nos próprios países industriais, de cujos métodos de ensino prático se cantam maravilhas e onde se diz que os estudantes parecem aprendizes operários, tudo isso é bem exagerado, e depois, na vida prática, as profissões liberais retomam, pela força das coisas, a sua feição privilegiada e aburguesada.

II

Certamente, numa sociedade que possua em comum o capital produtivo e organize a produção em benefício de todos, sob a gerência dos próprios trabalhadores, aquelas profissões sofrerão uma radical transformação, tendendo a fundir-se com os ofícios manuais, pela elevação intelectual e educação técnica do operário e pela adjunção do trabalho muscular ao trabalho intelectual, necessária sob todos os pontos de vista — económico-social, higiénico, científico. O que certamente não impedirá nem a especialização de competências, nem a revelação e cultura de aptidões excepcionais, muito pelo contrário, favorecendo extremamente, além disso, o génio inventivo.

Hoje, porém, os chamados «técnicos», aliás só teóricos em regra — como se a técnica não fosse o trabalho, isto é, a aplicação prática da ciência! — sentem-se melhor ao lado do patronato, em cujas fileiras ingressaram ou pretendem ingressar.

E disso se servem os defensores da burguesia para embrulhar a questão, quer englobando os técnicos e «trabalhadores intelec-

tuais» na classe dominante e monopolizadora e confundindo administração técnica com parasitismo patronal e autoritário, quer contando naquela categoria de competências e especialistas toda a sua vã e balofa caterva de bacharéis e diplomados incompetentes, quer raciocinando como se a revolução social tivesse em mira reconstruir a sua caranguejola estatal arrevesada.

A burguesia, tendo de manter na sujeição moral e material as massas produtoras; tendo de organizar a exploração do trabalho dessas massas e guardar, repartir ou disputar entre si os seus proventos; tendo de dividir o globo em propriedades nacionais, conservá-las contra os rivais, procurar vantagens e hegemonias; tendo de governar do alto, de cima para baixo, a sua pesada máquina centralizada, empirismo precário e insusceptível de sistematização, a burguesia fez da «administração pública», da «política interna e externa», da «diplomacia» e outras malas-artes um esoterismo complicado e misterioso.

O proletariado, porém, tem no seu seio os elementos e capacidades indispensáveis para, com singeleza, sem excrescências, de baixo para cima, da oficina até à união local ou regional e até à federação e confederação industriais, organizar o seu trabalho, a produção, as trocas e a distribuição dos produtos, assim como a educação dos membros da sociedade e a defesa social, obra directa de todos, que o desaparecimento dos antagonismos de interesses irá tornando cada vez mais fácil.

A imprensa burguesa exultou — exagerando e deturpando aliás os factos na forma do costume — porque na Rússia os bolcheviques apelaram para os técnicos de origem burguesa, oferecendo-lhes condições especiais. Mas o proletariado russo estava em grande atraso com relação ao da Europa centro-ocidental e a revolução moscovita achou-se a braços com extraordinárias dificuldades, herdadas do tsarismo ou causadas pela burguesia internacional, que lhe tem movido uma feroz guerra de morte, impedindo-a de se desenvolver plenamente e de dar toda a medida das suas possibilidades e capacidades intrínsecas.

Sem dúvida, mesmo nos países industrialmente mais adiantados, a educação técnica do operariado deixa muito a desejar e só

poderá fazer-se seriamente numa livre sociedade de iguais; e por isso, agora e no período revolucionário e reconstrutivo, será preciosa e bem acolhida a cooperação dos verdadeiros técnicos, desde que seja oferecida num espírito fraternal e igualitário, sem intuitos de dominação, sem tendência a confundir a competência técnica com a autoridade, o trabalhador especialista com o chefe.

E estamos certos de que os melhores técnicos, os que o são a valer, os que sinceramente amam o trabalho e têm estado em contacto com o trabalhador, virão a nós na boa ocasião, em pé de igualdade, dilacerados os véus que hoje lhes prendem os movimentos.

Alguns já se aproximaram despreocupadamente do proletariado. E esses convêm por certo que trabalhem desde já no estudo das novas formas de vida e que com os trabalhadores, seus irmãos, estreitem relações.

III

Se pusermos de lado os individualistas e exceptuarmos até certo ponto, os que têm caído no erro *harmonista*, tudo deixando à inspiração do momento, à virtude improvisada das revoluções, à espontânea harmonização das massas — os anarquistas, fieis às ideias da Internacional bakuninista, sempre trabalharam, não só na criação de uma vontade revolucionária, de um desejo activo de mudança e na formação da consciência dos males a destruir e do fim a atingir, mas ainda na reunião de elementos orgânicos e de materiais de reconstrução, que não poderiam limitar-se às forças da minoria revolucionária de iniciativa e de combate.

Eis porque fomos sempre sindicalistas, mesmo antes do termo. Eis porque sempre repetimos em todos os tons que a vida social não pode sofrer interrupções e que o partido ou classe que, na devida oportunidade, não disponha já de elementos que assegurem a continuidade e a reorganização dessa vida, arrisca-se a ter de abandonar a tarefa ao inimigo ou a um compadre deste, sem tirar proveito da situação; ou ainda a deixar tudo como está, utilizando a máquina já montada e seguindo a rotina já traçada; ou finalmen-

te, e é a melhor das hipóteses, a ter uma crise mais demorada e dolorosa.

Certamente, as ocasiões é preciso aproveitá-las quando aparecem; as revoluções não são trabalhos de gabinete ou de laboratório, levados a cabo com todos os elementos e com todos os rigores do método, a preparação nunca é, nunca pode chegar a ser suficiente e muito menos completa e há uma certa puerilidade ociosa na cega-rega lamentosa dos doutores, que levam o tempo a ralhar porque lhes não dão ouvidos, e a queixar-se da «falta de preparação» — falta que existe sempre mais ou menos e que é absoluta aos olhos dos adversários e dos sem fé.

Mas em todos os tempos e sobretudo agora, quando a levada revolucionária já rompeu os diques e vem por aí abaixo, é de primeira urgência a tarefa de preparação, para bem de todos, incluindo os privilegiados a expropriar.

E o trabalho básico essencial, primeiro, é sem dúvida, hoje mais do que nunca, o desenvolvimento, a multiplicação, o aperfeiçoamento dos núcleos reorganizadores da produção, dos herdeiros directos da burguesia açambarcadora, das células produtoras e administrativas da sociedade em reconstrução: os sindicatos operários, as uniões locais de sindicatos, as federações de indústria.

Tal é a tarefa orgânica primária, da qual dependerá o encurtamento e suavização da crise revolucionária, maior certeza de vitória, maior eficácia de transformações sociais, a redução da necessidade e do perigo de uma ditadura, com a sua natural tendência para se perpectuar, sob uma forma ou outra, e para se apoiar numa espécie qualquer de burocracia e de militarismo.

IV

O segundo grau de preparação consiste na habilitação, tanto quanto possível, dos organismos sindicais para assumir o encargo que lhes está destinado, e na reunião e compilação dos elementos de um plano geral de reconstrução.

Por volta de 1901, procedeu-se em França, entre as organizações

operárias, a um inquérito, cujos termos precisos nos não ocorrem, mas que visava precisamente a dar àquelas organizações a consciência e a preocupação do papel a desempenhar.

Seria uma coisa a fazer agora entre nós, desse o resultado que desse. «Que faria no seu ramo de actividade e dentro da sua esfera de acção, esse sindicato, essa união, essa federação, durante o período de reorganização social? Que elementos de produção tem ou poderia ter prontamente ao seu dispor? Que necessidades tem que satisfazer? Que lacunas lhe é necessário preencher? Etc.».

Não basta mesmo determinar, prever as formas que revestirá amanhã a administração directa da riqueza social posta em comum. É preciso estudar também as forças económicas e as necessidades de consumo. Que seria preciso produzir ou adquirir? Quanto? Que matérias-primas e instrumentos de trabalho existem e quantos seria necessário obter? Que é que se poderia produzir em demasia? São alguns dos problemas a estudar desde já.

Tarefa árdua? Sem dúvida. Mas urge começar, embora foscamente. É uma das missões das uniões locais de sindicatos e das federações de indústria, livres por certo de recorrer para cada caso especial às informações e conselhos de pessoas bem informadas, sejam ou não simpatizantes da causa proletária.

Sem esse trabalho preliminar, bem difícil é elaborar um plano de conjunto. Podem apenas arquitectar-se fantasias de gabinete, que as realidades do momento desfarão como fumo ou tornarão letra morta. Uma sociedade em revolução é já de si extraordinariamente móvel e as próprias soluções achadas diante de cada necessidade prática caducam em vertiginosa sucessão. Os planos gerais minuciosos, os projectos de decretos com força de lei prontos a vestir, quando muito, só terão a vantagem de oferecer às massas um programa, um alvo concreto, ou de nos revelar os intuitos dos seus autores. Mil elementos desconhecidos surgirão, de fora ou de dentro virão mil factos novos, a cada passo mudará o aspecto das coisas, os meios de realização, o ambiente da acção.

Não há, sem dúvida, partido que possa subsistir com um programa puramente destrutivo e negador. Se pretende remodelar a sociedade, tem que estabelecer as bases dessa remodelação, deli-

near-lhe os confrontos o mais nitidamente possível, conceber claramente os novos órgãos sociais, dar ao esforço transformador um farol bem visível e achar para a meta o caminho único ou melhor.

Mas há diferença fundamental entre as duas espécies de programas — libertários e autoritários.

Nos primeiros, a força não figura senão como meio revolucionário e não se emprega senão contra a violência — do capitalismo, do Estado ou da contra-revolução — contra a violência que procura manter ou restaurar a escravidão das massas impor-lhes criminosamente a vontade de uma minoria exploradora. No mais, um programa libertário não exprime senão o que um partido pretende lançar, pela força do exemplo e da propaganda, no cadinho efervescente onde se elaboram as formas sociais. É a acção livre duma tendência, é uma contribuição, não uma imposição.

Ao contrário disto, um programa ou plano autoritário é uma camisa de forças que uma facção pretende vestir à revolução ou à sociedade, seja embora com a convicção ou o pretexto de a salvar, em geral, porém, com o resultado de a deter e de conservar sob novo disfarce a estrutura antiga.

Esta nefasta concepção jacobina da história e da evolução mostra ainda melhor a sua falsidade quande se exprime, sob pretexto de ideias práticas e concretas em forma de decretos antecipados, como no opúsculo típico do Sr. Carlos Rates — *A Ditadura do Proletariado* — que, apesar de editado pela biblioteca do órgão da C.G.T. portuguesa, a título sem dúvida de imparcial estudo, esperemos não traduza de modo algum as aspirações dos trabalhadores organizados.

O trabalho do Sr. Rates é bem a utopia autoritária e reformista em decretos de algibebe, quando os decretos nem feitos por medida e na ocasião se podem vestir à vida social — e à revolução muito menos — servindo apenas para dar as aparências duma obra nova e sistemática ao empirismo e à rotina duma burocracia que procura instalar-se, dum partido que trata de governar ou travar os acontecimentos.

V

Tínhamos visto, no capítulo anterior, que a tarefa insurreccional não cabe de modo algum ao organismo sindical. Nem esse órgão está talhado para tal função, que exige um instrumento pronto, flexível, desembaraçado.

A própria greve geral, em situações revolucionárias, quando se pressente a hora, não definitiva, mas decisiva, quando a atmosfera social está carregada de electricidade e as vontades se afirmam no sentido duma transformação radical, a própria greve geral surge, estende-se, propaga-se por assim dizer espontaneamente, forçando a mão aos burocratas sindicais reformistas, arrastando os militantes tímidos ou hesitantes, impelindo os próprios revolucionários.

O sindicato entra em acção em se tratando de tomar conta da fábrica e de reorganizar a produção e a vida social. E quando dizemos o sindicato, não excluímos nenhuma das modalidades que possa tomar a organização dos produtores, para se adaptar à sua função expropriadora e reorganizadora. Não excluímos, por exemplo, os conselhos de fábrica e de camponeses, desde que conservem o seu carácter técnico, operário, económico e coordenem a sua acção no sindicato e na união local. Constituídos no próprio lugar de produção, conhecedores do terreno e intimamente ligados às pessoas e às coisas que nele operam, os conselhos podem tornar-se preciosos instrumentos técnicos, dando à acção sindical ao mesmo tempo maior amplitude e intensidade, maior elasticidade também. Mas destes conselhos nos ocuparemos adiante em capítulo especial.

Se a revolução tomar desde a primeira hora carácter expropriador, se a ocupação das fábricas e terras preceder a luta armada, armando-se mesmo os ocupantes para defender o seu direito, tanto melhor. A ocupação das fábricas não exclui a insurreição, mas dá a esta uma firme base económica e imensa facilidade de acção. Além disso, as massas pesadas e desarmadas não obstruem as ruas, nem são expostas inutilmente à sanha canibalesca dos mercenários bem armados.

Nos momentos de luta, as multidões inermes só servem, as mais das vezes, para arrastar consigo os homens de acção, na onda desvairada do pânico. Na fábrica, trabalham para a revolução, generalizam o movimento, dispersam as forças inimigas; na rua, são mais um estorvo do que um auxílio aos combatentes, insurrectos civis e militares, que tratam de ajustar contas com os janízaros e a guarda branca da burguesia e de impedir o restabelecimento da infame exploração capitalista.

De um modo geral: a massa dos produtores, no lugar de produção, trabalhando por conta de todos; os beligerantes, na rua, decidindo pelas armas a sorte da revolução; os incapazes de trabalhar ou de combater, em casa.

Mas assente que a organização sindical, na revolução, só é chamada na hora da ocupação da fábrica e do campo (hora que pode, aliás, ser a primeira), é a ela e só a ela que pode ser confiada a reorganização da produção?

A pergunta não é supérfula, pois que, mesmo pondo de parte o conceito autoritário de reorganização social, confiada a um novo Estado, a uma nova burocracia centralizada e permanente, restam ainda alguns anarquistas que, sob a influência das doutrinas harmonistas, negam ao sindicato profissional a capacidade reorganizadora, reivindicando-a para os grupos anarquistas.

Esta teoria é aliás formulada dum modo tão impreciso, que não há verdadeiramente por onde se lhe pegue... Tendo a reorganização que ser feita com critérios técnicos, não se percebe a natureza daqueles grupos ao assumir esta missão, pois parece que de todos os modos deveriam ter carácter técnico, profissional.

Mas os harmonistas invertem precisamente o raciocínio. Líamos recentemente, numa transcrição dum periódico libertário madrileno feita por uma das nossas folhas de propaganda, que, sendo o sindicato uma arma de combate contra a burguesia, suprimido o poder desta, desaparece a razão de ser daquele. O sindicato ou morre, ou se transforma «sensívelmente» em grupo anarquista!... Ao autor do silogismo não ocorre que o sindicato é também um grupo profissional, e que hoje só por isso mesmo é que é arma de

combate antipatronal. Quaisquer que sejam as suas transformações, o seu carácter essencial permanente.

Já vimos, porém, qual é o pecado original desta doutrina — um falso conceito da revolução. Da revolução surge a Anarquia pronta e acabada, como Minerva da cabeça de Júpiter. Suprime-se singelamente o período de transição, o período de verdadeira preparação anarquista.

VI

A revolução social destrói o privilégio político-económico da burguesia, isto é, os maiores obstáculos materiais que se opõem à preparação anarquista, à livre evolução para o comunismo libertário, e neste sentido pode dizer-se que a revolução, se for verdadeiramente social, é anarquista.

Mas é-o apenas virtualmente. No que ela tem de consciente e voluntário a revolução é obra, não exclusivamente da minoria anarquista, absolutamente insuficiente para a grandiosa tarefa, mas ainda dos socialistas revolucionários, dos revolucionários vagamente sociais e das massas semi-conscientes, para as quais o jugo capitalista se tornou insuportável. Restam ainda, e bem numerosas, as massas indiferentes, que aceitam os factos consumados e são incapazes de organizar uma contra-revolução, que aderirão mesmo passivamente e trabalharão com igual ou melhor vontade, mas serão evidentemente incapazes de colaborar activa e conscientemente na organização libertária da sociedade.

A minoria anarquista permanecerá, pois, minoria por muito tempo, seja qual for a rapidez dos progressos alcançados em melhores condições; e uma minoria não pode organizar a vida social senão pelo processo autoritário, ditatorial ou burocrático, sob formas declaradas ou hipócritas. Procedendo assim, os anarquistas deixariam de o ser, fossem quais fossem as suas boas intenções e a profundidade das suas convicções libertárias...

Não podendo os anarquistas por definição, impôr as suas concepções, não querendo emancipar e organizar o povo, mas preten-

dendo que o povo se emancipe e organize directamente, restam--lhes duas formas de actividade, dois modos de influir no arranjo e funcionamento da convivência social.

Usando do direito de livre disposição dos meios de produção, de livre experimentação social, poderiam constituir vida à parte, procurando influir pelo exemplo na restante sociedade.

Sem excluir a necessidade de invocar esse direito e de apelar para esse recurso, onde e quando as tendências da maioria se tornassem inadmissíveis e intoleráveis, esse sistema ofereceria, em geral, os maiores inconvenientes e perigos. O exemplo dado pelos anarquistas seria prejudicado, no seu alcance e eficácia, pelas dificiências e dificuldades do período reconstrutivo. Levaria tempo a produzir efeito, enquanto as massas ficariam abandonadas às influências deletérias das correntes autoritárias, que no próprio íntimo daquelas massas operariam sem freio nem empecilho, pondo em risco a liberdade dos anarquistas e de todos.

A outra atitude consistiria no prosseguimento, com forças e meios cada vez mais poderosos sem dúvida, da acção hoje exercida no seio da organização operária e da sociedade em geral. E é este o processo mais natural, mais consentâneo com a evolução normal das sociedades humanas.

Dados os factores que intervêm na revolução, mais início do que complemento da evolução para a anarquia; dadas as dificuldades do período reconstrutivo, devidas à péssima herança moral e material deixada pelo sistema capitalista; dada a necessidade de não interromper a vida social, sob pena de provocar a reacção popular — é manifesto que um partido, qualquer partido, é impotente por si só para reorganizar a sociedade, a não ser ditatorialmente, isto é, de modo apenas aparente e ilusório, abrindo caminho à contra--revolução.

É pois, necessário apelar para a obra directa do povo, sejam quais forem as suas imperfeições, é preciso chamar os trabalhadores como trabalhadores, como faz hoje o sindicalismo para a luta antipatronal. É preciso, em suma, reorganizar a produção com critérios técnicos. No fundo, afinal, vem a ser este o processo mais libertário.

«... Não podemos, escreve Malatesta, considerar os sindicatos operários, feitos hoje para a luta contra os patrões nas condições impostas pela forma actual de produção e de comércio, como células da sociedade futura. *Mas isso não impede que eles possam ser de grande utilidade no período de transição* e especialmente durante a tormenta insurreccional. Pode-se de um golpe derribar e destruir o governo, podem-se expropriar os detentores de riqueza, mas não se pode de um dia para o outro reorganizar sobre bases completamente novas a produção e a troca. Entretanto, a vida económica nas suas funções fundamentais não admite interrupção. É preciso comer todos os dias, depois é preciso prover ao abastecimento das cidades, ao fabrico do pão, etc.. E a satisfação destas necessidades, sem a qual a insurreição seria logo sufocada pela reacção do povo faminto, pode ser enormemente facilitada pelos sindicatos já organizados e prontos a continuar em vantagem de toda a população o trabalho que eles já executavam por conta dos capitalistas».

É muito provável que os sindicatos comecem desde logo a sofrer transformações, adaptando-se às necessidades do momento, quer quanto ao seu funcionamento, quer com relação aos objectivos dos seus esforços.

Naturalmente, será preciso abandonar nos primeiros tempos, além das indústrias e serviços inúteis e nocivos do capitalismo, os que não forem de primeira necessidade, concentrando-se todos os esforços e os meios de produção (combustível, máquinas, matéria prima, sementes, etc.) nos trabalhos urgentes, sobretudo na alimentação. Os campos e a agricultura devem ser a maior preocupação.

Mas a agrupação sindical subsistirá, mais vasta e poderosa, pelo alargamento das suas funções e dos seus efectivos. Compete aos anarquistas exercerem no seio dela toda a sua actividade e influência, em prol do seu programa integral, sempre intransigentemente mantido afim de pesar com todo o seu peso e obter em todas as soluções o máximo de anarquismo.

VII

Quando ouvimos falar em vida social organizada, durante o período revolucionário, por «grupos anarquistas», não podemos reprimir, confessamos, uma certa inquietação. Esses grupos, proventura mais de rebeldes do que anarquistas, operando num meio ainda menos consciente, em parte expectante, se não desconfiado ou hostil, perante os embaraços em que se debate a revolução, fazem-nos irresistivelmente pensar nos famigerados «revolucionários civis», nos «defensores da República», para não dizer na «formiga branca», e no correlativo descrédito da revolução e da coisa «defendida».

A luta embriaga, os ódios acumulados pela tirania cegam e desvairam. Entre a força revolucionária como suprema necessidade de libertação — direito eterno do oprimido e do explorado — e a força que de revolucionária se tornou por sua vez vexame, arbítrio, prepotência, certamente menos profunda que a anterior violência organizada, mas prepotência em todo caso, existe um limite que os revoltados insuficientemente iluminados por uma clara visão de liberdade podem transpor, entre os fumos inebriantes da pugna. A nobre paixão da luta pela emancipação colectiva pode então degenerar num espírito sectário, sincero mais estreito.

É, pois, necessário, definir desde já com a precisão possível a missão dos grupos de acção e das minorias propulsoras, que não querem «emancipar» o povo à força e arrogar-se o direito de agir em nome dele, mas pretendem levá-lo a libertar-se e a gerir directamente as riquezas arrancadas à usurpação.

Concretizemos num exemplo: a questão do alojamento, ainda recentemente levantada na Itália por Xavier Merlino.

A revolução social suprime os direitos do senhorio e garante a cada trabalhador a posse tranquila da habitação que necessita.

As dificuldades práticas surgem com o facto de estarem hoje pessimamente alojados quase todos os pobres, sem falar nos que de abrigo carecem inteiramente. E infelizmente, contrariamente ao cálculo optimista de Kropotkine, as casas desocupadas, embora incluindo os palácios sumptuosos, estão bem longe de bastar para

instalar convenientemente a população das baiúcas insalubres, mesmo nas cidades mais consideráveis.

Portanto, enquanto os construtores civis não edificam habitações higiénicas e independentes em número suficiente e não deitam abaixo os obscuros bairros malsãos, é preciso, para ir remediando, acomodar do melhor modo os habitantes nos prédios já existentes, devolutos ou não, procedendo-se aos arranjos e saneamentos urgentes e a uma redistribuição, tão equitativa quanto possível, das moradias habitáveis, com a menor quantidade que puder ser de mudanças e perturbações.

Mas como se há-de organizar tudo isso?

VIII

Se a revolução caísse no erro ou na fraqueza de permitir a constituição dum «governo provisório» ou «ditadura proletária», constituir-se-iam comissões de estudo e de estatística, juntas, comités e sub-comités, e além do tempo precioso (preciosíssimo em tempo de revolução) que se perderia em relatórios intermináveis, estudos de gabinete, estatísticas de secretaria e discussões ociosas, além das injustiças, favoritismos e descontentamentos que pulululariam, teríamos o peso e o perigo duma burocracia e duma centralização.

São, pois, os próprios interessados que devem tomar a coisa directamente em mãos. É o que diz Kropotkine quando, na *Conquista do Pão*, atribui ao povo, reunido por grupo de casas, ruas, bairros, o encargo de acomodar melhor os mal alojados. Mas contraditoriamente, ou pelo menos de modo ambíguo, prevê também, sem aliás pretender preconizar esta ou aquela forma de organização, que desde a primeira hora hão-de surgir «grupos de homens de boa vontade» para fazer o inventário das habitações vagas, higiénicas ou insalubres, demasiadamente vastas ou acanhadas para o número de ocupantes, e para distribuir os alojamentos disponíveis pelos moradores dos casebres inabitáveis.

Mas quem são esses «voluntários»? Quem lhes dá esse direito?

Com que critério desempenharão a sua tarefa? Com que espírito? O espírito de seita, acessível às suspeições, ou o espírito de justiça, que só vê homens e trabalhadores?

Quem nos garante contra as suas possíveis arbitrariedades ou faltas de tacto, incompetências ou violações, num assunto tão delicado como é a intimidade do lar?

Quem nos assegura que eles, julgando por aparências, impondo coabitações, ferindo sentimentos de família, não provoquem inúmeras revoltas íntimas, não fomentem o espírito de contra-revolução?

Não. A tarefa deve ser entregue aos próprios inquilinos, que, impelidos a agir directa e prontamente pelas minorias de iniciativa, agrupados por bairro, quarteirão ou rua, escolherão pessoas da sua confiança, provavelmente técnicos — construtores civis, arquitectos, engenheiros, higienistas, médicos, etc. — delegando neles as funções que não podem ser executadas por todos ao mesmo tempo.

Essas comissões, bem acolhidas naturalmente pelos inquilinos, organizarão a estatística das disponibilidades em aposentos livres, independentes e habitáveis, ou susceptíveis de fácil transformação nesse sentido. Farão listas das casas que é indispensável refazer ou destruir e dos indivíduos que é mais urgente instalar melhor. Relacionar-se-ão entre si para um trabalho de conjunto. Elaborarão normas, uniformes na medida do possível, sujeitas à sanção e fiscalização dos inquilinos, e amplamente divulgadas.

Resolvida assim com critérios técnicos, sob a responsabilidade directa dos próprios inquilinos, a questão urgente do alojamento, é de prever que sejam reduzidos ao mínimo os descontentamentos, injustiças e susceptibilidades.

O mesmo se pode dizer de todos os demais serviços de produção, transporte e distribuição. Todos devem ser confiados aos próprios trabalhadores de cada ramo, que olharão sobretudo à económica organização do trabalho e não verão em cada um dos seus companheiros o homem de ideias, mas sim o produtor. Para eles, o trabalho é a senha que dá todos os direitos. Quem não trabalha, não come; mas quem trabalha, tem direito à vida, pense como pensar. Critério, aliás, profundamente libertário.

E não só pela vitória da tolerância para com as opiniões, ideia essencial ao anarquismo. A revolução é destruidora; a técnica é construtiva e *inovadora*. A sua função, a sua tendência natural é facilitar e dignificar o trabalho, obter o maior resultado com o menor dispêndio de energia, aproveitar no seu máximo as forças brutas para reduzir ao mínimo o esforço do homem — cuja liberdade se vê assim aumentada em tempo livre, necessidades satisfeitas, possibilidades de acção. Se, portanto, a revolução lhe desobstrui o caminho de obstáculos, livrando-a das peias da autoridade e do interesse patronal, a técnica envereda espontaneamente pela senda da Anarquia, tanto mais segura e rapidamente, sem dúvida, quanto mais lhe iluminar o caminho uma minoria consciente.

O papel do anarquismo continuará sendo o que é hoje: tendência livre no seio do povo e das organizações, actuando sem coacção. Fermento da massa. Força propulsora de todos os movimentos conscientes a caminho da liberdade. Motor da acção e organização directas populares. Factor de iniciativas que não esperam ordens. Sentinela vigilante contra qualquer tentativa de restaurar a tirania abatida ou de a restabelecer sob o disfarce enganador de novas vestes.

A SOCIALIZAÇÃO

I. Socialização e nacionalização. Capitalismo de Estado: sobrercarga burocrática, trabalhadores duplamente escravizados, público mal servido. — II. A nacionalização como reivindicação operária. Os porquês da resistência patronal. Os projectos e ensaios em França, na Alemanha, na Áustria, na Inglaterra e nos Estados Unidos. — III. Socialização e partilha. A pequena propriedade, preventivo anti-socialista. Na Roménia. Na Rússia tsarista e bolchevista. Comunismo forçado ou voluntário? — IV, Individualização da propriedade. A partilha é retrógada e impossível. O sistema do «imposto único». O regime misto de Merlino. Conclusões.

I

O fim da revolução social é a *socialização* da terra e dos instrumentos de trabalho, da agricultura e da indústria, assim como do poder político.

Mas que é a socialização?

Um dos meios de combater uma ideia é adoptar-lhe a linguagem com a significação deturpada. É a táctica mais vulgar da burguesia e da sua máscara, o reformismo, contra os princípios mais fundamentais do socialismo ou comunismo.

Assim, hoje chama-se correntemente socialização à nacionalização ou estatização, ou em outros termos, à burocratização estatal ou municipal de qualquer indústria ou serviço. Coisas essencialmente diversas e diametralmente opostas.

Nacionalizar ou municipalizar não é garantir a todos os livre acesso aos meios de produção e de transporte, ao trabalho compensador e às utilidades produzidas pelo trabalho comum: é tirar a propriedade e a direcção da produção das mãos dos capitalistas — isolados ou associados — para as entregar aos Estado (nacional ou municipal, digamos assim), que não é uma abstracção, mas é, muito real e verdadeiramente, muito concretamente, um pesado corpo

burocrático, rotineiro, sugador, autoritário, que explora e vexa o «pessoal menor» e que se considera e se torna dono do «público», rindo-se com desplante dos interesses destas duas desdenháveis entidades inferiores — enquanto elas se não revoltam com ímpeto e arreganho. Não se trata, pois, de socialismo nem de socialização: trata-se de capitalismo de Estado.

Além do peso da nova burocracia, há os encargos do resgate que é preciso pagar aos capitalistas «expropriados»... a fingir, os quais poderão empregar o preço recebido em novas explorações, para de novo outra «expropriação» lhes encher as algibeiras, e assim sucessivamente até à consumação dos séculos, enquanto o trabalhador-consumidor se sente cada vez mais sobrecarregado e mal servido, e os tubarões da finança especulam com as rendosas «expropriações»...

Um exemplo.

> «Tirai os caminhos de ferro à indústria privada — escreve Xavier Merlino (*Collettivismo, Lotta di Classe e... Ministero*) — e transferi-os para o Governo, quer seja o de hoje quer outro qualquer. Não tereis feito mais do que dar um novo patrão aos ferroviários e criar uma burocracia mais. Os actuais Directores da Sociedade anónima tornar-se-ão Chefes de Secretaria, Chefes de Repartição. É verdade que desaparecerão os accionistas: mas serão substituídos por portadores de títulos de Dívida Pública emitidos para fazer face ao resgate. E o público será servido como agora ou pior. O que significa que as vias férreas terão sido colectivizadas *quanto à forma de administração,* mas socializadas é que não. Para que sejam *socializadas, não é preciso que sejam administradas colectivamente, mas é necessário que a indústria seja organizada com relação ao interesse geral do público e dos ferroviários, e que o lucro que ela possa render em confronto com as outras se aplique, na medida do possível, em benefício da sociedade toda.*
>
> O monopólio governamental das ferrovias nada resolve: não garante os ferroviários contra os maus tratos, e portanto não suprime a necessidade da organização dos ferroviários para regular o contrato do trabalho; não oferece critérios para a equitativa fixação das tarifas e das outras condições dos transportes, de forma a impedir que os caminhos de ferro carreguem como um monopólio sobre outras indústrias.

> A *socialização* das vias férreas existirá quando esta indústria, subtraída ao monopólio privado ou governativo, for cooperativisticamente exercida, regulando-se os direitos dos trabalhadores e as relações entre este e os outros ramos da produção, e quando, se de tais relações resultar uma vantagem, e por conseguinte um rendimento maior da indústria ferroviária sobre as outras, esta vantagem rendudar em favor da sociedade inteira».

Aparte certas fórmulas exprimindo modalidades particulares do seu sistema ecléctico, Merlino estabelece aqui bem claramente a diferença fundamental entre os dois conceitos contrários.

Com a nacionalização, o poder do Estado fica enormemente acrescido; infla-se de embaraçadora hipertrofia a burocracia parasitária; o trabalho torna-se dobradamente servo do Estado — como súbdito e como assalariado. A indústria transforma-se numa caserna. E nem o trabalhador nem o público têm nisso a menor vantagem económica.

II

Mas porque é então que, em certos países, o operariado organizado reclama energicamente a nacionalização de certas indústrias — minas e transportes muito especialmente — esperando dela o remédio para a crise actual? E por que razão se opõem os governo e os capitalistas a essas reivindicações?

A burocracia tradunionista e sindical, na Inglaterra e na França, oferece às massas impacientes esse objectivo rebombante, mas oco, e fabrica miríficos planos de efectiva fiscalização por parte dos trabalhadores, de «participação» destes na gerência das indústrias...

E o patronato, naturalmente, resiste com espalhafato, quer directamente, quer indirectamente, por meio dos políticos e do Estado.

A intervenção, embora apenas teórica e ilusória, na administração das indústrias, repugna por certo, mesmo em princípio, à autoridade patronal, ciosa das suas prerrogativas e encabritando-se

instintivamente ante qualquer atentando contra o seu privilégio.

Mas há outras razões mais práticas e de circunstância.

Mesmo as corporações patronais que anseiam por uma nacionalização ou municipalização, com o mais pingue resgate que possa ser, é evidente que tratam de vender caro o seu peixe. São regras rudimentares da mais vulgar táctica mercantil. Resistem com denodo e santa indignação, elevando aos justos céus os mais veementes clamores contra o monstruoso esbulho, e assim esperam obter mais gordas compensações. É da praxe.

Depois, pode muito bem suceder que uma dessas operações prejudique ou incomode realmente uma categoria, consórcio ou oligarquia, que tenha interesses ligados com a indústria a nacionalizar. A burguesia, aliás unida contra o proletariado mal este esboça uma oposição verdadeiramente revolucionária e de classe ou tendente a tornar-se tal, encontra-se também subdividida em grupos e camadas, com interesses diversos. Se uma parte da burguesia se sente ou supõe lesada com uma reforma e tem suficiente influência sobre o governo, é claro que impõe a este a resistência.

Mas o facto de uma categoria burguesa ser favorecida ou desfavorecida em prejuízo ou em vantagem de outra, não significa que o proletariado lucre com o resultado da mudança. Sucede o mesmo com qualquer reforma eleitoral, financeira, alfandegária, com qualquer revezamento de partidos ou facções no queijo do poder: no seio da burguesia há luta vivaz, porventura sangrenta. O povo trabalhador entra amiúde nessas contentas, como comparsa inconsciente, berrando atrás dos trampolineiros da política. Não compreende a questão burguesa que se debate, mas fia-se nas interpretações que mais lhe alimentam a sua sede de pronta melhoria. No fim, vence uma das fracções burguesas, mas para o proletàrio — noves fora nada.

Primando todas as outras, há enfim a grande razão do momento: o medò à revolução. Já dissemos: neste instante, a burguesia opõe à mais simples e inofensiva greve a mais implacável intransigência. Sabe-se como elas começam: como elas acabam é que ninguém adivinha. Em França, em torno da nacionalização dos caminhos de ferro como ponto de partida, estabeleceu-se uma grande

agitação popular pela acção directa. Foi esta que levou as classes dirigentes à luta com furor. Temeram que os elementos mais activos e de iniciativa tomassem a direcção do movimento e visassem muito mais alto.

Entretanto, os governos não desprezam as negociações e as contemporizações. Fabricam projectos de nacionalização, respeitando «todos os interesses», isto é, indemnizando fartamente os «direitos adquiridos».

Em França, o governo do ex-socialista barão von Millerand prepara qualquer coisa nesse gosto. Na Alemanha, governada pelos inefáveis «socialistas» maioritários do Kaiser e de Noske, há já — no papel, pelo menos — uma lei de «socialização» (ler «estatização») da indústria do carvão, a qual é administrada por um Conselho Nacional, composto de representantes de patrões(!), dos altos funcionários das minas, dos negociantes, dos consumidores, dos peritos — e por fim dos operários mineiros! Um pau por um olho.

Na Áustria oficial, entende-se por «socializar» a exploração por parte do Estado de grandes empresas em concorrência com os capitalistas da mesma indústria! (*Consigli d'azienda e Socializzazioni*, Ufficio del Lavoro e della Statistica del Comune di Milano).

Na Inglaterra, o governo nomeou, para estudar a questão do salário e horas de trabalho nas minas de hulha, uma comissão mista, da qual saíu o «relatório Sankey». Nele concluem os delegados patronais e operários pela nacionalização da indústria — com resgate, é claro. Quanto à participação dos ferroviários na administração da sua indústria, há uma proposta tradunionista e uma contra-proposta governamental (*Obra citada)*.

Nos Estados Unidos, temos o projecto Plumb, aceite pelos ferroviários. O governo resgataria todas as redes existentes mediante obrigações com juro fixo e criaria uma Corporação, dirigida por um Conselho, cujos membros seriam eleitos: um terço pelo Presidente da República, após voto conforme do Senado; um terço pelos agentes executivos e directores; o outro terço enfim pelo pessoal subordinado. A essa corporação entregaria o governo a administração das linhas resgatadas, dividindo com ela os lucros. (*Obra citada)*.

E se o povo se deixou fascinar por estes projectos, é porque teima em ser ludibriado.

III

Outras vezes, pelo contrário, confunde-se «socialização» com ideia de «partilha». É aliás o velho erro popular, segundo o qual o escopo dos socialistas e seus precursores teria sido sempre repartir entre os pobres os bens dos ricos e os bens da terra.

As classes dirigentes alimentam, evidentemente, esse confusionismo. E nos últimos tempos, preocupadas com o contágio russo e com a situação revolucionária da Europa, tratam de distribuir terras pelos camponeses pobres, o que, sendo uma medida de conservação, tende a passar por uma concessão ao socialismo. Para completar a ilusão, às vezes faz-se entrar em cena a cooperativa, que é, em regime burguês, uma sociedade comercial como outra.

Assim, na Roménia, o medo da revolução russa levou aos senhores, os boiardos, a porem à disposição dos rurais — mediante pecúnia, já se vê — dois milhões de hectares de terras de lavoura, tiradas dos latifúndios com mais de 100 hectares cultiváveis, e ainda 300 000 hectares da coroa e dos entes morais. O proprietário «expropriado» será pago em títulos do Estado de 5% do preço estabelecido, para ajudar o comprador. «A próxima ossatura social da Roménia — comenta um correspondente do *Temps*, o órgão máximo da burguesia francesa — lembrará de certo modo a que, no Ocidente da Europa, faz a força da França. Uma nação de pequenos proprietários é necessariamente um baluarte da ordem europeia».

Medidas análogas e com os mesmos intuitos são adoptadas ou prometidas em outros países, e até em Portugal há já duas «propostas de lei» para expropriar os baldios formando com eles os «Casais Agrícolas dos Soldados da Grande Guerra» ou entregando-os a cooperativas agrícolas.

A tentativa de opôr ao socialismo uma barreira com a multiplicação da pequena propriedade rural já fôra levada a cabo na Hungria, antes da revolução comunista, e muito antes na Rússia, por duas vezes: em 1861, com a famosa burla da emancipação dos servos e da distribuição de terras entre eles, por meio do *Mir* e mediante pesado resgate; e em 1906, com uma nova partilha de terras entre camponeses, desta vez sem intervenção da comunidade de aldeia. Nenhuma destas reformas, aliás, deteve a proletarização das massas rurais.

Triunfantes em 7 de Novembro de 1917, os bolchevistas trataram logo de proclamar a abolição dos direitos dos proprietários, sem nenhuma espécie de resgate, ficando o solo, as alfaias, o gado e os edifícios à disposição da massa trabalhadora. O direito intransferível de uso efectivo da terra pertence aos que a cultivam directamente, sem auxílio do trabalho assalariado, podendo ser concedido nessas condições às comunidades agrárias, às associações agrícolas, às organizações de aldeia, e por fim, aos indivíduos e famílias.

Embora encarregando «os órgãos agrários dos Sovietes locais e centrais» de desenvolver as empresas agrícolas colectivas, de preferência aos casais de cultivo individual, por ser aquele o sistema mais vantajoso para poupar trabalho e material, *para depois passar para o Socialismo*, os bolchevistas tiveram que fazer uma concessão ao espírito da pequena propriedade rural, na forma de direito de usufruto ou de posse individual ou familiar.

Fizeram-no sem dúvida por simples táctica, no intuito oportunístico, pois que miram a uma agricultura centralizada, como grande administração da Estado.

Os anarquistas fá-lo-iam sobretudo como aplicação do seu método de liberdade, que julgam o único eficaz. Se o fim da revolução é essencialmente abolir o monopólio da riqueza e do poder e tornar impossível a exploração do labor alheio, garantindo a cada um o livre uso dos meios de produzir, nenhuma coacção poderíamos exercer sobre quem reivindicasse o direito ao usufruto duma nesga da terra, desde que a amanhasse por suas próprias mãos. De contrário, provocaríamos uma reacção mortal, apoiada nos próprios princípios da revolução.

Temos de confiar tudo à influência do exemplo e às coacções na-

turais da vida. A vida precária e trabalhosa do usufrutuário individual, diante das vantagens e produtividade do esforço colectivo e do comunismo, em breve o convenceriam de que a maior soma de liberdades está na solidariedade.

IV

Receosa das tiranias colectivas, uma escola individualista, aliás sem influência alguma no movimento operário, entende que o único meio de assegurar a cada um a liberdade, a completa independência material, é dar-lhe a posse exclussiva dos meios de produção indispensável à sua própria subsistência. A solução do problema social estaria, pois, em tornar todos proprietários.

Se isso fosse praticável, teríamos que abandonar as vantagens da grande produção intensiva e regressar ao trabalho isolado e à indústria doméstica, de produtividade infinitamente inferior. O indivíduo seria porventura independente da colectividade, mas seria escravo do seu absorvente labor material e das suas necessidades insatisfeitas — e assim a liberdade almejada ficaria comprometida *pelo lado económico.*

Mas uma partilha equitativa é impossível. As terras e os outros meios de produção variam imenso quanto à fertilidade e à capacidade produtiva, quanto às facilidades de laboração, quanto à situação topográfica, em relação às vias de comunicação e aos centros populosos, etc. Desde logo começaria a luta em torno dos melhores bocados; os vencedores, os favorecidos tratariam de manter e consolidar a sua posição, de se armar contra os vencidos — e a liberdade sossobraria *pelo lado político.*

Podemos conceber, é certo, um progresso tal da técnica, uma tal universalização da força motriz, tal adiantamento da química agrícola e dos meios de transporte, que o trabalho isolado se torne tão produtivo como o colectivo, que as terras se igualem em fertilidade e boa posição e o indivíduo se baste a si mesmo.

Mas isso supõe precisamente um enorme esforço colectivo ante-

rior, um grande desenvolvimento da cultura social e de preparação técnica, um largo espírito de solidariedade — o que significa pôr de parte a solução individualista imediata, que nos levaria à meta oposta.

Agora, não podemos edificar sobre hipóteses e esperanças. Temos que construir com os materiais existentes e com as possibilidades próximas.

Para igualar as posições e os pontos de partida, propõe-se ainda outro meio, que não pode, porém agradar a individualistas ciosos da liberdade e inimigos do Estado, como não agrada a nós. É o sistema de Henry George, que ainda hoje conta alguns adeptos.

Por meio de um «imposto único» ou taxa de arrendamento, proporcional ao valor produtivo dos terrenos, a colectividade avocaria a si a chamada *renda económica,* ou seja, o que uma terra, para um trabalho e uma extensão iguais, produz acima do que rende o terreno pior.

Há uns vinte anos, Merlino propunha a extensão deste sistema a todas as indústrias, com excepção de algumas, poucas, que a colectividade, proprietária do solo e dos grandes meios de produção, transporte e distribuição, organizaria por sua conta.

Para atenuar o arbítrio governativo na fixação das rendas, os meios de produção não nacionalizados seriam postos em concurso, isto é, concedidos a quem melhores condições e garantias oferecesse, sendo preferidas a associações em igualdade de circunstâncias.

Mas, apesar de todas as precauções democráticas, não se vê como se evitaria o mal burocrático, o favoritismo, os concluios, as negociatas, a formação de privilégios e especulações e de facções para os defender — e não se vê como seria garantido a cada um o acesso aos meios de produção.

Em conclusão, o modo prático de realizar a socialização não é nacionalizar nem partilhar. É juntar, pôr em comum, deixar indiviso — e confiar a produção ao trabalho colectivo organizado.

A questão está em encontrar e levar a cabo um modo de funcionamento, uma forma de organização, capaz de garantir ao produ-

tor a liberdade de escolher a ocupação ou associação, ao consumidor a escolha do produto, a todos a satisfação das suas necessidades, a cada um o uso gratuito dos meios de produzir e as liberdades essenciais.

A ORGANIZAÇÃO COMUNISTA

I. A quem devem ser entregues os serviços públicos comunistas. As garantias do público contra os egoísmos corporativos. — II. As garantias individuais contra as compressões ou incúrias colectivas. Os direitos fundamentais do indivíduo, como consumidor e como produtor, numa sociedade comunista. — III. Objecções autoritárias. A liberdade, suprema educadora e correctora. — IV. Objecções concretas. As normas, por livre acordo. Conflitos irredutíveis de opiniões em realizações práticas. A «lei das maiorias». As ocupações que ninguém procuraria. — V. Comunismo e colectivismo. Um pouco de história destas palavras. — VI. As duas fórmulas, a colectivista e a comunista; sua crítica. — VII. O que se poderá obter, em matéria de distribuição de produtos, da sociedade em revolução.

I

A revolução deve desde logo socializar e transformar em *serviços públicos* todos os ramos da produção, transportes e distribuição indispensáveis ao funcionamento duma sociedade moderna. E como órgãos ao mesmo tempo gerentes e executores desses serviços, não vemos senão as respectivas associações de trabalhadores — agrupamentos locais, união local desses grupos para as indústrias que operam, ou enquanto operam, na localidade (produção, armazenagem e entrega de subsistências e artigos de vestuário; construção civil; viação, iluminação e limpeza urbanas; serviços de saúde e de ensino, etc.); federações de indústria, de secções locais e de uniões de sindicatos para os serviços federais, como os caminhos de ferro, a navegação marítima, a aviação, os serviços telegráfico-postais, etc..

Esses grupos produtores poderão revestir novas e variadas formas, porventura inteiramente imprevistas, adequadas às necessidades da revolução e seguindo as transformações da fábrica, os grandes deslocamentos das forças do trabalho; mas, se quiserem tornar efectiva a socialização, conservar de facto a gerência directa

da produção e fazê-la aproveitar igualmente a todos, não permitirão que se lhes sobreponha uma superfectação política qualquer por mais proletária que se intitule.

Os órgãos económicos serão simultaneamente órgãos políticos ou administrativos: a primeira entidade económica será a unidade política, como se dizia na velha Internacional federalista. Haverá certamente que dar delegações de trabalho; mas a ninguém se deverá abandonar o poder de fazer leis e de as impôr. Disto, porém, nos ocuparemos mais largamente noutro tomo.

— Mas, objecta-se, quem garante o público contra o monopólio de facto exercido por cada uma das associações? Quem impede que a associação produtora cuide primeiro das suas comodidades e interesses corporativos e descure as necessidades e preferências do consumidor, impondo-lhe produtos inferiores e insuficientes?

Quem? O próprio público, que é ao mesmo tempo trabalhador e que compõe todas as associações produtoras. O próprio público, que é o senhor dos meios de produzir e de quem cada grupo produtor recebe apenas uma delegação de serviço. Ou querereis que fosse um governo, o qual ao impôr ao trabalho dos outros as suas normas, trataria sobretudo de si próprio e dos seus apaniguados e serventuários?

O verdadeiro monopólio (quando empregamos esta palavra, não o fazemos, em geral, no sentido legal de exclusivo de fabrico e de venda, garantido por lei) é o monopólio de facto, exercido por um pequeno grupo de detendores efectivos dos meios de produção, contra um público na sua maioria proletário, privado de quaisquer instrumentos de trabalho e de eficazes meios de defesa. Por outro lado, os assalariados que nesse monopólio trabalham, como simples instrumentos, não têm nele a menor ingerência, nem dele tiram o menor proveito.

Na sociedade comunista, são os próprios gerentes-trabalhadores das associações que constituiem todo o público, cujas unidades se encontram em pé de igualdade.

Assim, cada sócio da associação que porventura desatendesse o interesse do público, em breve se apercebia, como consumidor, das danosas repercussões desse egoísmo de vista curta.

Demais, se ele, como consumidor, depende das demais corporações, de todas elas depende igualmente para a produção, na extrema complexidade do trabalho moderno, aquela que é membro. Esta não poderia trabalhar sem o concurso e a boa vontade dos que extraem a matéria bruta da sua indústria, dos que a submetem a variadas transformações antes da laboração definitiva, dos que a transportam, dos que lhe constroem as instalações, dos que a fornecem de máquinas e combustível, etc..

Se desta interdependência e solidariedade se esquecesse, o produtor-consumidor bem depressa aprenderia ao seu custo as vantagens individuais e sociais do bom acordo e a necessidade de bem servir o público — que é precisamente o conjunto dos trabalhadores associados.

Na maioria dos casos, aliás, bastaria a pressão da opinião pública, bem mais homogénea do que hoje, feita por homens em igualdade de circunstâncias, constantemente estimulada e esclarecida pelos espíritos mais livres e empreendedores. Hoje mesmo, apesar da multiplicidade de interesses antagónicos, produzindo mil correntes que se contrariam e anulam, apesar da fraqueza do povo, desarmado em todos os sentidos, quantas vezes os movimentos de opinião não alcançam, sem violência, esplendidos triunfos!

II

A garantia última e decisiva é o direito que, numa sociedade comunista, todos têm de entrar em cada uma das associações produtoras e de se servir dos instrumentos de trabalho que ela maneja. Se este direito não existisse em definitivo por trás de todos os meios de defesa de que dispõe o público, esses meios acabariam certamente por perder a sua eficácia — como a perdem, hoje os protestos e movimentos populares, desde que a opressão esteja convencida da impossibilidade material da insurreição armada.

Sob pena de não estarem socializados os meios de produção, nem abolida a autoridade, o sindicato, o grupo profissional do futuro tem de ser *aberto* e de não possuir exclusivamente os meios de

produção. Cada um, *se quiser*, deve *poder* mudar de profissão ou até pôr-se a produzir individualmente. Quando, por exemplo, a união local tiver ultrapassado o ponto *optimum*, deixando a grandeza da associação de ser útil para embaraçar pela complexidade, fugindo à apreciação individual, os que assim o entenderem devem *poder* construir ao lado outra federação ou comuna.

Essa liberdade não significa... obrigação de variação e instabilidade, como a liberdade no amor não quer dizer instabilidade nas uniões, obrigação de mudar de amores. Pelo contrário, para bem da prole, para bem da humanidade, convém que a união sexual seja duradoura, e é justamente nesse interesse e para esse resultado que é necessário que a provoque uma necessidade económica ou qualquer coacção ou motivo alheio a uma atracção sincera; e que a não mantenha e prolongue outro laço senão o amor recíproco e o amor da prole, a comunidade de íntimos sentimentos e a consciência profunda do fim educativo do lar.

A voluntariedade é a melhor e a mais sólida garantia da união e do afecto.

Na vida social, é também o único método de determinar o valor e a medida das associações, o único modo de satisfazer as aptidões, a forma única de administração directa das coisas pelos produtores.

Para defesa do público, bastarão por certo os meios que tínhamos apontado: a força da opinião pública numa sociedade igualitária e a interdependência das associações e dos indivíduos, quer como produtores, quer como consumidores. E bastarão com tanto maior segurança, quanto mais certo e efectivo for o direito, para todos e para cada um, ao livre uso dos meios de produzir e o franco acesso às associações produtoras.

Esses direitos são a base duma sociedade comunista, que sem eles degeneraria em monopólio e constituição autoritária.

A sua presença, a sua possibilidade sempre iminente seria em geral suficiente para chamar os indivíduos e as associações à consciência do respeito devido ao interesse público, como na actual sociedade de violência a simples ameaça realizável de revolta bastaria para refrear os furores da tirania.

Mas não se trata apenas de garantir os direitos do consumidor, inclusive o de se fazer compreender pelo exemplo prático e de obter o produto que não sabem fabricar-lhe.

É a livre escolha de profissão, é a liberdade e iniciativa do trabalhador que é preciso assegurar por meio daqueles direitos basilares, ou se preferem, constituicionais — não codificados, mas de facto.

Entretanto, a necessidade de variar os trabalhos, de mudar de profissão, para fugir à monotonia da ocupação constante, ao peso da labuta excessiva, ou para corrigir um erro de vocação, é grandemente contrabalançada pela força dos hábitos profissionais adquiridos, pela perícia que aligeira a faina e diminui o esforço, e nos afeiçoa aos gestos costumados.

A variedade, sem dúvida, é o melhor dos descansos. A imobilidade, a não ser no sono, é em geral sinal de doença ou de excessiva fadiga (intoxicação); a variedade repousa, porque equilibra pelo uso alternado dos órgãos.

Mas nós teremos, no período reconstrutivo, que é o que hoje mais nos interessa, os trabalhadores legados pela sociedade actual, infelizmente pouco aptos para variar. Mais tarde, com uma justa divisão do trabalho com o auxílio generalizado e poderoso das máquinas, com a extinção do parasitismo e dos trabalho inúteis, a produção do necessário tomará a cada um cada vez menos tempo, deixando-lhe largas horas livres. O progresso caminha paralelamente ao número desta horas. Durante elas, satisfará cada um as suas necessidades intelectuais, morais, recreativas, artísticas, etc., ou mesmo económicas secundárias. Assim poderá variar as ocupações, empregar de mil modos a sua actividade, aliar o trabalho intelectual ao trabalho manual. É então aqui o cada vez mais vasto domínio das associações instáveis, flexíveis, ligadas por afinidades de todas as espécies.

Já hoje vemos essa divisão natural. Ao lado dos sindicatos, que não representam tudo, mas representam os interesses fundamentais da vida, há os grupos de ideias, as inúmeras associações mais maleáveis, que se ocupam da vasta vida moral, intelectual, estética, afectiva da sociedade.

No futuro, supomos que se manterá a mesma divisão: para os sindicatos, abertos em todo caso, os *serviços públicos*; para os outros grupos o resto, bem importante, da vida social.

III

Os mesmos que, esquecidos do verdadeiro monopólio exercido pela burguesia e garantido pelo Estado, se fingem preocupados com o exclusivo que, em prejuízo do interesse público e das liberdades individuais poderiam vir a afirmar sobre os meios de produção as associações de trabalhadores, autónomas mas interdependentes, esses mesmos lançam em seguida gritos de pavor, quando se lhes diz que tais associações seriam livres e abertas e que a cada indivíduo pertenceria o direito de se servir dos instrumentos de trabalho — base essencial duma sociedade que a si própria se administra.

— Seria a balbúrdia, o caos, o trabalho estorvado, a desorganização, o amontoamento, a asfixia!

Como se a autoridade, o governo fosse realmente o árbitro e regulador imparcial de conflitos e desarmonias, o organizador da justiça e da ordem, e não pelo contrário o esteio e criador de privilégios e de confusão,o supremo estorvador! Como se ele, por sua natureza e posição, não tendesse a alhear-se cada vez mais da produção e do trabalho, a tornar-se cada vez mais incompetente para estabelecer normas aplicáveis!

Mas há criaturas que na liberdade de facto apenas distinguem perigos e inconvenientes e na autoridade somente enxergam vantagens e seguranças. Essas almas tímidas receiam *dar* a todos a liberdade, mas não hesitam em a confiar a poucos, bem armados de poderes e sanções!

O que não obsta a que essas boas almas se esfalfem depois em permanentes protestos contra o que elas candidamente supõem abusos de poder, improbidade de políticos, erros de ofício, miúdo defeito na máquina, e improficuamente se consumam na troca de

homens ou instituições governamentais, na substituição de tabuletas e de emblemas.

Tem os seus inconvenientes a liberdade? Certamente. Infinitamente menos do que a autoridade, mas tem-os. Esses inconvenientes, porém, encontram o seu único freio e correctivo na própria liberdade.

Os erros dos homens livres são de sua própria conta e risco. Servem-lhes de lição, como ao experimentador os mil ensaios infelizes que precederam a invenção.

Mas a autoridade erra muito mais, sobretudo em prejuízo dos interesses dos seus administrados, e erra sempre, às cegas, irremediavelmente, por fatalidade congénita. E o que, na liberdade e para a liberdade, é lição, preciosamente recolhida e aplicada, na autoridade e para a autoridade é obstinação e capricho. O prestígio, de que necessita para se manter, veda-lhe a confissão e a emenda, a Razão de Estado ordena-lhe que se entrincheire na infalibilidade e na inflexibilidade.

Sob pena de suicídio.

IV

O facto de existir, como fundamento basilar duma sociedade livre (livre praticamente, e não apenas na letra dos códigos), o direito individual ao uso gratuito dos meios de produzir, assim como não impede a associação, não obsta tão pouco ao estabelecimento, por meio de pactos voluntários, de normas que tornam viável e sem atritos o exercício desse direito, harmonizando-o com o interesse público, de que ele é precisamente a suprema garantia.

E o indivíduo de bom grado se conforma com essas regras, livremente aceites e sempre modificáveis de acordo com os seus ensinamentos da prática, porque, desde que o seu direito lhe está positivamente garantido, e não só teoricamente afirmado, desde que o pode exercer de facto, o seu maior empenho é o funcionamento normal do trabalho e da sociedade, dada a interdependência de interesses que já examinamos.

— E se não se tratar de simples normas de organização, mas duma obra concreta, que não comporte duas soluções simultâneas? Havendo duas opiniões irredutíveis, que vontade deve ser sacrificada? A da minoria? Ou fica a obra por fazer?...

— Provavelmente, por necessidade de acordo, a maioria, desprovida de quaisquer meios de coacção, fará todas as concessões e oferecerá todas as garantias para obter a adesão e concurso da minoria, e esta, não por obrigação mas por aquela mesma necessidade, acabará por ceder à satisfação do maior número, tanto mais que, entre uma obra realizada, embora não inteiramente a nosso gosto, e coisa nenhuma, sempre é de mais vantagem a primeira...

— E se o projecto da maioria fosse, na convicção dos adversários, uma verdadeira calamidade, um mal absoluto?

— Para dizer a verdade, desatino por incompetência e calamidades públicas... para benefício particular, isso costumam hoje praticá-lo os governos, com obstinação e frequência, contra todos os avisos e discussões — a não ser que haja resistência séria da banda dos governados.

Esperemos que os homens livres e iguais, administradores directos dos seus próprios interesses, sejam mais razoáveis e previdentes, e que entre técnicos e interessados directos que discutem obras concretas, não surjam divergências tão diametralmente opostas.

Entretanto, é claro que a minoria teria sempre o direito de negar o seu concurso, e no caso de esta recusa não impedir a consumação do mal, restar-lhe-ia a consolação de esperar do tempo a sua justa desforra, e a correcção do erro, se fosse remediável. Hoje, nem isso: em torno de cada *erro* consolidam-se tantos interesses privados e oligárquicos, que se torna impossível mudar de rumo...

— Mas afinal, os anarquistas sempre obedecem na prática à lei das maiorias...

— Perdão! Não se trata duma lei imposta, mas dum expediente racional, voluntariamente aceite. Demais, o que nas democracias se chama «lei da maioria» vem a ser, de facto, a lei de uma pequena minoria. Desde que haja delegação de poderes, por mais genuíno, sincero e cercado de garantias que seja o sufrágio, o resultado, coado através dos partidos, regionalismos e interesses contraditórios, das mil subdivisões eleitorais e parlamentares, é sempre, fatalmente, a lei imposta por uma minoria.

— Falais da livre escolha da profissão. Mas se as vocações e desejos individuais não correspondem às necessidades sociais da produção? Se alguns serviços carecerem de braços, que sobejam pelo contrário noutros mesteres? Como não há o engodo do maior salário, nem a autoridade patronal para fazer cortes...

— Estudar-se-ão os motivos da falta de concorrência de braços, melhorar-se-ão, sob o ponto de vista técnico e higiénico, as ocupações menos procuradas, ou reduzir-se-ão as horas de trabalho. Depois, os progressos da mecânica, da higiene e da organização do trabalho tenderão constantemente a suprimir as diferenças de dificuldade, peso e salubridade entre as profissões.

E enquanto, apesar de tudo, um serviço indispensável e insubstituível continuar deserto, há sempre o recurso da cooperação, por turnos, de todos os interessados.

O que ninguém quiser fazer, não terá remédio senão ser feito por toda a gente válida, se se trata duma verdadeira necessidade comum.

V

A palavra «comunismo» tem atravessado várias vicissitudes. Quando, em 1848, os comunistas se reúnem em Londres e encarregam Marx de elaborar o célebre «Manifesto do Partido Comunista», com essa designação procuram eles distinguir-se dos vários «socialismos» suspeitos, que então floresciam entre a pequena burguesia e nos meios conservadores, e até nos salões aristocráticos. Mas este comunismo tem a significação genérica de socialismo, não se referindo ao problema da distribuição dos produtos, e os seus métodos de realização são os autoritários, a conquista dos poderes públicos.

Setenta anos depois, reatavam os bolcheviques a tradição marxista, tratando de se separar nitidamente da chamada II Internacional e do desacreditado reformismo social-patriota. O exemplo

foi seguido pela extrema esquerda do socialismo democrático internacional, e neste momento há em todos os países «Partidos Comunistas».

Coisa análoga tinham feito, pouco antes da grande guerra, os anarquistas italianos, que abandonaram a designação de «socialistas», pelo temor de desastrosas confusões com o socialismo corrompido até à medula pelo parlamentarismo. Mas, passando a dizer-se «comunistas», deram a esta palavra a mesma acepção lata em que tinham empregado aquela que deixaram.

Hoje, acentua-se mais rapidamente a tendência para dar ao termo a significação genérica de sociedade em que os meios de produção estão socializados ou comunizados, independentemente da forma como são distribuídos os produtos em relação ao trabalho.

Na primeira Internacional, porém, dando-se o nome de colectivismo ao sistema que propugnava a fórmula «a cada um o produto do seu trabalho», veio a distinguir-se com a designação de comunismo o sistema cuja síntese doutrinária era: «de cada um segundo as suas forças; a cada um conforme as suas necessidades».

A princípio, eram os anarquistas todos colectivistas; mas os militantes italianos, Cafiero, Malatesta, Covelli, Costa, acharam que o problema distributivo tinha uma solução mais equitativa e fraternal, ao mesmo tempo mais adaptável ao funcionamento de uma sociedade anarquista: era a fórmula comunista. No Congresso de Florença era ela adoptada pela Federação italiana, e os dois delegados (Malatesta e Cafiero) ao Congresso Internacional de Berna (1876), faziam no *Boletim da Federação Jurassiana*, a propósito de certas omissões no relato das sessões, uma declaração de princípios, que concluía deste modo:

> «3.º A Federação italiana considera a propriedade colectiva *dos produtos do trabalho* como complemento necessário do programa colectivista, sendo o *concurso de todos para satisfação das necessidades de cada um* a única regra de produção e de consumo que corresponde ao princípio de solidariedade».

A nova doutrina triunfava rapidamente. Depois, Kropotkine, que viera fixar-se na Europa Ocidental em 1878, fundando em Genebra *Le Révolté* no ano seguinte, deu-lhe amplo desenvolvimento, divulgando-a pela França e por intermédio da França, sob o nome de comunismo.

O entusiasmo pela fórmula comunista de distribuição levou os anarquistas amiúde a considerá-la como a característica principal do socialismo anarquista, embora os colectivistas continuassem sendo numerosos no anarquismo, sobretudo na Espanha. As discussões entre anarquistas e socialistas democráticos (colectivistas quási todos, mas não todos) versavam geralmente sobre esta questão, e as palavras «comunismo» e «colectivismo», que deviam empregar-se apenas no sentido económico, acabaram por se aplicar respectivamente ao «anarquismo» e ao «Estado socialista».

Os comunistas chegaram, em geral, a repelir a união com os próprios colectivistas anarquistas.

Os introdutores da fórmula comunista na Itália e na Internacional compreenderam melhor a essência do anarquismo. Em 1889, tentaram promover uma Internacional libertária, que intitulavam Socialista Anarquista Revolucionária, sobretudo para dar entrada aos colectivistas anti-autoritários. Continuavam crendo que o «regime colectivista não poderia corresponder ao conceito de justiça e de solidariedade que nos anima não só a nós, mas aos próprios colectivistas: que ele não poderia funcionar sem um complicado mecanismo que, sob outra forma, reproduziria o Estado; que ele estaria condenado a transformar-se mais ou menos rapidamente em comunismo ou a recair no burguesismo. Mas como o regresso ao privilégio e ao assalariado seria impossível moralmente por causa da revolução moral que necessariamente havia de acompanhar a revolução económica, e materialmente pela anarquia, isto é, pela ausência de governo, que está fora de discussão tanto para uns como para outros, assim parece, que não há nada que temer duma experiência que, aliás, não poderíamos impedir e que, seja também dito, pode em certas circunstâncias e em certos países, ajudar a vencer as dificuldades dos primeiros momentos».

O que os preocupava acima de tudo era o método, pois «em sociologia e em topografia não vamos onde *queremos* ir, mas onde nos leva o caminho que tomámos. Para constituir um partido é ne-

cessário e suficiente que se tenha o mesmo método. E o método, isto é, a conduta prática que os socialistas anarquistas revolucionários pretendem seguir, é comum a todos, comunistas ou colectivistas». (*L'Associazione*, Londres, 30 de Novembro de 1889).

Inscrevendo na sua bandeira «socialismo anarquista», indicavam os pontos essenciais: socialização efectiva dos meios de produzir; livre organização e livre experimentação social.

VI

Tomada à letra, a fórmula colectivista é naturalmente impraticável. *A cada um o produto do seu trabalho*, ou *segundo o seu trabalho*. Mas como se há-se destrinçar, na extrema complexidade e emaranhamento da produção moderna, a parte que cada um toma na elaboração do produto? Como se há-de obter para isso uma medida comum, se o trabalho individual varia de intensidade, de valor e de esforço na unidade de tempo? E como se há-de determinar, portanto, um valor de troca?

O lema, porém, é susceptível de outra interpretação. Ele afirma, no seu íntimo, o direito do produtor a gozar o fruto integral do seu esforço, a não se deixar explorar, a repelir o crime de parasitismo. *Aos trabalhadores e só a eles, o produto do seu labor.* Ou, segundo a tradução russa: *quem não trabalha: não come.*

Rejeitando do seu seio o ocioso, negando-lhe as suas vantagens e garantias sociais, a sociedade nova não exerce violência alguma, pois a ninguém recusa o direito ao trabalho, e à disposição de cada um põe os meios e instrumentos necessários. O trabalho não é uma imposição do homem sobre o homem, é uma necessidade natural; e o ser válido que a ele se subtrai, descarregando-o sobre os ombros dos restantes membros da comunidade — ainda que o seu parasitismo não vá, como hoje, até ao do capitalista, que limita a produção e mantém um estado de constante carestia — pratica um acto anti-social contra o qual a comunidade se acha em estado de legítima defesa. Nem lhe cabe levantar a mínima queixa, em vista do seu direito ao uso dos meios de produzir, que lhe permite ir trabalhar à parte e a seu modo, só ou com os seus seguidores.

A fórmula comunista é, sem dúvida, infinitamente mais justa e livre. O sentimento da sua justiça superior é, aliás já antigo nas sociedades, e no seio delas tem recebido aplicações fragmentárias ou impuras, apesar dos privilégios reinantes, apesar das situações e sinecuras de favor, apesar do parasitismo burocrático.

De cada um segundo as suas forças: é a expressão do trabalho voluntário. Entretanto, é preciso adaptar o esforço colectivo às exigências da produção para que sejam satisfeitas as necessidades gerais, e então pode chegar o momento em que, embora tendo sempre em vista as forças de cada um, é necessário pedir um sacrifício suplementar, que não pesará exclusivamente sobre uma classe de homens, mas será equitativamente distribuído por todos menos pelos incapazes.

A cada um segundo as suas necessidades: é a expressão da igualdade. Desigualdade seria satisfazer do mesmo modo, com igual ração, necessidades desiguais.

Mas é evidente que se trata das necessidades comuns, para cuja satisfação a comunidade organiza os serviços públicos. As necessidades individuais são ilimitadas, se a sociedade pretendesse satisfazer todas as necessidades particulares e restrictas, as secundárias e as de fantasia, as que não são gerais ou enquanto o não são, prejudicaria certamente a produção essencial e pediria aos seus membros um esforço excessivo. Essa tarefa deve ficar entregue à iniciativa, cooperação e labor dos próprios interessados, fora da quota-parte de serviços que tomaram o empenho de prestar à comunidade.

Em conclusão e resumindo tudo: quanto maior for a abundância, mais fácil será a aplicação da fórmula comunista. Mas a abundância tem a nova sociedade que a criar (e só ela pode criar), exigindo sacrifícios ao trabalho e restrições ao consumo. A sociedade burguesa deixa-nos uma péssima herança.

Colectivismo? comunismo? (Repetimos que, em todas as nossas considerações neste trabalho, temos sobretudo em vista o período revolucionário e o de reconstrução, e não a sociedade comunista na plena posse dos seus meios).

Na sua construção ideal, Pouget e Pataud (*Comment nous ferons la révolution*) põe um e outro sistema: os produtos de primeira utilidade são distribuídos conforme as necessidades (*comunismo*) e os outros são provisoriamente adquiridos por meio de uma taxa suplementar de trabalho (*colectivismo*), até se tornarem abundantes. E é bem possível que assim venha a ser, e até que variem as soluções de lugar para lugar.

Como são possíveis outras soluções mistas, em que o comunismo, a princípio reduzido (porque os próprios produtos de primeira utilidade podem escassear), se irá gradualmente alargando, desde que não subsistia um poder capaz de impôr a sua vontade e os seus interesses do bando.

Os anarquistas, evidentemente, esforçar-se-ão por introduzir na nova organização social a maior soma possível de comunismo.

Dado, porém, que não possam ou nem achem conveniente tentar experiência à parte, difícil lhes será desde logo induzirem os trabalhadores à prática do comunismo, sobretudo no interior de cada comuna. Produção insuficiente; necessidade de um trabalho intenso para a levantar; profunda e indignada revolta moral contra o parasitismo, mesmo sob a simples forma de ociosidade; receio quanto à boa vontade e lealdade dos elementos sábios, das escórias provenientes da sociedade burguesa, com os seus hábitos de preguiça, o seu desamor à boa execução da obra, as suas facilidades, o seu *far-niente* burocrático, a sua boa-vida de intermediários e especuladores — são alguns dos obstáculos, porventura insuperáveis.

O trabalhador objecterá:

— Os produtos não chegam. É preciso trabalhar muito. Os preguiçosos, incompetentes e desleixados são ainda muitos: a nova moral ainda não teve tempo de os curar. E se a comunidade exclui totalmente dos seus benefícios quem não trabalha, porque não excluir de metade deles aquele que só produz metade daquilo com que parece contribuir para o bem-estar comum? A meia tarefa, meia ração. Não haverá inteira justiça distribuitiva — mas temos que nos defender.

Os anarquistas procurarão então que não subsista nem se estabeleça nenhuma espécie de dinheiro, mesmo para os produtos insuficientes, distribuídos mais ou menos proporcionalmente ao trabalho feito. Bastaria que os organismos de distribuição directa fossem regularmente munidos de mapas de frequência do trabalho, corroborados por cadernetas pessoais.

O dinheiro iria contra o fim alvejado. Ele permite o entesouramento e dá facilidades ao roubo: é portanto factor de ociosidade e de perigoso parasitismo.

A revolução, aliás, desvalorizando extremamente o dinheiro, favorece essa supressão. As massas rurais, em especial, rejeitam, desconfiadamente a moeda depreciada, os *assignats*, as senhas de trabalho, ou qualquer outra invenção financeira. Querem produtos — alfaias agrícolas, adubos, vestuário, calçado, etc. — e não papel inútil. Viu-se o que sucedeu na Revolução Francesa e agora na Revolução Russa, onde se constituiram, aliás, comissões para a troca de produtos, sem dinheiro.

Se o colectivismo provisoriamente estabelecido no interior da comuna não implica a necessidade do dinheiro, tão pouco implica necessariamente o colectivismo estendido às relações entre as comunas. Parece-nos que o comunismo, embora parcial, sujeito quase sempre ao racionamento, ao rateio, poderia vigorar nessas relações confiando-se em cada comuna no que diz respeito ao modo de obter dos seus membros o rendimento necessário do trabalho.

Entre as comunas, as regiões, os países emancipados, é necessário desde logo, a nosso ver, estabelecer um regime de inteira confiança, de fraternidade, de franqueza, para destruir as mil prevenções, desconfianças e mal-entendidos que separam especialmente a cidade do campo, o país do país. Os grandes centros, sobretudo, hoje tidos pelas massas rurais, e não sem razão, como ninhos de burocracia e de parasitismo sugador, têm que trabalhar muito para o campo, adaptando-se sinceramente às suas necessidades reais, dando sem contar, não fazendo questão de valor de troca.

PALAVRAS FINAIS

A tuberculose que tragicamente pôs fim à existência estoica do autor, roubando ao mundo revolucionário um dos seus mais sinceros e coerentes propagandistas, da Ideia, do Libertarismo — veio privar o leitor de que esta bem pensada e bem intencionada obra tivesse o necessário acabamento, uma conclusão.

Mas as páginas que o leitor acaba de percorrer valem um livro completo; os ensinamentos que ressaltam delas, os princípios que se estabelecem, são mais do que suficientes para constituírem, tais como estão, um interessante e educador livro, em que o militante deve meditar e estudar, e em que todo o operário, todo o trabalhador, manual ou intelectual, encontrará um guia elucidativo e orientador no actual momento da Revolução social.

Através de todas essas páginas vemos perpassar as belas qualidades sentimentais e mentais do autor, no seu apostolado, de sempre, pelo Ideal. Todas elas transudam aquela lealdade, aquela sinceridade, aquele amor pela humanidade, aquele culto pela Bondade, pela Verdade, pela Justiça que encheram sempre, sem tibiezas, a existência torturada de Neno Vasco!

A intenção, o esforço de toda esta obra que acabamos de ler é bem uma síntese apurada, uma recapitulação expurgada de particularidades circunstanciais de todos os escritos, de todos os actos, de toda a vida profundamente moral do autor.

Qual a conclusão lógica que o estudioso pode tirar deste livro, «a concepção anarquista do Sindicalismo»?

A nosso ver, essa conclusão pode transformar-se na seguinte tese:

— O Sindicalismo é por essência, por ideal e por método ou tática, libertário.

E, de facto, quem aceita e compartilha da doutrina filosófica sindicalista na sua pureza essencial e nos seus meios de acção e quiser ser coerente *é necessariamente libertário, exclusivamente libertário. Não pode ser outra coisa.*

E, muito embora, o autor se refira à feição histórica da pretendida neutralidade do sindicato e da organização operária (principalmente, os parágrafos 46 e 47) o que é certo é que o Sindicalismo tem uma filosofia própria e uma acção especial que é incompatível com práticas parlamentares e eleitorais, com reformismos democráticos e socialistas, com colaboração de classes, etc., com tudo, enfim, que não obedeça à ideologia libertária.

É fazer pura metafísica, que redunda numa repelente imoralidade e um perigo para a causa, aceitar essa duplicidade, esse desdobramento de opiniões de um indivíduo, que dentro do sindicato tem de ser anti-parlamentar e partidário da acção directa, e fora do sindicato pode pôr e põe a máscara do eleitor, do parlamentarista, do militarista, dum papa-missas, seja ele monárquico ou republicano ou socialista e que realiza com os seus correligionários políticos uma colaboração de classes que é a principal inimiga, a arma corrupta dos ideais do Sidicalismo.

Não faz sentido, é profundamente dissolvente tal dualismo. Ou se é uma coisa ou outra. As duas coisas ao mesmo tempo é forçosamente uma traição a alguma delas ou às duas simultaneamente!

Um indivíduo íntegro, um carácter não pode ter uma filosofia para a rua e outra para trazer por casa, não pode abraçar dois ideais que se antagonizam!

Para bem do Ideal sindicalista, como o autor o prova, a velha metafísica da neutralidade política e religiosa do sindicato não pode nem deve continuar. Tem de acabar. Nada de habilidades, nada de tibiezas, de obscurantismos, de confusionismos.

Tudo claro, sincero, leal! E cada qual no campo puro do seu Ideal, da sua Filosofia social.

É ainda este o sentido que nós podemos tirar às passagens desta obra em que o autor critica, com grande justiça de ideias, a doutrina e a prática da economia burguesa que subordina o consumo à produção das utilidades e faz salientar como são inconsequentes aqueles operários que não vêem que a doutrina sindicalista libertária é inversa, isto é, preconiza o princípio e a prática da subordinação da produção ao consumo. E por isso ele estigmatiza pedagogicamente aqueles que, na cegueira do aumento do seu relativo bem-estar como produtores, se deixam perder e explorar miseravelmente como consumidores.

O aumento do salário ou a conquista de qualquer regalia operária nunca deve ser feita à custa e contra o consumidor, que é também operário.

Para que tais factos constituam uma vitória proletária, tenham uma vantagem proletária, é indispensável que ela seja alcançada à custa exclusiva do patrão, do capitalista, daquele que o Sindicalismo quer eliminar.

Tais são as ideias fundamentais que, a nosso ver ressaltam do livro de Neno Vasco e se a tragédia da sua morte foi uma amargura para os seus amigos e camaradas, ela foi também uma perda para o leitor que se viu privado de que este trabalho tivesse, sem dúvida, esgotado o assunto do problema de que o Sindicalismo para respeitar a sua doutrina e ser coerente tem de ser libertário.

A. L.

Índice